

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
MESTRADO

SOB O CÉU DA CIDADE:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE ARAGUARI.

UBERLÂNDIA - MG
2012

MARIA ANTÔNIA RODRIGUES CAMPOS

SOB O CÉU DA CIDADE:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE ARAGUARI.

Dissertação apresentada à banca examinadora da
Universidade Federal de Uberlândia, como parte
das exigências do curso de Pós-Graduação, para
obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jacy Alves de Seixas.

Uberlândia – MG
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- C198s
2012
- Campos, Maria Antônia Rodrigues, 1973-
Sob o céu da cidade : representações sociais da população em situação de rua no município de Araguari. / Maria Antônia Rodrigues Campos. - Uberlândia, 2012.
151 f.
- Orientadora: Jacy Alves de Seixas.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.
1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Araguari (MG) - História - Teses. 4. Exclusão social - Araguari (MG) - Teses. I. Seixas, Jacy Alves de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

CDU: 930

SOB O CÉU DA CIDADE:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE ARAGUARI.

APROVADA: ____ / ____ / 2012

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Mara Regina do Nascimento
UFU

Prof.^a Dr.^a Sandra Mara Dantas
UFTM

Prof.^a Dr.^a Jacy Alves de Seixas.
(Orientadora)
UFU

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa especialmente a todas as pessoas que vivem em situação de rua em Araguari e que prestaram depoimentos, permitindo que eu, cotidianamente, adentrasse suas intimidades e pouco a pouco invadissem suas histórias.

Este trabalho é ainda dedicado a meus familiares, de modo especial a minha mãe e as pequenas Giovana e Anna Laura, companheiras de todas as horas, que além de me incentivarem souberam compreender a falta de tempo e atenção vivenciadas durante este período.

AGRADECIMENTOS

Não sei escrever sobre coisas que são somente sentidas... Não sei falar a respeito dos mistérios insondáveis da vida...

Sei, porém, que quero agradecer a cada uma das pessoas que comigo fizeram este trabalho, e permitiram que eu vislumbrasse o brilho do sol ainda durante uma noite escura e sem estrelas.

Agradeço a Deus por ter me mantido de pé diante das intempéries enfrentadas no desenvolvimento da pesquisa.

A minha mãe, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A Giovanna e Anna Laura pela cooperação e momentos de silêncio para a escrita.

A Jacy pela orientação, paciência e contribuição intelectual.

A João Marcos e Mara pelas sugestões e críticas apresentadas na banca de qualificação.

Aos colegas do mestrado, especialmente ao amigo Tiago, pelos incentivos.

A Juliana pela revisão e correções, mas, sobretudo, pela amizade.

A Stella, amiga e companheira de angústias, pela paciência e compreensão.

Aos funcionários, técnicos e coordenação do Serviço de Atenção ao Migrante de Araguari, pela cooperação inestimável.

A todas as pessoas entrevistadas, sem as quais a realização deste trabalho não teria sido possível.

RESUMO

Esta pesquisa propõe-se a investigar quem são as pessoas que, na atualidade, vivem em situação de rua no município de Araguari, bem como qual a proveniência dessas pessoas, onde elas se estabelecem, como vivem, quais são suas estratégias de sobrevivência e, ainda, o que em seu histórico de vida as teriam levado à situação de rua.

Analisa, também, as representações sociais atribuídas às pessoas em situação de rua, refletindo sobre como elas são vistas e tratadas pela sociedade em geral e pelos agentes institucionais que trabalham diretamente no atendimento da população de rua na cidade. A partir da imagem construída sobre tais pessoas e por elas muitas vezes internalizadas, buscamos compreender como interpretam suas experiências no âmbito da rua, como veem a si mesmas, como lidam e elaboram a visão que a sociedade formula sobre elas.

Palavras chave: população de rua; população em situação de rua; marginalidade social; exclusão social; representação social.

RESUMÉ

Ce mémoire a pour but d'enquêter sur les sans-toit, d'identifier ces personnes qui vivent actuellement dans les rues de la ville d'Araguari, ainsi que de connaître leurs régions d'origine, le lieu où elles se sont installées, leur mode de vie, leurs moyens de survie et également les circonstances qui les ont amenées à devenir des sans-abri.

Nous nous penchons également sur les représentations sociales portées sur ces personnes qui se trouvent dans la rue, la forme dont elles sont perçues et traitées par la société dans son ensemble ainsi que par les agents directement impliqués et chargés par la mairie d'intervenir auprès d'elles. À partir de l'image contruite sur ces personnes et souvent par elles intériorisées, nous avons cherché à comprendre comment elles interprètent leurs expériences au sein de la rue, comment elles se voient, comment elles supportent et formulent la vision que la société porte sur elles.

Mots-clés: Sans-toit; SDF (Sans Domicile Fixe); population vivant dans la rue; marginalité; exclusion sociale; représentation sociale.

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo 1: “No tempo em que eu era gente”	21
1.1 Vulnerabilidade dos vínculos familiares – uma face da exclusão social.....	37
1.2 Desemprego crônico – outra face da exclusão social	56
1.3 A vida na rua – atividades privadas expostas publicamente	63
1.4 Agrupar-se ou isolar-se?.....	71
1.5 A importância dos grupos.....	76
1.6 Isolamento e solidão	80
1.7 Destituídos de humanidade?	84
Capítulo 2: “Um desamparado esquecido na multidão”	89
2.1 Representações sociais atribuídas às pessoas que vivem em situação de rua.....	101
2.2 Assistência social voltada à população de rua em Araguari e as representações sobre seus assistidos.....	113
Considerações finais	140
Anexo 1	145
Anexo 2	146
Referências bibliográficas	147

Introdução

Como leito o chão, como teto a imensidão...

Nas cidades contemporâneas, as pessoas passam pelas ruas apressadas, com seus horários e destinos definidos, com seus compromissos para cumprir. A maioria delas está voltada unicamente para si, para seu mundo, para as obrigações individuais. As pessoas fazem o roteiro diário em meio ao turbilhão da cidade, quase sempre isoladas em seu mundo de silêncio. Cercadas de informações por todos os lados, ofuscadas, dificilmente reparam na riqueza de detalhes da paisagem urbana ou olham mais detidamente para quem está ao lado, quer seja, no ônibus, no metrô, na fila do banco, do cinema, do restaurante ou em qualquer lugar que seja.

Nesse ritmo frenético, que nos apontam como vida normal, comumente não temos tempo. Não abrimos brechas na vida para notarmos que, lá em meio aos apressados, estão aqueles que parecem não ter pressa nenhuma. Os que vivem em situação de rua dormem sob o céu da cidade, sentam-se em qualquer lugar, circulam de um lugar ao outro a procura de água, comida ou alguns trocados. Eles seguem caminhando num ritmo manso, algumas vezes, montam uma espécie de casa no espaço da rua. Com passos vagarosos, rompem lentamente a multidão, vão para lá e vêm para cá, seguem sem destino. São pessoas que têm o cotidiano marcado por uma mobilidade incessante e sem rumo, e nessa roda viva cumprem sem pressa o itinerário de cada dia.

O encontro com as pessoas em situação de rua desde cedo marcou a minha história. Acredito que a escolha de um tema de pesquisa está ligada à nossa vida pessoal. As escolhas são perpassadas mais pela emoção e afeto, no sentido de sentir-se afetado, do que por raciocínios lógicos. As primeiras recordações mais significativas que tenho da população de rua remontam à minha infância. Naquele tempo, morava numa avenida que cortava de um extremo ao outro a cidade de Araguari e se constituía, pois, num lugar de passagem daqueles que desembarcavam ou deixavam o município, porque numa ponta da avenida ficava a Estação Ferroviária (de onde partiam, na época, trens de passageiros para as principais localidades do país), enquanto na outra extremidade ficava o Terminal Rodoviário de Araguari. Por certo, a avenida era lugar de passagem de todo tipo de pessoas e, entre elas, as pessoas que viviam em situação de rua, que iam e vinham de muitas cidades. “Mendigo”, “andarilho”, “doido do saco”, “louco” era como me apresentavam aquelas pessoas. Elas povoaram os anos de minha infância e provocaram a minha curiosidade para saber mais sobre

quem eram e de onde vinham, para onde iam aqueles que sujos e maltrapilhos muitas vezes batiam à porta da minha casa e pediam ajuda ou simplesmente passavam e seguiam numa dada direção, carregando o seu mundo nas costas.

Do contato com essa realidade, veio o meu interesse pelas pessoas em situação de rua. Por isso, no período compreendido entre os anos de 2002 e 2004, durante a graduação, realizei uma pesquisa sobre os meninos de rua, investigando o universo de crianças e adolescentes que viviam em situação de risco social pelas ruas de Araguari, o que resultou numa monografia intitulada *Eu sou aquilo que consegui fazer com o que fizeram de mim: histórias dos meninos com vivência de rua no município de Araguari*, defendida em julho de 2005.¹

Em 2009, durante o processo de seleção para o mestrado no PPGHIS da UFU, mais uma vez me propus a debruçar sobre a questão do viver ou estar nas ruas. Só que na atual empreitada, a proposta consiste em investigar especificamente a população adulta em situação de rua em Araguari, não me ocupando, pois, da infância rualizada.

Esta pesquisa pretende mais do que dizer quem são e como vivem as pessoas que ocupam as ruas da cidade. Interessa-nos o significado, o valor, a importância que a rua tem na vida dessas pessoas, bem como a imagem e a representação sobre a rua que é construída pelos que nela vivem. Entendendo que os múltiplos sujeitos presentes nas ruas agenciam modos de viver, em parte, específicos e peculiares, buscamos compreender como as pessoas em situação de rua interpretam suas experiências no âmbito da rua, como veem a si mesmas, qual a leitura que fazem do mundo ao seu redor e como são vistas pela sociedade em geral e pelos agentes institucionais que trabalham diretamente no atendimento da população de rua no município.

Uma vez que nosso universo de investigação visa compreender como são representados socialmente os indivíduos que vivem nas ruas, recorreremos às formulações do historiador Roger Chartier acerca da noção de representação. Ele concebe que esta apresenta dois sentidos aparentemente contraditórios: de um lado, a representação que manifesta ausência, “o que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado; de outro, a representação é a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa”.² No primeiro sentido, a representação “revela um objeto ausente,

¹ CAMPOS, Maria Antônia Rodrigues. *Eu sou aquilo que consegui fazer com o que fizeram de mim: histórias dos meninos com vivência de rua no município de Araguari*. Monografia de Graduação. Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

² CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre; Editora da Universidade/UFRGS, 2002. p. 74.

substituindo-o por uma imagem capaz de trazê-lo à memória e pintá-lo tal como é”.³ Nesse sentido, a relação seria de “uma imagem presente e de um objeto ausente, uma valendo pelo outro”.⁴ No segundo sentido, representação equivale à maneira como algo é apresentado publicamente ao conjunto de uma sociedade. Neste trabalho estaremos empregando o termo representação associado ao segundo sentido, como sinônimo equivalente à imagem, visão e sentido simbólico.

Essa investigação sobre o contemporâneo, enredada por “realidades históricas ainda vivas”,⁵ pretende ser um meio de fazer emergir os discursos e as narrativas dos indivíduos das ruas sobre si mesmos, por isso procuramos recuperar suas vozes por meio de entrevistas. Ao lidar com a história do tempo presente, esta “pesquisa não é uma busca desesperada de almas mortas, mas um encontro com seres de carne e osso que são contemporâneos daquele que lhes narra as vidas”.⁶ Utilizamos a história oral como metodologia de pesquisa, como um caminho a seguir, a trilhar, que pressupõe a escuta, o respeito, o contato e o diálogo. Entendemos que fazer história, seja por meio de fontes escritas, visuais ou orais é dar voz aos sujeitos, dar vida à história, fazer um trabalho de (re)construção e produzir representações. Privilegiamos o uso da história oral, no sentido de fazer com que a história seja (re)construída a partir de sujeitos vivos, que têm voz, não obstante a população em situação de rua ser um segmento social que não dispõe de uma posição privilegiada para tornar-se porta-voz de si mesmo e ter dificuldade de adquirir expressão pública.

A polêmica em torno do emprego das fontes orais na produção histórica se dá em função da sua credibilidade. Os depoimentos orais são criticados sob a alegação de que são “fontes subjetivas por nutrirem-se da memória individual, que às vezes pode ser falível e fantasiosa”.⁷ No entanto, há que se considerar que a “subjetividade é um dado real em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais”.⁸ As fontes históricas orais, assim como as escritas, não são inocentes. A postura do historiador diante delas não deve ser de alguém que as tome cegamente como fidedignas e, por isso, acima de qualquer suspeita, nem tão pouco a de um pesquisador que pela simples possibilidade da suspeita condene-as sem a

³ Ibid.

⁴ Ibid.

⁵ CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (org.) Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 218.

⁶ Ibid. p. 215.

⁷ FREITAS, Sônia Maria de. Prefácio à Edição Brasileira. In: Thompson, Paul. A voz do passado: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 18.

⁸ Ibid.

justa apreciação. Defendemos que os “registros orais têm tanto valor quanto os documentos escritos”⁹ para a produção histórica, desde que sejam bem interpretados.

Sobre a idoneidade ou fidedignidade dos testemunhos orais, destacamos que como qualquer outro tipo de fonte histórica não devemos tomá-las como evidências, pois isso implicaria na ausência da dúvida, uma vez que evidenciar está relacionado com comprovação, com certeza, o que contraria a verdadeira capacidade dos documentos, que é a de fornecer vestígios, pistas sobre a realidade, o que traz em si a possibilidade da incerteza. Independente do tipo de fonte, todo documento histórico é simultaneamente objetivo e subjetivo e, em razão disso, precisa passar por avaliação e apreciação. É aí que entra o papel do historiador de examiná-los, buscar sua consistência interna, não no sentido de expurgar, eliminar ou descartar o que têm de enganoso e impreciso, mas sim no propósito de entender por que determinado documento foi selecionado, moldado e filtrado por um determinado viés, pois o testemunho oral do mesmo modo que qualquer outro documento representa “a percepção social dos fatos; além disso, estão todos sujeitos a pressões sociais do contexto em que são obtidos”.¹⁰ De modo que, “o que chega até nós é o significado social, e este é que deve ser avaliado”¹¹ e interpretado pelos historiadores.

Ao utilizarmos depoimentos orais, enveredamos pelo campo das reminiscências. As narrativas enquanto fruto da memória são permeadas de subjetividade. Lidamos com silêncios, lapsos de memória, dissimulações, interesses, mentiras e esquecimentos, porém acreditamos que “o que interessa em história oral é saber por que o entrevistado foi seletivo, ou omissivo, pois essa seletividade com certeza tem o seu significado”.¹² Segundo Paul Thompson, este significado é um elemento subjetivo que interessa aos historiadores, pois a “subjetividade é do interesse da história tanto quanto os “fatos” mais visíveis. O que o informante acredita é, na verdade, um fato (isto é, o fato de que ele acredita nisso) tanto quanto o que “realmente aconteceu”.¹³ Nos depoimentos orais, o que é significativo não é a veracidade dos fatos, mas a maneira como eles são lembrados. O valor das narrativas orais está na possibilidade que elas oferecem de interpretação do “que as pessoas imaginam que aconteceu, e também o que acreditam que poderia ter acontecido”,¹⁴ ou seja, na verdade simbólica dos fatos.

⁹ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 100.

¹⁰ *Ibid.* p. 145.

¹¹ *Ibid.*

¹² FREITAS, Sônia Maria de. Prefácio à Edição Brasileira. In: Thompson, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 18.

¹³ *Ibid.* p. 183.

¹⁴ *Ibid.* p. 184.

Sendo a memória seletiva e sujeita a condicionantes sociais, a credibilidade das fontes orais está no fato de que as “constatações não-verdadeiras continuam a ser psicologicamente verdadeiras e que esses erros anteriores são mais reveladores, por vezes, do que relatos factualmente precisos”.¹⁵ Nas narrativas de histórias de vida são comuns as supressões, os esquecimentos inconscientes e/ou voluntários, as distorções, os acréscimos, mas ainda assim os relatos orais contribuem positivamente para a pesquisa histórica, pois fornecem pistas sobre a realidade, desde que o historiador compreenda “os processos sutis por meio dos quais todos nós percebemos, e recordamos, o mundo a nossa volta e nosso papel dentro dele”.¹⁶

Os testemunhos orais (re)constroem memórias sobre situações individuais, compreendidas a partir do contexto social, pois o que nós pensamos, vivemos e sentimos está intimamente ligado ao(s) outro(s). A memória individual está enraizada num grupo. Assim, a memória como substrato da identidade apresenta uma dimensão coletiva. Nossas ideias, lembranças e sentimentos estão afinados com as ideias do grupo social no qual estamos inseridos, muito embora, despercebidos, “acreditamos pensar e sentir livremente”,¹⁷ ignorando que a complexidade do que somos e de nossas lembranças é em parte a expressão da influência social sobre nossa individualidade.

(...) a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles.¹⁸

Nesta perspectiva, diríamos que as lembranças individuais são imagens fragmentadas, versões parciais da memória coletiva que se encontra distribuída na sociedade, ou melhor, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”.¹⁹ Por outro lado, embora a memória coletiva envolva as memórias individuais, estas não se confundem com aquela. “Não é menos verdade que não nos lembramos senão do que não vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros”,²⁰ embora as lembranças individuais estejam mergulhadas num contexto social. O que acontece é que a atmosfera psicológica e social de uma dada época difunde-se no modo de viver, pensar, agir e lembrar-se dos indivíduos. Nesse jogo entre individual e coletivo, as lembranças são reconstruídas. As memórias não são estáticas, não é o passado como

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Ibid. p. 195.

¹⁷ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990. p. 46.

¹⁸ Ibid. p. 51.

¹⁹ Ibid.

²⁰ Ibid. p. 54.

aconteceu realmente, mas a sua representação. As imagens do presente sempre influenciam as lembranças e, a partir dessa lembrança, constrói-se uma nova versão do acontecido, do vivido.

Discordamos de pesquisas tradicionais que desconsideram as subjetividades envolvidas no processo de produção do conhecimento. Pensamos que a busca de uma “verdade” inquestionável somente se justifica a partir da desconsideração de que o conhecimento é produzido por sujeitos historicamente contextualizados. Assim, toda pesquisa é filha de seu tempo. Não cabe ao pesquisador reivindicar um estatuto de verdade ao conhecimento elaborado. As pessoas pesquisadas não são meros objetos de estudo e o pesquisador um sujeito absolutamente neutro, cuja subjetividade está em suspenso na realização da pesquisa. Pelo contrário, as subjetividades dos diferentes agentes envolvidos no processo investigativo compõem uma “correlação e reciprocidade entre o sujeito e o objeto”,²¹ uma vez que é o historiador quem confere inteligibilidade ao objeto, e o (re)constrói. “Em outras palavras, não se pode mencionar um objeto sem mencionar ao mesmo tempo quem o apreende e como ele o apreende. Donde a impossibilidade de separar o objeto do sujeito”²² é decorrente do “papel da subjetividade do historiador na história que ele produz”.²³ O conhecimento histórico não é verdadeiro e universal, mas expressa uma forma dentre outras de se conceber a realidade de determinado fenômeno social.

A possibilidade de utilização das fontes orais nesta pesquisa partiu primeiramente da indignação em relação à (in)visibilidade em que está inserida a população de rua. Invisibilidade esta que, é paradoxal, pois:

(...) estas pessoas vivem sob os narizes da população. São participantes de um *reality show* autêntico, cujas câmeras são os olhos da população. Contraditoriamente, porém, as pessoas desviam o olhar e atravessam a rua quando cruzam o caminho de um morador de rua, o que lhes produz a sensação de invisibilidade.²⁴

A indiferença, o desinteresse e a invisibilidade social marcam a existência de quem vive nas ruas. Esses sujeitos fazem parte de um contingente que fica às margens do convívio social, das políticas públicas, do senso populacional, etc. Quase não são mencionados nos veículos de comunicação em geral, mas quando o são, comumente aparecem sob duas

²¹ BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (org.) Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 223.

²² Ibid.

²³ Ibid.

²⁴ GOMES, Rita de Cássia Maciazeki. Gente - Caracol: A Cidade Contemporânea e o Habitar as Ruas. Dissertação de Mestrado. Programa de Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. p. 33.

circunstâncias: como vítimas da injustiça social e da violência urbana ou como agentes causadores da violência. Dito de outro modo, sobre a população que vive em situação de rua é construído um discurso desqualificador, o qual associa essas pessoas a problemas de desordem social, insegurança pública, criminalidade e violência urbana, ou seja, são representados como um problema social, verdadeiros casos de polícia.

Diante dessa tendência, elegemos as fontes orais, numa tentativa de amplificação das vozes dessa gente invisível, e também porque a documentação escrita sobre as pessoas que vivem em situação de rua em Araguari, além de escassa, é basicamente quantitativa, circunscrita a números. Nossa ideia inicial de utilizar material escrito produzido pelos próprios indivíduos das ruas foi frustrada, porque diferentemente do que acontece em algumas cidades brasileiras, em Araguari a população de rua não faz uso de um veículo de comunicação (jornal ou folhetim) especificamente voltado à expressão daqueles que vivem nas ruas. Assim, restou-nos a possibilidade de complementar as entrevistas com algumas poucas reportagens jornalísticas sobre a população de rua, levantadas junto ao jornal *Gazeta do Triângulo*. Três hipóteses podem ajudar a explicar a inexpressiva quantidade de matérias jornalísticas relativas à população de rua na cidade: a primeira seria que, para os jornais, ela não existe, estaria encoberta sob o discurso de que na cidade quem fica nas ruas são migrantes e não moradores de rua; a segunda seria que, para o jornal, não se trata de tema relevante, talvez por sua banalização e a terceira seria que, para os jornais, sua existência depõe contra a imagem da cidade, portanto, deve ser encoberta.

Utilizamos, ainda, dados quantitativos obtidos nos relatórios financeiros do “Serviço de Atenção ao Migrante”, um setor da Secretaria de Trabalho e Ação Social responsável por gerir e organizar o atendimento no “Albergue Público Municipal” e a concessão de passagens de ônibus no Setor de Assistência Social do Terminal Rodoviário de Araguari. Esses relatórios constituem-se em registros financeiros de prestação de contas das instituições assistenciais à Prefeitura Municipal.

Como a pesquisa demandava a necessidade de uma aproximação maior com as pessoas em situação de rua, entre janeiro de 2010 e junho de 2011 foi feita a pesquisa de campo, realizada em cinco etapas. Na primeira, o trabalho consistiu na localização dos pontos de permanência ou dos circuitos de mobilidade e itinerância das pessoas em situação de rua na cidade. Uma vez localizados e mapeados, a segunda etapa resumiu-se num período de observação à distância, que durou aproximadamente dois meses. Durante esta fase, obtivemos dados e informações preliminares, que nos auxiliaram na aproximação, no primeiro contato com aqueles que vivem nas ruas. Mais tarde, essas informações gerais viabilizaram o

repertório necessário para que pudéssemos manter o diálogo aberto e acompanhar o cotidiano destas pessoas, mas principalmente, contribuíram para que elaborássemos um roteiro de entrevistas coerente e consistente. Roteiro esse, que além de abranger as problemáticas, hipoteticamente por nós formuladas, permitiu instituir pontos de interlocução possíveis, mantendo os entrevistados envolvidos, já que os questionamentos eram condizentes com a realidade de vida deles. Na terceira etapa, a partir de março de 2010, a ênfase foi dada à observação participante, passamos a circular quase que diariamente pelas ruas da cidade estabelecendo contato, interagindo, buscando aproximação e tentando ganhar a confiança dos que ocupavam as vias públicas, a fim de tornar possíveis os diálogos, e posteriormente, a gravação das entrevistas.

Essa foi uma fase extremamente difícil. Os encontros com a população de rua falavam de um outro modo de vida ao qual não estava acostumada, tive que familiarizar-me com estranhezas antes desconhecidas. Eu sentia-me deslocada num lugar onde todos dominavam as regras e se reuniam em turmas. No universo da rua, eu era aquela que chegava e era diferente, vivi a experiência de ser olhada com desconfiança, indiferença e tratada como estrangeira. Senti na pele as dificuldades de uma situação típica de quem vive na rua, ser visto e apreendido como estranho ao que é considerado normal pela sociedade. Embora sabendo quão difícil é transcrever o vivido, o sentido, aventurar-me-ei tentando descrever alguns dos sentimentos em jogo no trabalho de campo, narrando minha primeira tentativa de aproximação com aqueles que vivem em situação de rua.

Estando decidida a iniciar o contato e a aproximação com aqueles que algum tempo depois viriam a serem os meus futuros entrevistados, embora ainda não tivesse pensado numa estratégia eficiente para me aproximar deles, nem tão pouco por qual deles começar, encontrei a moradora de rua Joana Darc sentada numa calçada, próxima a uma padaria no centro da cidade. Durante a etapa de observação, havia localizado seu ponto de permanência na Rua Rui Barbosa, em frente à Panificadora Pão Gostoso. Os transeuntes e os comerciantes da região a conheciam como “Baiana”. Só mais tarde, depois de estabelecido o primeiro contato, ela, a mim se apresentou como Joana Darc.

Naquele dia, estando diante dela pela primeira vez, me perguntei o que estava fazendo ali. Estive a ponto de desistir. Como me aproximaria? O que diria? E se ela fosse agressiva comigo? Não sabia o que poderia acontecer, pois durante a etapa de observação, presenciei algumas situações onde Joana Darc reagia com rispidez e alguma agressividade contra quem tentava se aproximar dela. Fiquei insegura, mas resolvi atravessar a rua e arriscar. Tremia o corpo inteiro. Bom, ali estava eu. Aproximei-me dela, cumprimentei-a e elogiei o crochê que

ela atenciosamente fazia. Ela, economizando nas palavras, respondeu que estava aprendendo, que era a segunda peça que fazia. Olhou-me intrigada, espantada, quando me sentei a seu lado e emendei uma conversa sobre pontos de crochê. Recompondo-se do susto, ela se rendeu às primeiras palavras. Conversamos um pouco, até que ela se despediu dizendo que precisava ir. Estava com fome e iria atrás de café da manhã. Pensei em me oferecer para pagar-lhe o café, mas não o fiz. Optei por respeitar o tempo dela. Pensei que ela poderia se ofender com minha intromissão, considerando-me invasiva demais. Perguntei apenas se poderia voltar depois. Ela, desconfiada, apenas sinalizou positivamente com a cabeça. Já se afastando ela me disse que se eu voltasse, bem que podia lhe trazer um novelo de linhas de crochê, pois o seu já estava no final.

Apesar de breve, a conversa inicial tinha se dado. Estava vencida talvez, a pior barreira, a do primeiro contato, agora era uma questão de tempo e de confiança. O fio de conexão, a trama do diálogo foi estabelecida a partir dos pontos de crochê. Eu resolvi atender ao pedido dela, e passados alguns dias, voltei com um novelo de linha nas mãos, como forma de construir aos poucos um lugar de confiança mútua que instaurasse a possibilidade da escuta e do aprendizado.

O contato com a dura realidade da rua e com as pessoas, que nela vivem, foi sempre impactante. Admito, que muitas vezes foi difícil conseguir ver uma pessoa para além daquele maltrapilho de cabelos desgrenhados, escurecido pela sujeira e fuligem, cujo odor era de um ser humano, que há muito deixara de fazer sua higiene ou que atirava pedras contra todos aqueles que tentassem se aproximar. O trabalho de campo constituiu-se numa viagem sujeita a todo tipo de experiências e surpresas. Durante o percurso, aos poucos, aprendemos que a partir da escuta e do vínculo que daí decorre, delineia-se uma história de vida e a imagem da pessoa, que num primeiro olhar assustava, logo se dissipava. Em seu lugar, víamos o brilho dos olhos de um ser humano, e passávamos a apostar no sujeito que ali estava. Brotava o desejo de escutá-lo, respeitá-lo em sua singularidade e acompanhá-lo em sua trajetória na rua para conhecê-lo um pouco melhor.

Uma vez estabelecido o diálogo e a confiança mútua, foi preciso paciência e respeito ao ritmo de cada pessoa para que pudéssemos gravar as entrevistas. Foi necessário muito tempo na companhia deles, horas de conversas informais, até que o uso do gravador fosse permitido. Enfim, se concretizava a quarta fase da pesquisa. Entre fevereiro e março de 2011 realizamos entrevistas individuais semi-dirigidas com pessoas que vivenciavam a situação de rua. Essa modalidade de entrevista foi escolhida por oferecer um roteiro inicial que norteasse o diálogo, e fosse flexível a ponto de permitir a inclusão de questões no decorrer da entrevista.

O roteiro foi elaborado a partir de conversas informais com pessoas em situação de rua, cuja questão disparadora colocada aos entrevistados, solicitava que eles contassem sobre suas vidas, deixando em aberto qual parte de sua trajetória nos interessava, ou seja, não especificava sobre qual momento da vida deveriam discorrer.

Na quinta etapa da pesquisa, concentrei-me na obtenção junto ao poder público municipal e a instituições de atendimento a esse segmento social, de dados quantitativos e informações gerais a respeito do atendimento à população de rua. Para tanto, solicitei junto à Secretaria de Trabalho e Ação Social, autorização para acompanhar os serviços prestados pelo Serviço de Atenção ao Migrante. Então, a partir de 2011, visitei semanalmente o setor de concessão de passagens no Terminal Rodoviário, acompanhando o atendimento deste órgão aos usuários. Nessas ocasiões, foram gravadas várias entrevistas com pessoas que passavam pelo local solicitando assistência social na forma de transporte rodoviário intermunicipal para chegarem a seus destinos de viagem. Durante esta etapa, também frequentei semanalmente o Albergue. Foi um tempo importante porque durante as visitas presenciei refeições, participei de momentos da rotina da instituição e entrevistei membros de sua equipe, e principalmente, porque entrevistei os albergados. Por estar presente em ocasiões diversas, foi possível perceber a dinâmica do local, repleto de tensões, classificações sociais, normas, condutas, posturas e diálogos. O contato com aqueles que pernoitavam no albergue me permitiu traçar perfis mínimos das diversas categorias da população estudada.

Para, além disto, acompanhei uma atividade designada de “ronda,” que alguns funcionários da equipe do Serviço de Atenção ao Migrante fazem pelas ruas da cidade, três vezes por semana. As rondas, em síntese, são atividades que consistem na fiscalização das áreas públicas da cidade. São inspeções de busca para localizar a presença de pessoas ocupando logradouros públicos ou vivendo nas ruas, mas principalmente para expulsá-las e evitar ocupações. Nesta atividade, visitamos praças, construções abandonadas, o que me permitiu presenciar as atividades de trabalho dos agentes nas ruas, e delinear a dinâmica de ocupação dessas áreas.

Na última parte da pesquisa de campo, buscando as representações sociais atribuídas à população em situação de rua, ouvimos os cidadãos domiciliados de Araguari, sobre quem vive nas ruas. As pessoas entrevistadas pertencem aos mais diversos segmentos da sociedade. Trata-se de gente que convive diretamente ou não, com pessoas em situação de rua, mas que expressaram suas impressões, imagens e sentimentos em relação a tais pessoas.

É preciso deixar claro que na pesquisa estamos empregando os nomes verdadeiros das pessoas que deram seus depoimentos, ou seja, não se trata de nomes fictícios, até porque

durante a realização das entrevistas, indagamos a cada entrevistado qual pseudônimo ou apelido que poderíamos utilizar para substituir o seu respectivo nome, e foi unânime a resposta no sentido de que não havia problema em empregarmos os nomes reais. Algumas vezes, eles revelaram seus apelidos, porém, mais a título de curiosidade do que para posterior utilização na pesquisa. Assim, embora não tenhamos autorização por escrito e assinada das pessoas entrevistadas para divulgarmos os seus nomes, gravamos suas falas autorizando o emprego dos mesmos.

Sintetizando, o trabalho aqui apresentado é construído essencialmente a partir de entrevistas: com pessoas que vivem em situação de rua; com agentes institucionais do Serviço de Atenção ao Migrante (funcionários do Albergue Público Municipal e da Assistência Social no Terminal Rodoviário) e com cidadãos domiciliados da cidade de Araguari sobre a população de rua. Porém, utilizamos como fontes complementares: alguns artigos publicados pela imprensa local (Jornal Gazeta do Triângulo) a respeito dessa população, documentos afins (relatórios financeiros de prestação de contas do Serviço de Atenção ao Migrante).

Esse trabalho é fruto ainda que indireto, da observação, do contato, do diálogo e das experiências vividas durante o trabalho de campo. Não quero afirmar que a combinação de pesquisa e participação no campo é algo bom ou ruim em si mesmo, mas sou obrigada a dizer que foi justamente esta minha participação que possibilitou a realização deste estudo. Sem esta proximidade não seria vista “como de confiança”, nem teria acesso a certas pessoas, informações e instituições, trânsito precisamente através do qual meu conhecimento foi sendo produzido, contestado e colocado em jogo. Esta relação de proximidade, entretanto, pode implicar na possibilidade de não enxergar certas perspectivas, implica numa parcialidade. O que, em tese, comprometeria a objetividade. Não obstante, objetividade não remete a uma verdade supostamente neutra, remete sim à capacidade de explicitar, até onde for possível, as condições de produção da pesquisa e o lugar de fala do pesquisador. Implica também em reconhecer a parcialidade que reside em todo saber.

A dissertação está dividida em dois capítulos. No primeiro deles, a partir do conceito de pessoas em situação de rua e das formas de estar na rua, discutimos a diversidade e a heterogeneidade de perfis ou categorias de quem vive e ocupa o espaço urbano. Procurei, ainda, transformar o estranho da rua numa figura mais familiar, indagando quem são as pessoas que vivem em situação de rua, de onde elas vieram, onde e como vivem, quais são suas estratégias de sobrevivência, e o mais importante de tudo, qual a causa da situação de rua.

Aos poucos fui notando que esta pergunta: “por que as pessoas estão na rua”, que atravessava todo o primeiro capítulo, funcionava como uma sombra que encobria, talvez, uma realidade menos assinalável, porém não menos importante, de como um contingente de agentes sociais e instituições se comportam frente ao fenômeno da população de rua. Comecei a dar-me conta da necessidade de explorar as representações sociais atribuídas às pessoas em situação de rua.

No capítulo 2 da dissertação, ocupamo-nos das seguintes questões: como as pessoas que vivem em situação de rua são vistas e tratadas pela sociedade em geral, qual a imagem que têm de si mesmas, como elas lidam e elaboram a visão que a sociedade formula sobre elas. Na análise das ações assistenciais implementadas pelo poder público municipal de Araguari no atendimento das pessoas que vivem em situação de rua, a questão central foi refletir sobre o tratamento e os olhares dos profissionais que trabalham diretamente no atendimento deste segmento social, sobre quem se encontra em situação de rua no município.

Capítulo 1: “No tempo em que eu era gente”...

Eu me chamo de excluído como alguém me chamou
 Mas pode me chamar do que quiser seu dotô
 Eu num tenho nome
 Eu num tenho identidade
 Eu num tenho nem certeza se eu sou gente de verdade
 Eu num tenho nada
 Mas gostaria de ter
 Aproveita seu dotô e dá um trocado pra eu comer...
 Eu gostaria de ter um pingo de orgulho
 Mas isso é impossível pra quem come o entulho
 Misturado com os ratos e com as baratas
 E com o papel higiênico usado
 Nas latas de lixo.
 Eu vivo como um bicho ou pior que isso
 Eu sou o resto do mundo
 Eu sou mendigo um indigente um indigesto um vagabundo
 Eu sou... Eu não sou ninguém.²⁵

Gabriel O Pensador. *O resto do mundo*.

Compondo o cenário atual, o fenômeno ao qual se convencionou chamar contemporaneamente como “população em situação de rua” não é recente, mas está em franco crescimento. Podemos observar progressivamente pelas ruas das cidades e entre elas, Araguari, um contingente significativo de pessoas espalhadas pelas principais vias de circulação, vivendo a experiência de ocupar as ruas.

Sobre o contexto histórico de surgimento da errância que caracteriza a situação de rua, Stoffels afirma que “ondas de vagabundos e mendigos começaram a aparecer na Grécia antiga, com a decomposição da sociedade arcaica”,²⁶ em decorrência de diversos acontecimentos de ordem econômica, política e social. Ao registrar a existência em praticamente todas as civilizações humanas, desde a antiguidade até os tempos presentes, de pessoas que fizeram da rua o seu lugar de moradia e sobrevivência, a autora descreve a presença de mendigos e da indigência na Grécia antiga como “produtos da expropriação de terras comuns, que os expulsa para a cidade”.²⁷

Ainda quanto à historicidade do drama da vida nas ruas, Bursztyn propõe que: “viver *no meio da rua* não é um problema novo. Se não é tão antigo quanto à própria existência das ruas, da vida urbana, remonta, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do

²⁵ GABRIEL O PENSADOR. *O Resto Do Mundo*. Álbum: Gabriel O Pensador. Produzido por Fabio Fonseca A&R: Jorge Davidson. Rio de Janeiro. Sony Music, 1993.

²⁶ STOFFELS, Marie-Ghislaine. *Os mendigos na cidade de São Paulo – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 60.

²⁷ *Ibid.* p. 60-61.

capitalismo”.²⁸ Apontando que a população de rua já fazia parte do cenário das cidades pré-industriais.

Mesmo concordando que o fenômeno de morar e sobreviver nas ruas antecede à industrialização, entendemos que “foi apenas com o advento das primeiras cidades industriais que essa situação tornou-se um fenômeno de massa”,²⁹ pois antes, de maneira geral, essa situação era restrita a poucos, “aplicava-se na maioria das vezes a indivíduos com transtornos mentais, andarilhos, viajantes ou exilados”.³⁰

As perguntas básicas nesta primeira parte da pesquisa são bastante simples. Quem são afinal estas pessoas, intituladas como “população em situação de rua”? De onde vieram? Onde ficam? Como vivem? Quais os motivos que as levaram a viver na rua?

Antes de tentarmos responder aos questionamentos iniciais é preciso destacar minimamente a historicidade da expressão população em situação de rua. Ao longo dos tempos, vários termos foram utilizados para representar a questão: o termo *mendigo* enfatiza a mendicância como meio de auferir recursos financeiros. Já os termos *trecheiros* e *andarilhos* apontam a mobilidade e a itinerância constante no grupo. *Morador de rua* ou *população de rua* é uma classificação que aparece nos anos 1990, sendo utilizada em substituição ao termo mendigo. Também é empregado *homens da rua*, sinalizando para o sexo masculino preponderante na população de rua. A Igreja Católica refere-se a *povo de rua* como uma analogia a “povo de Deus”. O termo população de rua está relacionado ao tempo de vivência nas ruas. E, por fim, o termo *população em situação de rua* é usado como uma forma de indicar que há a possibilidade de um dia essas pessoas não mais estarem ou serem de rua. Atualmente, em termos legais, o Decreto 7.053/09, em seu art. 1º, parágrafo único, vem nos dar uma definição de “população em situação de rua”:

(...) grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.³¹

²⁸ BURSZTYN, Marcel. *Vivendo nas ruas: Brasília Cidade Terceiro-Mundo*. In: BURSZTYN, Marcel e ARAUJO, Carlos Henrique. *Da utopia à exclusão - vivendo nas ruas em Brasília*. Ed. Garamond, Rio de Janeiro, 1997. p. 19.

²⁹ PEREIRA, Camila Potyara. *Rua sem saída - Um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília/UNB, 2008. p. 37.

³⁰ *Ibid.* p. 36.

³¹ BRASIL, Distrito Federal. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Art. I. Parágrafo único. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

As pessoas em situação de rua participam de um segmento social heterogêneo. Essa heterogeneidade se refere à diversidade de formas de viver na rua, ou seja, devido à diversidade concreta da situação de rua estabelece-se uma diversidade conceitual: de designações dos diversos grupos de pessoas em situação de rua. Diversas categorias sociais são agrupadas sob esta designação, visto que, andarilhos, mendigos, trecheiros, moradores de rua, meninos de rua, albergados, migrantes, sem-tetos e desabrigados, são algumas designações utilizadas para se referir às pessoas em situação de rua.

Diante de tal complexidade, poder-se-ia falar num conceito geral de população em situação de rua? Sob nossa ótica, sim. Conscientes de que a conceituação possui suas limitações e contradições, porque todo conceito nasce por igualação de algo que nem sempre é igual, acreditamos que “o movimento de conceituação pode ser entendido como a necessidade de dar sentido a uma realidade, de enunciá-la, enfim, de nomeá-la”.³² Se pudermos conceituar a situação de rua de maneira geral, com base naquilo que nos faz caracterizar a situação de rua como distinta da situação domiciliada, não devemos esquecer-nos das diferenças que permeiam a subjetividade da pessoa em situação de rua, pois, assim como os domiciliados não são homogêneos, os rualizados também não o são.

A distinção entre o termo “pessoas” e o termo “população”, é que este último é do campo da institucionalização, da estatística e da ordenação, e ainda, que privilegia o grupo social naquilo que tem em comum, e não em suas distinções. Para nós, a experiência da situação de rua é marcada por “vivências, ao mesmo tempo iguais e diferentes”,³³ e é nessa contradição que pautamos nossa conceituação: “sem a pretensão de sistematizar, simplificar ou ordenar uma realidade complexa e desordenada”,³⁴ mas, sim, de refletir sobre tais contradições.

O conceito que utilizamos é o de pessoas em situação de rua. O termo pessoa é utilizado no plural, “de maneira a destacar não só aquilo que nos iguala, mas também o que nos diferencia: são pessoas distintas umas das outras, porque cada qual é singular”.³⁵ Há um profícuo debate sobre o conceito de pessoa, normalmente ligado à sua distinção em relação aos termos indivíduo e sujeito.

Nesta pesquisa a noção de sujeito está sendo empregada para definir o indivíduo que se faz sujeito através de sua participação em relações sociais mais amplas, a partir das

³² MATTOS, Ricardo Mendes. Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Psicologia. Universidade de São Marcos. São Paulo, 2006. p. 39.

³³ Ibid.

³⁴ Ibid.

³⁵ Ibid. p. 40.

condições históricas que lhe são colocadas, ou seja, se faz sujeito no embate com as relações de poder. O indivíduo é visto como agente, porém, não como um agente à priori, mas, pelo contrário, como um indivíduo que se constitui sujeito dentro dos jogos de poder. Assim, o sujeito humano não é concebido como portador de uma subjetividade unificada, nem tão pouco como proprietário de uma identidade universal, mas sim como uma figura detentora de identidades incertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, enfim, identidades descentradas e deslocadas, resultantes do fato de que os modos de subjetivação do sujeito são constantemente produzidos no jogo das relações de poder.

Nossa utilização do termo pessoa se alinha à perspectiva de Marcel Mauss, no tocante a apreender a noção de indivíduo, de “eu”, vinculada à ideia de um “eu” único, individual, em que cada indivíduo tem seu próprio “eu”, ou seja, a pessoa humana tornou-se um ser psicológico e individual. Nessa lógica, a ideia de “pessoa”, de “eu”, como categoria do espírito humano, identifica-se “com o conhecimento de si, com a consciência psicológica”.³⁶ Adotamos o conceito de *pessoas em situação de rua* porque assumimos uma postura que, frente à pluralidade dos homens, procura considerar a singularidade da existência humana, respeitando o fato “de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir”.³⁷

A expressão “situação de rua” é referente a um estado ou condição, evidenciando a possibilidade do “caráter transitório e passageiro da situação de rua”,³⁸ em oposição à ideia da situação de rua como fato constituído. Com o termo situação, destacamos a possibilidade da transitoriedade desta condição social, pois sendo um estado ao qual se pode chegar, essas pessoas eventualmente também podem sair dele, embora com extrema dificuldade. “Logo, a situação é o avesso do “ser definitivo”, não só porque o estar na rua pode ser superado pela saída das ruas, mas principalmente por se tratar de um modo de vida volátil, móvel e indefinido”.³⁹ Em síntese, quando empregamos: “pessoas em situação de rua destacamos a existência de sujeitos humanos e singulares que atravessam uma situação transitória num espaço construído socialmente”,⁴⁰ que é a rua.

³⁶ MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: *Sociologia e Antropologia*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 394.

³⁷ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. p. 16.

³⁸ MATTOS, Ricardo Mendes. *Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Psicologia. Universidade de São Marcos. São Paulo, 2006. p. 41.

³⁹ Ibid.

⁴⁰ Ibid. p. 42.

Mesmo atentos à singularidade, às diferenças, não podemos deixar de questionar: o que em linhas gerais, caracteriza a situação de rua. Interrogando quais são os traços essenciais, quais as características que definem a rualização.

De acordo com Mattos, a principal característica da situação de rua é a ausência de uma casa, de uma residência fixa. Mas não é só isso, a situação de rua, além de ser uma condição social marcada pela ausência de moradia, é também caracterizada pela mobilidade constante como forma de vida em detrimento da vida domiciliada. Como uma característica fundamental da situação de rua é a mobilidade, “entendida como instabilidade espacial sedimentada na própria falta de fixação residencial”,⁴¹ enfatizamos que a mobilidade tende a caracterizar a situação de rua em diversos grupos, de acordo com a maior ou menor movimentação de seus integrantes. A partir de um percentual de movimentação são definidas diferentes formas de estar na rua: “os errantes, que podem ser trecheiros ou andarilhos; ou os citadinos, como os moradores de rua e mendigos”,⁴² ou ainda os “perambulantes” - definindo uma mobilidade constante e sem destino de alguns grupos da população de rua.

Outra dimensão importante, definidora da situação de rua, é o trabalho. O termo mendigo destaca o trabalho como “referencial, na medida em que a mendicância é analisada como atividade produtiva responsável pela característica distintiva desse contingente”.⁴³ É justamente a prática do pedido realizada pela pessoa em situação de rua que caracteriza o mendigo. No entanto, deve-se ressaltar a fragilidade dessa “categorização, se tomada como fixa e rígida: qual pessoa em situação de rua não solicitou, frequentemente ou não, auxílio de terceiros, sejam eles pessoas físicas ou entidades”?⁴⁴ A dimensão do trabalho também define os catadores de materiais recicláveis, assim designados em virtude da atividade que exercem.

Segundo Mattos, ao analisarmos as denominações daqueles que vivem em situação de rua, parece-nos consensual que há uma divisão entre o contingente de crianças e adolescentes em situação de rua ou em situação de risco social e a população adulta de rua. Assim, quando se fala em população de rua, morador de rua ou pessoas em situação de rua, a referência primordial é de que são pessoas adultas, e não se refere aos meninos de rua, embora estes experimentem o contexto de rualização.

O termo “*homeless*” sugerido pela ONU (Organização das Nações Unidas) “abrange todas as pessoas que residem em locais impróprios ou sem os padrões mínimos para

⁴¹ Ibid. p. 45.

⁴² Ibid.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ Ibid. p. 51.

habitação”,⁴⁵ e esta é uma designação não utilizada no Brasil, visto a sua inadequação, uma vez que abrangeria os moradores de cortiços, favelas e demais instalações insalubres. No Brasil, mais comum é a recorrência ao termo “sem-teto” para designar os desabrigados em razão de inúmeros fatores, entre eles, as conjunturas habitacionais, as calamidades provocadas por desastres naturais, entre outros.

Considerando a relação com as entidades assistenciais, temos um grande contingente de indivíduos denominados “albergados”. Essas pessoas se diferenciam, em certa medida, dos moradores de rua porque normalmente pernoitam nos albergues e usufruem mais intensamente dos serviços oferecidos pelas entidades sociais.

Utilizamos o termo morador de rua para aquele contingente de pessoas em situação de rua que dormem e vivem nos logradouros públicos da cidade. Outra característica dos moradores de rua é a sua urbanidade, ou seja, eles se concentram no interior das cidades; são citadinos, porque perambulam pelas cidades e permanecem nelas por longos períodos.

O termo trecheiro designa os sujeitos que vivem em movimento intermunicipal. A distinção do trecheiro em relação ao morador de rua se refere a sua itinerância estendida para além dos limites do espaço urbano das cidades. De acordo com Frangella,⁴⁶ do ponto de vista moral, os trecheiros se definem por seu apego ao trabalho. Numa outra percepção, Di Flora analisa que os trecheiros sobrevivem a partir da prática do pedido, por isso, adota o termo mendigo-trecheiro.

(...) o trecheiro caracteriza-se como alguém que não tem residência fixa, mobiliza-se constantemente, de cidade em cidade, em regra escolhendo aquelas onde possa encontrar recursos assistenciais; reproduz-se frequentemente através da esmola e do assistencialismo.⁴⁷

Sobre essa contenda entre trabalho e mendicância, Mattos destaca uma subdivisão no interior da categoria dos trecheiros, afirmando que existem dois perfis de trecheiros:

(...) aqueles que perambulam à procura de “bicos” ou de auxílio de entidades assistenciais, mantendo a busca por um trabalho como parte do roteiro. No entanto, outros se aproximam mais da definição de mendigos-trecheiros, os “pardais”, caracterizados pela especialidade na prática do acharque.⁴⁸

⁴⁵ Ibid. p. 47.

⁴⁶ Segundo Frangella, trecheiro é uma designação dada ao e por aquele que “anda no trecho”, isto é, migrantes cuja extensão de deslocamento vai para além das cidades. Além do espacial, outros parâmetros definem os trecheiros: do ponto de vista moral, os trecheiros se definem por seu apego ao trabalho e honestidade. FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2004. p. 46.

⁴⁷ DI FLORA, Marilene Cabello. *Mendigos: por que surgem, por onde circulam, como são tratados?* Petrópolis: Vozes, 1987. p. 95-96.

⁴⁸ MATTOS, Ricardo Mendes. *Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Psicologia. Universidade de São Marcos. São Paulo, 2006. p. 59.

Nessa lógica, os pardais distinguem-se dos trecheiros, porque para eles o trabalho não tem valor moral ou econômico. É considerado pardal a pessoa que circula por diversas cidades, vivendo um tempo em cada lugar e sobrevivendo da prática do acharque. Essa prática confere aos pardais uma auto representação mais próxima do “malandro” e menos de vítima, pois o acharque é concebido pelos pardais como uma forma de pedido “deliberadamente escusa para enganar o interlocutor a partir da arte de comovê-lo”.⁴⁹ O acharque é compreendido pelos pardais como um ato de esperteza, malandragem ou como arte de argumentação, e não como pedido de ajuda, pedido de esmola ou mendicância comum. Os pardais abandonam a possibilidade de viver a partir do trabalho e passam a viver exclusivamente do acharque (mesticância), chegando inclusive a debochar daqueles que trabalham.

Adotamos a definição de trecheiro presente em Mattos, com a afirmação de que o trecheiro “é aquele que vive a partir do *nomadismo*, forma de movimentação que pressupõe um roteiro definido por um objetivo a ser alcançado, seja ele de trabalho ou entidades filantrópicas”.⁵⁰ Em síntese, o grupo dos trecheiros é constituído por pessoas em situação de rua que vivem a mobilidade entre as cidades e “sobrevivem de trabalhos temporários, mendicância ou acharque, além de contar com auxílio de entidades assistenciais”.⁵¹

Se os trecheiros se caracterizam pelo nomadismo, os andarilhos são caracterizados pela errância, que se configura numa “movimentação radical sem qualquer destino, ponto de partida ou chegada, rumo ou roteiro”,⁵² ou seja, os andarilhos não se dirigem efetivamente a lugar nenhum. Nas palavras de Bursztyn é essa “perambulação sem destino e incessante”,⁵³ que diferencia os andarilhos de outros tipos em movimentação constante pelas estradas. É importante ressaltar a semelhança dos andarilhos com aqueles que Bursztyn denomina de “perambulantes” – indivíduos que passam a viver na estrada sem qualquer perspectiva de se fixar em alguma cidade, numa “migração sem rumo e sem fim”.⁵⁴

Durante o trabalho de campo, deparamo-nos com uma gama bastante ampla de pessoas adultas que fazem uso das ruas de Araguari. Quanto à forma de estar na rua, podemos dizer que o espaço urbano na cidade é ocupado com pelo menos dois sentidos: a rua pode se “constituir num abrigo para os que, sem recurso, dormem circunstancialmente sob marquises de lojas, viadutos ou bancos de jardim ou pode constituir-se em um modo de vida para os que

⁴⁹ Ibid. p. 50.

⁵⁰ Ibid. p. 60.

⁵¹ Ibid.

⁵² Ibid.

⁵³ BURSZTYN, Marcel. Vira- mundos e “rola bostas”. In: BURSZTYN, Marcel. (org.) No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 234.

⁵⁴ Ibid.

já têm na rua o seu habitat e que estabelecem com ela uma complexa rede de relações”.⁵⁵ Neste contexto, como sintetiza Vieira, Bezerra e Rosa (1992), é possível identificar situações diferentes em relação à permanência na rua, tais como o *ficar* na rua – circunstancialmente; o *estar* na rua – recentemente e o *ser* da rua – permanentemente.

Distinguindo entre aqueles que *estão* na rua e os que *são* da rua, consideramos a estadia temporária ou circunstancial como “situação de rua” e apenas os que vivem permanentemente nas vias públicas como “moradores de rua”.

Tomando a situação de rua como um processo que leva a uma condição social, abordamos a situação de rua em Araguari sob três estágios, de acordo com o tempo de permanência na rua. Observamos que o “estar na rua, o ficar na rua e o ser da rua” são “situações que podem ser dispostas num *continuum*, tendo como referência o tempo na rua; à proporção que aumenta o tempo se torna estável a condição de morador. O que diferencia essas situações é o grau maior ou menor de inserção no mundo da rua”.⁵⁶ Sobre como se efetiva o contato inicial com a rua e sobre como acontece o processo gradual de inserção no espaço da rua, narrou Wesley:

“Quando eu fui pra rua, primeiro eu fui pro hotel. Depois que eu separei, vendi a casa, gastei tudo o dinheiro. Eu morava no hotel. Eu fiquei oito mês morano lá. O dinheiro acabou. Então do hotel eu passei a ficá na rua”.⁵⁷

As pessoas que estão nas ruas recentemente buscam emprego ou bicos que lhes permitam pagar uma pensão, conforme relatou Wesley sobre os seus primeiros tempos na rua:

“A primeira noite na rua foi terrível! Porque eu não tinha dinheiro pro hotel, aí eu comecei a passá pra rua, né? Eu comecei a lavá carro. Eu lavava o carro, ia lá no Hotel Hawai, dava cinco real. Aí eu corria, arrumava mais cinco, ia lá e dava mais cinco pra podê passá a noite. Aí eu cansei, eu falei não, não vô pagá mais não, eu vô ficá na rua memo, não tem jeito”.⁵⁸

Num segundo estágio de inserção no espaço urbano, percebemos a situação daqueles que passam a ficar na rua e adotam-na como local de pernoite. Embora eles ainda expressem insegurança e certo medo de dormir nas ruas, já não a consideram tão ameaçadora. Nesta etapa, iniciam o processo de socialização: o estabelecimento de relações com as pessoas da rua e o conhecimento de novas alternativas de sobrevivência, tais como viver da assistência de outros, que se expressa de maneira mais marcante no uso da mendicância como alternativa de vida simultânea aos “bicos” ou subempregos.

⁵⁵ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). População de rua: quem é, como vive, como é vista. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 93.

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Depoimento do morador de rua Wesley. Local da entrevista: Praça dos Ferroviários. B. Goiás. 17/02/2011.

⁵⁸ Depoimento do morador de rua Wesley. Local da entrevista: Praça dos Ferroviários. B. Goiás. 17/02/2011.

Sobre o sentimento daqueles que aprendem a garantir a sobrevivência por meio da mendicância, ou seja, por parâmetros divergentes da ética capitalista hegemônica do trabalho, relatou Wesley:

*“Pedia, eu pedia. Mais só que eu vô te contá, viu? Nos primeiro dia eu não tinha corage não. Eu ficava tentano, eu passei mais ou menos uma semana tentano. Na primeira semana que eu passei na rua, eu acho que eu comi só umas três vez, de tanta vergonha! Tanta vergonha e dignidade, de oiá e falá: nossa, eu não precisava disso. Ocê tenta chegá assim, ó, mais na hora ocê desiste. Falta corage, nessa semana eu comi três vez. Mas aí, depois eu fui dano um jeito, criano corage, aprendeno a pedi”.*⁵⁹

O terceiro momento corresponde àquele em que a pessoa passa a ser da rua, reconhece-se neste pertencimento. Consoante às conclusões de Frangela, entendemos que nesta situação torna-se extremamente difícil conseguir qualquer tipo de emprego, ainda que seja trabalho temporário ou informal, pois nessas circunstâncias, desprovido de acesso aos patamares de consumo e cuidado corporal, as marcas físicas advindas das condições de vida nas ruas tornam-se visíveis, distinguindo os corpos e a corporalidade dos moradores de rua.

O gradual vínculo da pessoa com a rua pressupõe um aprendizado de mecanismos de sobrevivência, ao mesmo tempo em que marcas corporais vão denunciando o prolongamento do contato com o espaço urbano: a sujeira que gradualmente vai lhe encardindo, as feições inchadas pelo álcool, a vestimenta rasgada, a postura corporal específica, o olhar introspectivo.⁶⁰

Nesse ínterim, o corpo passa a apresentar e denunciar a condição de rua, dificultando a inserção no mundo do trabalho, porque “à proporção que aumenta o tempo de rua, de forma geral, o indivíduo vai sofrendo um processo de depauperamento físico e mental em função de má alimentação, precárias condições de higiene e pelo uso constante do álcool”.⁶¹ Nessa situação, a rua ganha cada vez mais importância, torna-se espaço de moradia de maneira permanente, ainda que ocasionalmente possa haver alternância com outros lugares de alojamento, como albergues, depósito de materiais recicláveis, etc. A rua é instituída como espaço de relações pessoais, de sobrevivência, de obtenção de recursos de todo tipo. O cotidiano passa a ser pautado por referências ligadas, por exemplo, aos locais mais adequados à mendicância, à obtenção de comida, ao lugar mais seguro para pernoite e aos locais com disponibilidade de água.

⁵⁹ Depoimento do morador de rua Wesley. Local da entrevista: Praça dos Ferroviários. B. Goiás. 17/02/2011.

⁶⁰ FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2004. p. 63.

⁶¹ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 94.

Quanto às possibilidades variadas de usos do espaço urbano, acreditamos que o que diferencia os vários grupos da população em situação de rua é a relação com o trabalho e a intensidade de circulação das pessoas, uma vez que a mobilidade, quase sempre relacionada às formas de sobrevivência, cria grupos diversos, que se particularizam de acordo com os usos possíveis do espaço urbano.

A maneira de estar em situação de rua é bastante variada, tendo em vista as diversas formas de ocupação dos espaços. De acordo com Mattos (2006), os andarilhos, numa forma extremada, vivem sem ocupar um espaço de forma fixa. De maneira menos radical, o trecheiro é mais suscetível a fixações, entretanto, estas são bastante transitórias. O albergado é o grupo das pessoas em situação de rua com fixação mais prolongada em um mesmo local, embora os prazos de permanência nos albergues sejam limitados. Os moradores de rua procuram ocupar o espaço da rua segundo alguns critérios, entre eles: a proximidade dos locais para a mendicância, a existência de água para a promoção da higiene, condições de fácil acesso a alimentação, etc. A maior parte deles prefere ficar sozinho e normalmente dorme em espaços variados, embora tente manter alguma regularidade da região que habitam. Há moradores de rua, no entanto, que convivem em grupos. Embora eles tentem permanecer em um espaço por tempo indeterminado, remoções, brigas na vizinhança e necessidades de sobrevivência levam o grupo a deslocar-se ininterruptamente por vários lugares. Não obstante, existem alguns grupos que chegam a ocupar o mesmo local por período prolongado de tempo.

Sobre a situação de rua, podemos dizer que a predominância é a intermitência e combinação dessas várias formas de viver nas ruas, de modo que a pluralidade de estar em situação de rua se deve ao fato de que uma mesma pessoa, ao longo do tempo, experimenta muitas dessas maneiras de ocupar o espaço da rua, como: viver sozinho ou em grupos, passar um tempo em albergue, ficar na rua durante quase todo o tempo e voltar pra casa de vez em quando, viver como trecheiro, viver como morador de rua, como perambulante, etc. De acordo com a forma de ocupar o espaço da rua existe uma gradação de fixação, que é inversamente proporcional à mobilidade dessas pessoas. A fixação ou a ocupação do espaço pode ser entendida pela mobilidade, já que a situação de rua é caracterizada pela não fixação e pela mobilidade constante.

Durante a pesquisa de campo que alicerça essas reflexões, abordamos a diversidade dos grupos de população em situação de rua, defendendo que o elemento unificador das “situações que permite designar os que a vivenciam como população de rua é o fato de que, possuindo condições de vida extremamente precárias, circunstancial ou permanentemente,

utilizam a rua como abrigo ou moradia”,⁶² estabelecendo no espaço da rua suas atividades e suas relações privadas.

Localizamos e mapeamos uma média de vinte pessoas fazendo uso das ruas de Araguari, sendo que destas, seis se encaixam no perfil de moradores de rua tradicional, que é aquele cuja mobilidade é circunscrita ao circuito da cidade e utiliza os diversos logradouros públicos. Deste grupo, conversamos com Joana Darc, que tem o apelido de “Baiana” numa referência aos seus traços físicos de descendência africana; com Maria Cristina carinhosamente chamada de “Cris” por seu esposo e pelos integrantes de seu grupo; Wesley que é o esposo da “Cris”; Moisés que é muito conhecido na cidade porque transita entre os diversos grupos em situação de rua, relacionando-se com todos sem fixar-se a nenhum.

Entrevistamos, também, o indivíduo conhecido como “Super Homem”, que é a figura mais misteriosa e emblemática entre aqueles que vivem em situação de rua em Araguari. Em relação a “Super Homem”, até mesmo a sua identidade é uma incógnita: alguns o conhecem como Capitão, há quem o chame de Sr. Nelson, outros dizem que seu nome é José Dias, outros ainda o conhecem como Sr. João. Embora para nós tenha se apresentado como João, ele deixou claro que sua verdadeira identidade só pertence e interessa a ele mesmo, devendo permanecer secreta. O “Super Homem” de Araguari tornou-se popular, despertando a compaixão, a simpatia e a curiosidade social. Tanto que acabou inspirando a criação de uma comunidade na internet: “Super Homem mora em Araguari”. Ele é o único morador de rua idoso que encontramos na cidade. Atualmente com 68 anos de idade, vive sozinho pelas ruas desde a juventude. Fechado em seu mundo de silêncio, ele é um senhor negro, de cabelos grisalhos, de poucas palavras, que se esquivava do contato social e evita aproximação de estranhos. Natural de Araguari, ele intriga os comerciantes e os moradores domiciliados da cidade, que o descrevem como calmo, pacífico, respeitador e honesto (por não se envolver em furtos). Sua popularidade e apelido são decorrentes do fato dele ter vestido diariamente, durante anos, uma camiseta que encontrou no lixo, e que é idêntica ao uniforme do super-herói “Super Man”. Entre os moradores de rua, entrevistamos ainda, o denominado “Bin Laden”, que embora não seja araguarino, vive há mais de 30 anos nas ruas da cidade. Seu perfil impaciente, agressivo e por vezes violento (com incidência de alguns episódios de ataques a transeuntes, comerciantes e moradores), corroborou para consolidação de seu apelido, no entanto, suas características físicas bastante próximas da aparência do terrorista Bin Laden devem ter sido determinantes nesse processo, pois a semelhança física entre ambos

⁶² Ibid. p. 94.

impressiona: cabelos compridos e desgrelhados, barba muito longa, corpo esguio, etc. Enfim, quer seja numa referência à agressividade ou à semelhança física, Sebastião, um dos moradores de rua em Araguari, é comumente conhecido como Bin Laden.

Dentre as pessoas que ocupam as ruas da cidade existe um grupo que preferimos denominar de “simpatizantes das ruas”, primeiro porque seus integrantes se distanciam do protótipo do morador de rua convencional, no tocante ao uso circunstancial das ruas como abrigo e não como moradia permanente como o fazem os moradores de rua. Em segundo lugar, “simpatizantes das ruas”, numa referência à escolha, preferência, desejo e opção pela vida na rua. São pessoas que possuem família domiciliada em Araguari, mas elegeram a rua como alternativa preferível de vida, por isso, embora algumas vezes retornem para casa e mantenham vínculo com família, passam a maior parte do tempo na rua. Composto este grupo localizamos aproximadamente nove pessoas, das quais entrevistamos três: a Neide, o Marcos, mais conhecido como “Baixinho” graças a sua estatura física, e o José, cujo apelido é “Baiano”.

Entre os que os órgãos assistenciais do município designam de “migrantes”, constatamos diversos grupos de população em situação de rua sendo padronizados e conceituados de modo homogêneo. Imiscuídos aos migrantes convencionais – que se deslocam para vários pontos do país, desenvolvendo atividades dos mais diferentes tipos, tais como: construção civil, trabalho agrícola, etc.,⁶³ encontramos alguns que no momento viviam a condição de rua como albergados, porque mantêm uma estreita relação com as instituições assistenciais, já que pernoitam nos albergues e usufruem mais intensamente dos serviços oferecidos pelas entidades sociais. Localizamos também pessoas que viviam a errância como “trecheiros tradicionais”, ou seja, sua mobilidade intermunicipal tinha um roteiro definido e motivado pela busca de trabalho, mendicância ou assistência social. Observamos, ainda, a existência de um novo grupo de pessoas em situação de rua, que se enquadra no protótipo do “perambulante” sintetizado por Bursztyn, haja vista que sua mobilidade é “sem destino e incessante, sem rumo e sem fim”.⁶⁴ Trata-se de pessoas que se encontram em trânsito por tempo não definido, não se dirigem a um destino determinado, nem tem em vista uma finalidade prévia. Os perambulantes compõem um perfil contemporâneo, constituído por

⁶³ O Serviço de Atenção ao Migrante de Araguari esclarece que se entende como migrante o indivíduo e sua família em situação de risco pessoal e social, em processo migratório, com permanência há um período inferior a dois meses no município, e que esteja em situação de procura por trabalho, fixação no município, e mobilidade para outro município onde mantenha vínculo familiar e comunitário.

⁶⁴ BURSZTYN, Marcel. Vira- mundos e “rola bostas”. In: BURSZTYN, Marcel (org.) *No meio da rua: Nômades, Excluídos e Viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 234.

aqueles que estão constantemente em trânsito, perambulando continuamente, ininterruptamente em trânsito por inúmeros motivos.

Surge um novo tipo de migrante, aquele que não mais interrompe sua trajetória para instalar-se em algum lugar por longo período de tempo. Trata-se de ‘perambulantes’, que migram sem parar, não criando raízes em qualquer destino e que, muitas vezes, não romperam os vínculos com a origem, para onde regressam com certa frequência, permanecendo o tempo necessário para serem de novo lançados na estrada pela necessidade de sobrevivência.⁶⁵

Segundo Bursztyn, os perambulantes são pessoas que por seu nomadismo não têm endereço fixo. Perambulam pelo país, a pé, de carona, com passagens de ônibus fornecidas pela assistência social, sem um destino determinado e definitivo. São levados pelo acaso ou são despachados pelas prefeituras, que implementam políticas públicas de higienização social, com o propósito de exportar a população de rua para qualquer outro município. Esse novo grupo em situação de rua, o “perambulante”, passa de um lugar para o outro, com estadas curtas porque logo será motivado ou forçado a perambular novamente, de modo que seus vínculos com o lugar, com a cidade, não se efetivam, comportam-se como eternos turistas viajantes.

Partindo do princípio de que o imediatismo e a fluidez são as ordens do dia ditadas pela sociedade pós-moderna, Bauman afirma que “estamos todos de uma forma ou de outra, em movimento”,⁶⁶ nenhum de nós tem certeza de que a permanência num determinado lugar é para sempre, pelo contrário, temos claro que isso é uma perspectiva bastante improvável. Nessa lógica, a figura do turista é a expressão da mobilidade pós-moderna, já que a prerrogativa é que “a pessoa deve poder mudar quando as necessidades impelem, ou os sonhos o solicitam”.⁶⁷ O desejo de ter o controle da situação faz com que o turista enquanto viajante só estabeleça relações sociais superficiais com as pessoas dos lugares que visita, isso quando estabelece algum tipo de relação, porque quase sempre apenas esbarram ou tropeçam com as pessoas, em função do movimento, enfim, de sua estada no lugar. Isso porque para o turista, “acima de tudo, não há nenhum comprometimento do futuro, nenhuma incursão em obrigações de longo prazo, nenhuma admissão em alguma coisa que aconteça hoje para se ligar ao amanhã”.⁶⁸

⁶⁵ BURSZTYN, Marcel. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão. In: BURSZTYN, Marcel. (org.). *No meio da rua: Nômades, Excluídos e Viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 47.

⁶⁶ BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 118.

⁶⁷ *Ibid.* p. 114.

⁶⁸ *Ibid.* p. 115.

Os turistas iniciam suas viagens por decisão e escolha própria. Eles deixam a rotina do lar e partem para explorar lugares estranhos, desconhecidos porque acham “o lar maçante ou não suficientemente atrativo, demasiadamente familiar e contendo demasiadamente poucas surpresas”,⁶⁹ o que os motiva é o desejo de viverem novas e excitantes aventuras, enfim, de experimentarem inusitadas e intensas sensações que o ambiente do lar não proporciona.

A possibilidade de poder voltar para casa quando desejar, ou quando for preciso, torna bastante confortável a vida do turista. Mas nem todos os viajantes estão em movimento por escolha ou opção, mas porque foram impelidos por alguma razão ou força do destino a perambularem, a se locomoverem para longe do seu lugar de origem, e então, destituídos da possibilidade de escolha, “veem sua situação como qualquer coisa que não a manifestação da liberdade”.⁷⁰ Nas palavras de Bauman, para esses indivíduos, “estar livre significa não ter de viajar de um lado para o outro. Ter um lar e ser permitido ficar dentro dele. São esses os vagabundos”.⁷¹

Se pensarmos que, dentre os que Bauman metaforicamente intitulou como vagabundos, encontra-se a população em situação de rua, temos que, enquanto os turistas viajam porque querem e são livres para escolherem se vão demorar ou se vão partir de algum lugar, e tomam suas decisões pautadas nas novas oportunidades de diversão ainda não experimentadas, os vagabundos, os “perambulantes”, viajam involuntariamente, porque não têm nenhuma outra escolha. Eles sabem que em suas viagens, andanças e estadas “não ficarão por muito tempo, por mais intensamente que o desejem, uma vez que em lugar nenhum em que parem são bem-vindos”.⁷² Isto quer dizer que os vagabundos “vão para as estradas não quando arrancam a última gota de diversão que as pessoas do lugar podiam oferecer, mas quando estas perdem a paciência e se recusam a tolerar sua presença estranha”.⁷³

Notamos que os “migrantes, mesmo aqueles do tipo tradicional, em determinados momentos de seu trajeto, podem mergulhar no universo de rua, mas não necessária ou automaticamente são parte dele, as oportunidades de trabalho condicionam seu trajeto no meio urbano”.⁷⁴ Os depoimentos das pessoas que dormiam no albergue de Araguari permitiram perceber que, embora entre os “migrantes convencionais” alguns tenham declarado já ter dormido na rua anteriormente, utilizando-a como abrigo, o contato e o vínculo

⁶⁹ Ibid. p. 116.

⁷⁰ BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 117.

⁷¹ Ibid.

⁷² Ibid. p. 118.

⁷³ Ibid.

⁷⁴ FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2004. p. 30.

com a rua são quase nulos, restringindo-se em raríssimas ocasiões em que, por não conseguirem vaga em albergue, ou por serem proibidos de dormir em rodoviárias, eventualmente tiveram que passar alguma noite na rua.

Entre aqueles que se encaixam no novo perfil de “perambulante”, ressaltamos que, muitas vezes, eles são fruto de uma variação do convencional “trecheiro”. Assim, atualmente eles tornaram-se ex-trecheiros ou “trecheiros modernos” que romperam com a moral do apego ao trabalho ou desistiram de conseguir emprego, em decorrência da deterioração das condições físicas e profissionais. Como o percurso dos trecheiros muitas vezes inclui vários Estados das diversas regiões do Brasil, e como normalmente têm “uma vida profissional extremamente segmentada, os trecheiros vão perdendo no caminho a força física, seu grande instrumento de trabalho”,⁷⁵ encontrando-se desgastados e, portanto, em precárias condições de competição no mercado de trabalho. Outros nunca conseguiram estabilizar-se, realizando apenas pequenos “bicos”, o que os teria desmotivado a continuar na busca por inserção no mundo do trabalho. Em tais circunstâncias passam a viver de modo muito semelhante aos andarilhos, perambulando sem rumo, sem destino ou objetivo definido. Viajam permanentemente de cidade em cidade por todo o país, e nessa errância, a rua se torna possibilidade de moradia, que pode ser (ou não) intercalada com o pernoite em albergues, depósito de recicláveis, etc.

Deste grupo bastante complexo e heterogêneo entrevistamos algumas pessoas: o Nilton, o Genivaldo, o Antônio, o Belchior, o Luciano e o Marcos (apelidado de Paulista). Observamos que, no caso dos perambulantes, “é o trajeto ou a necessidade de manutenção da mobilidade que determina a escolha pelas oportunidades, reforçando assim a errância como condição de sobrevivência, e a rua como espaço inevitável para sua existência”.⁷⁶

Sob tais circunstâncias é bastante comum os indivíduos recorrerem ao discurso do trabalhador desempregado que perdeu os documentos. Vários entrevistados nos falaram sobre isso, entre eles Genivaldo,⁷⁷ afirmando que a sua vida era ficar de cidade em cidade atrás de serviço, mas que não obtinha sucesso por conta da perda dos documentos.

“A minha vida na rua é assim: eu chego numa cidade, os meus documentos perdidos. Faz muito tempo que a minha documentação eu perdi. Não consegui mais arrumá minha documentação. Aí eu chego num lugar já

⁷⁵ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). População de rua: quem é, como vive, como é vista. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 86.

⁷⁶ Ibid. p. 30.

⁷⁷ Genivaldo é um homem de trinta anos que deixou a Bahia ainda criança e foi viver com os pais em Goiânia até os dezessete anos de idade. De Goiânia a família migrou para o Pará onde vive até hoje, com exceção de Genivaldo, que eu encontrei num final de tarde, sentado num banco da Praça Manoel Bonito, no centro de Araguari.

pensano em arrumá um serviço, mas não consigo trabalhá. Porque a maioria das pessoa diz que precisa documento, e aí eu não consigo encontrá um serviço pra trabalhá de servente, trabalhá na roça, entendeu?”⁷⁸

Depois de um tempo de conversa com uma entonação recheada de tristeza, Genivaldo confessou que os motivos do desemprego extrapolam a falta dos documentos.

“No começo eu procurava emprego mesmo, ficava desesperado. Hoje, depois desse tempão tudo, as vez eu procuro, mais eu já desisti. Desisti mesmo. Desiste porque ocê chega pra arrumá um serviço, só ouve: não tem serviço aqui! De tanto insisti, a gente cansa. Nãããooo... cansei de vivê! Não cansei de trabalhá, de andá pra outros lugar, cansei foi de vivê mesmo”.⁷⁹

Após profundo silêncio continuamos a conversa e Genivaldo refletiu sobre a sua condição de rua, deixando evidentes as diferenciações entre os vários perfis que ocupam as vias públicas.

“Eu não tenho casa, eu não tenho nada, mais eu não sou morador de rua. Eu não sou mendigo por causa que eu gosto de tomá banho, eu tenho escova de dente, sabão, eu gosto de vesti roupa limpa. Eu acho que o mendigo é diferente desse aí. O andarilho é um tipo de pessoa que coloca uma bolsa nas costa e some sem rumo. Eu acho que eu sou trecheiro porque eu fico zanzano, mas a diferença é procurá trabalho”.⁸⁰

Quando questionado sobre o fato de ele ter dito que atualmente já não tem procurado trabalho, com uma expressão preocupada ele ponderou: *“então capaz que de trecheiro eu tô virano andarilho, que fica andano sem rumo. Será? Credo! É mesmo. Eu tô achano que eu virei andarilho”.*⁸¹ Até o momento, Genivaldo não havia tomado consciência, que se a princípio ele fora um trecheiro, as circunstâncias o tornaram um “trecheiro moderno”, ou melhor, um perambulante, muito semelhante ao andarilho.

Sobre essa diferenciação de perfis dos personagens da rua, Virgínia Alcântara, atual secretária do Trabalho e Ação Social de Araguari, sistematiza a complexidade da população de rua.

O migrante muitas vezes se confunde com o morador de rua e o andarilho. O migrante sai de um lugar para o outro com um objetivo, seja na busca de trabalho ou até mesmo de uma vida melhor. O andarilho ao contrário, não tem um compromisso e não procura firmar raízes. No meio disso, estão também os moradores de rua, que apesar de não residirem numa casa, vivem na cidade. É importante destacar essa diferença entre eles. ⁸²

Considerando que a dinâmica da rua no contexto de vida do conjunto dessas pessoas é dotada de uma característica essencial: o deslocamento nômade, e que, a secretária embasa-se

⁷⁸ Depoimento de Genivaldo. Local da entrevista: Praça Manoel Bonito. 22/02/2011.

⁷⁹ Depoimento de Genivaldo. Local da entrevista: Praça Manoel Bonito. 22/02/2011.

⁸⁰ Depoimento de Genivaldo. Local da entrevista: Praça Manoel Bonito. 22/02/2011.

⁸¹ Depoimento de Genivaldo. Local da entrevista: Praça Manoel Bonito. 22/02/2011.

⁸² GONÇALVES, Talita. Gestores da Assistência Social discutem políticas públicas para andarilhos e migrantes. Reportagem do Jornal Gazeta do Triângulo. Araguari, 27/08/2010.

na concepção tradicional de “trecheiro,” relacionando diretamente a errância deste, a motivos de busca por possibilidades de trabalho ou de melhores condições de vida, podemos dizer que isso muitas vezes condiz com a realidade, porém contestamos que nem sempre é regra, haja vista o perfil moderno de perambulante – que se assemelha ao andarilho e nem sempre visa trabalho, embora quase sempre o discurso para o albergamento ou a mendicância seja neste sentido.

Questionada quanto à dimensão do problema da população de rua em Araguari, a secretária de Ação Social, pautando-se nas formas mais evidentes de adequação dos personagens sociais que integram o segmento população de rua à dinâmica da rua, ela os distingue a partir de critérios, tais como a existência de moradia ou de ausência da mesma. Construindo um quadro analítico dos perfis da população de rua, a partir das possíveis formas que este segmento encontra de estar na rua, ela acrescentou:

Muitas vezes, os migrantes são quantificados como moradores de rua, o que não é uma realidade. Para se ter ideia, na última pesquisa realizada pela SEDESE⁸³ em Araguari, há aproximadamente vinte dias, ficou constatado que aqui existem apenas cinco moradores de rua. O restante é migrante ou moradores do município que possuem residências estabelecidas, mas que permanecem nas ruas por apresentarem algum tipo de dependência de álcool ou drogas.⁸⁴

Embora, não tenhamos como meta fazer um levantamento quantitativo do percentual da população de rua em Araguari, faz-se necessário refletir sobre os critérios que embasaram a pesquisa realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, que divulgou em número de cinco os moradores de rua no município. Esse resultado teve os seguintes critérios para caracterizar o morador de rua que vive no espaço urbano: o rompimento dos vínculos familiares e, sobretudo, a inexistência de moradia e o caráter permanente da situação de rua. Critérios esses que, na sequência, passamos a analisar.

1.1. Vulnerabilidade dos vínculos familiares – uma face da exclusão social

Voltemos à nossa questão principal: quem são os que vivem nas ruas de Araguari? A simples observação cotidiana permite evidenciar que a população de rua é basicamente masculina, constituída, principalmente, por homens sozinhos, dentro de uma faixa etária

⁸³ Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE).

⁸⁴ LIMA, Sávia. Araguari participa de Oficina para Serviço de Proteção Especial ao Migrante. Reportagem do Jornal Gazeta do Triângulo. Araguari, 29/07/2010.

produtiva, ou seja, com capacidade para o trabalho. Essa constatação é preliminar para que ampliemos a discussão da exclusão social para um enfoque multidimensional.

Mas afinal, o emprego do conceito de exclusão social é pertinente como categoria de pensamento e de análise? Esse conceito tem gerado controvérsias e considerado desgastado no meio científico. As críticas apontam que se trata de “uma categoria vaga, demasiadamente ampla, que esconderia a origem da exclusão e seria uma quebra da visão dialética da luta de classes”.⁸⁵ O debate gira em torno do problema do conceito de exclusão social expressar “de forma potente uma condição em que se está fora, em que não se é integrante, na qual não se pertence, em que não se tem lugar”.⁸⁶ A acusação é de que o conceito institui uma simplificação, polarizando a questão social ao fato de que há os que estão “dentro” e os que estão “fora”, o que implica na ideia de que os excluídos são pessoas que estariam fora, às margens da sociedade. Então, o conceito de exclusão social é recusado como categoria válida, sob o argumento de que nunca se é totalmente excluído.

Como não conseguimos contornar essa armadilha da noção de exclusão social, empregamos o conceito, porém, entendemos que é impossível alguém estar excluído da sociedade, no sentido de estar fora dela. Compreendemos que as pessoas que vivem em situação de rua têm uma inserção própria, típica daqueles que vivem nas ruas, ou seja, inserem-se precariamente dentro do quadro de possibilidades de inclusão que a rua oferece.

Aqueles que vivem em situação de rua constituem uma parcela do conjunto da população vulnerável a processos de desvinculação nas várias dimensões da vida, e entre elas, a econômica e a familiar. São pessoas que não conseguiram ou deixaram de integrar-se ao mundo do trabalho formal e, por isso, procuraram outros meios de sobrevivência no âmbito da rua, tais como: “os bicos” e a mendicância, porque “além de ser um espaço de abrigo, em todos os casos, a rua é também fonte de sobrevivência. O espaço de morar é o mesmo de trabalhar, o espaço de produção e de reprodução”.⁸⁷

Mas isso significa que eles são excluídos ou inseridos economicamente? Se por um lado, foram expulsos ou nem ao menos ingressaram no mercado de trabalho formal, por outro lado, conseguem uma precária sobrevivência por meios informais. E quanto à inserção social? A maioria dos entrevistados tem histórico de desagregação familiar, tendo rompido ou fragilizado os vínculos com a família de origem. Uma vez na rua, essas pessoas muitas vezes integram-se em pequenos grupos, não obstante, a inserção em agrupamentos nem sempre

⁸⁵ TOSTA, Tânia Ludmila Dias. Memória das ruas, memórias da exclusão. In: BURSZTYN, Marcel. (org.). No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 201.

⁸⁶ SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 259.

⁸⁷ Ibid. p. 224.

proporciona uma rede de solidariedade capaz de suprir a carência de laços afetivos, sociais e familiares. Diante desse quadro, afirmamos que quem vive nas ruas, embora inserido informalmente no universo das ruas, experimenta um processo de exclusão social. “O excluído é um indivíduo que passa por uma condição de precarização, mas não há como dizer que seja um excluído em absoluto, pois de alguma forma, mesmo por meio de muito esforço, será possível encontrar algum tipo de inserção social”.⁸⁸ A exclusão experimentada pela população de rua é decorrente de uma ausência prolongada de emprego, bem como da privação de relações sociais, e entre elas as familiares. O cotidiano de quem vive nas ruas é contraditoriamente de inserção e exclusão, por isso, na falta de outro conceito que dê conta dessa realidade, utilizamos o de exclusão social.

Abordamos a exclusão social experimentada por quem vive nas ruas como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura dos vínculos nas dimensões social e familiar, do trabalho, das representações culturais e da cidadania. Inicialmente nos atemos à exclusão social e familiar, compreendendo o isolamento, a vida solitária destes indivíduos nas ruas, como decorrente “de algum distanciamento, ou até rompimento com o grupo familiar”,⁸⁹ pois as pessoas em situação de rua compõem “um grupo social que apresenta vulnerabilidades nos vínculos familiares e comunitários (eixo sociofamiliar)”,⁹⁰ implicando que a vida solitária se configure como característica dessa população.

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver nas ruas se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas, desemprego e desavenças familiares. Os entrevistados citaram pelo menos um desses três motivos, que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro. Declarações sobre problemas de relacionamento com a família foram recorrentes, os conflitos familiares foram apontados pelos entrevistados como causa determinante para a situação de rua, e envolviam a convivência com todo tipo de integrante da família, tais como pais, irmãos, padrastos, madrastas, cônjuges, companheiros(as) e sogros(as).

O alcoolismo e uso de drogas aparecem como fator decisivo para a vida na rua. O curioso é que quando perguntados sobre as razões que os teria levado a beber, problemas familiares são comumente mencionados. Nas conversas com os entrevistados nem sempre ficaram nítidas as razões dos conflitos familiares, mas quando a família surge como causa da

⁸⁸ Ibid. p. 226.

⁸⁹ Ibid. p. 103.

⁹⁰ Ibid.

ida para as ruas são mencionados conflitos de valores entre pais e filhos(as), separação ou traição por parte de companheiros(as), alcoolismo e consumo de drogas, violência doméstica e o desejo de autonomia e de liberdade.

Conflitos de valores entre pais e filhos(as) apareceram na pesquisa, relacionados à virgindade ou gravidez de filhas na adolescência, como o caso da moradora de rua Joana Darc, mais conhecida como Baiana, que foi expulsa de casa pelo pai ainda na infância e experimentou também as agruras de ser menina de rua. Atualmente, Joana é uma mulher negra de expressão fechada, quase nunca sorri, deixando à mostra a ausência de dentes. De seus 42 anos de idade, trinta e um foram experimentados nas ruas. Nem todos eles vividos em Araguari, pois Joana nasceu em Goiás, na cidade de “Palmero, pra lá de Pires do Rio”.⁹¹ Ela veio para Araguari na adolescência, “com a idade de quatorze ano”.⁹² Sobre a trajetória de passagem à rua, ela disse:

*“Ele (o pai) me tocou de casa com onze ano de idade. Ele me expulsou com onze ano. Eu tava morando dentro da casa dele quando eu me perdi. Com onze ano de idade eu não era moça mais. Aí o meu pai descobriu, meteu o pé na minha bunda e me tocou pra rua. Ele falô que não ia sustentá vagabunda. Aí eu fiquei na rua mesmo, durmo na rua, como na rua”.*⁹³

Essa fala mostra a força ainda articulada a padrões morais da mulher virgem antes do casamento, que atrelados à situação financeira difícil podem desencadear a intolerância paterna e a consequente expulsão do lar.

Um uberlandense de trinta e oito anos chamado Marcos, cujo apelido é Baixinho, relatou que saiu de casa por conta de uma briga com o pai, pois este não aceitava a gravidez da sua irmã adolescente.

*“Eu tinha de dezesseis pra dezessete ano quando eu briguei com o meu falecido pai, porque ele queria batê na minha irmã por causa que ela tava grávida. Ela tava grávida da minha sobrinha mais véia, que hoje já tá com vinte ano. O meu pai queria que ela perdesse a minha sobrinha. Ele pegô uma picareta pra batê na minha mãe, porque ela entrô pra defendê a minha irmã. Eu peguei e bati no meu pai. Foi nós dois preso aquela noite. Desde os dezoito ano que eu tô na rua, desde essa brigaiada lá em casa. Foi porque a minha irmã ficô barriguda e o meu pai queria que a minha irmã perdesse o neném. Aí eu grilei. Eu não aceitei não”.*⁹⁴

Analisando o depoimento de Baixinho percebemos que ele faz referência não só aos conflitos por conta da gravidez, mas permite também detectar a violência doméstica como

⁹¹ Depoimento da moradora de rua Joana Darc. Local da entrevista: Rua Rui Barbosa. 09/02/2011.

⁹² Depoimento de Joana Darc. 09/02/2011.

⁹³ Depoimento de Joana Darc. 09/02/2011.

⁹⁴ Depoimento de Marcos, cujo apelido é Baixinho. Local da entrevista: Praça dos Ferroviários. Bairro Goiás. 06/03/2011

prática recorrente na resolução das divergências. O resultado desse episódio na vida de Marcos não se limitou ao contato inicial com o mundo da rua, mas implicou na desintegração da sua família. Ele passou a morar na Praça da Igreja Nossa Senhora Aparecida em Uberlândia por oito meses, até que seus pais se separaram definitivamente e ele veio com a mãe e os irmãos para Araguari. Ele, após chegar à cidade, voltou a morar com a mãe, que a essa altura, com o dinheiro advindo da partilha dos bens, comprara uma casinha. Porém, Marcos declarou que, uma vez inserido no universo da rua, nunca mais conseguiu voltar à sua rotina da vida em casa, tornando-se o que denominamos de “simpatizante da rua”, porque usa o espaço da rua como alternativa de abrigo:

“Eu não gosto de ficá preso em casa, desde aquela época que eu morei na rua lá em Uberlândia, que eu tomei gosto pela rua. Eu gosto de ficá na rua. Eu tenho casa, tenho a minha famia. A minha mãe já morreu, a minha irmã ficou morando na casa que era da minha mãe e construiu um cômodo no fundo da casa dela pra mim. Mas pra falá a verdade, morá, mesmo, eu moro é na rua. Eu tenho lugar pra ficá, tem o quartinho lá, tudo arrumadinho, mas eu prefiro ficá na rua. Eu vivo na rua, vô lá só de vez em quando.”⁹⁵

Outros tipos de conflitos familiares envolvem divergência de valores entre gerações, relacionados àquilo que é experimentado pelos indivíduos como liberdade e autonomia. Wesley, morador de rua, cujo ponto é a Praça dos Ferroviários, relatou que antes de morar na rua trabalhava e vivia numa casinha com sua ex-companheira e seu filho recém-nascido, mas que o casamento teve fim porque ele e a esposa se desentenderam e se separaram, momento em que ele teria passado a viver na rua. Ao ser indagado sobre o motivo que teria levado ao fim da relação, Wesley respondeu da seguinte maneira:

“Eu não sou uma pessoa ignorante, mas sou uma pessoa assim: se eu tivé com uma pessoa eu não gosto que parente fica entrano no meio, falano, quereno te controlá, dizem que ocê tem que fazê isso na sua casa, ocê tem que fazê aquilo outro, ocê tem que comprá isso pro menino, ocê tem que fazê isso pra sua muié e coisa e tal. Foi isso. A mãe dela tava entrano no meio. Quando eu fui registrá meu menino ela queria registrá do jeito que ela quisesse. Aí eu falei: não. Eu peguei e falei: ó, se a sua famia não pará de entrá no meio, nós não vai dá certo não. Aí como a mãe dela fez a cabeça dela, deixô ela entrá no meio, acabou”.⁹⁶

As palavras de Wesley indicam a divergência com os familiares como resultante de uma insubordinação à interferência nas suas decisões particulares, expressando o desejo de autonomia frente às circunstâncias da vida. Em outro ponto da conversa, ele reafirmou o desejo de ser livre e dono de si, o que teria se configurado como fator conflitante para o convívio familiar, interferindo no percurso de chegada à rua:

⁹⁵ Depoimento de Marcos (Baixinho). 06/03/2011.

⁹⁶ Depoimento de Wesley. 17/02/2011.

*“Quando acabou o dinheiro, e eu vi que eu ia tê que deixá o hotel e ir pra rua, aí eu fui nos meu parente. Fui nos meus tio, eles pegô e falô: ocê pode ficá aqui. Mais eu não gosto de ficá do jeito dos outro, eu gosto de ficá do meu jeito. Não gosto que os outro fica me espiculano, falano ocê tem que fazê isso, tem que fazê aquilo. Aí eu decidi. Eu vô ficá é na rua memo”.*⁹⁷

Outra moradora de rua, Maria Cristina, contou numa espécie de desabafo que uma das vantagens da vida na rua seria a possibilidade de liberdade e de tomar decisões, que lhe era inviabilizado pelo convívio familiar no espaço da casa.

*“Eu acho que eu sô mais feliz na rua do que dentro da minha casa. Eu sô feliz mesmo, porque é o seguinte, dentro da minha casa eu não tinha o direito de optá bosta nenhuma, se o meu pai falasse alguma coisa pra mim, eu não tinha o direito de optá porque era o meu pai. Dentro da minha casa eu tinha o meu marido, se eu fosse falá alguma coisa... eu não era feliz. Eu era feliz porque eu tinha os meus filho, era só essa a parte boa. Agora por conta do meu marido eu era infeliz, então eu prefiro ficá na rua aqui do que dentro da minha casa”.*⁹⁸

Abandonar a família e sair para a rua pode estar associado, entre outros complicadores, a separações motivadas por desentendimentos familiares. Por mais que, em decorrência das transformações contemporâneas na família, as separações e os divórcios tornaram-se “muito mais intensos, em virtude da fragilização do amor romântico e eterno, bem como com o individualismo que tornou as relações conjugais instáveis”,⁹⁹ é preciso destacar a relevância da presença do álcool como elemento que corrobora para a desagregação familiar.

Sobre o papel desestabilizador do álcool, Ricardo Mendes Mattos considera que, no início o álcool é na maioria das vezes consumido e ingerido apenas com o significado de lazer, configurando-se numa espécie de válvula de escape diante das pressões sociais para com o trabalho e a família, aliviando, pois, as responsabilidades, compromissos e “obrigações domésticas e laborais”.¹⁰⁰ Porém, gradativamente, o uso do álcool vai tornando-se corriqueiro e constante, a ponto de gerar discussões e desentendimentos de pequenas proporções tanto no espaço familiar quanto no ambiente de trabalho. Situações estas que vão se tornando frequentes na mesma medida e intensidade com que o consumo do álcool “transforma-se em dependência química e psicológica”.¹⁰¹ Uma vez imerso nesse círculo vicioso, o alcóolatra passa a ter problemas no emprego, em função de chegar embriagado ou indisposto para as

⁹⁷ Depoimento de Wesley. 17/02/2011.

⁹⁸ Depoimento da moradora de rua Maria Cristina. Local da entrevista: Praça dos Ferroviários no B. Goiás. 13/02/2011.

⁹⁹ MATTOS, Ricardo Mendes. *Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Psicologia. Universidade de São Marcos. São Paulo, 2006. p.119.

¹⁰⁰ Ibid. p. 120.

¹⁰¹ Ibid.

atividades de trabalho após períodos de bebedeiras ou, ainda, por beber em horário de expediente, até o ponto de ser demitido. Em relação à família, ocorre processo semelhante, “pois cada bebedeira gera discussões que vão afastando cada vez mais o homem da família”.¹⁰² Essa roda viva do vício se completa quando o uso abusivo do álcool gesta problemas na família e no trabalho e, por sua vez, esses mesmos problemas tornam-se motivos e oportunidades para retroalimentar o abuso e o vício. Esse processo que desestrutura a relação do indivíduo com a família e com o trabalho pode motivar à situação de rua.

Relacionado ao álcool, outro fator que muitas vezes pode levar rumo à vida na rua é a crise do papel de homem enquanto chefe provedor da sua família ou a fragilização do homem no interior da família. Afinal, ainda faz parte da ética e da moral social capitalista, que o homem garanta o sustento material do grupo familiar, o que confere um valor simbólico inestimável no processo de construção da dignidade e representação positiva do homem. Ainda hoje, “essa moralidade é tão forte, que quando o homem trabalha e sustenta a família, até mesmo o alcoolismo e a violência doméstica são tolerados pelos familiares e pela comunidade”.¹⁰³ Porém, quando o homem encontra-se inerido num contexto de desemprego que inviabilize a manutenção do papel de provedor, sua dignidade pessoal fica comprometida. Assim sendo, o homem desempregado e sem condições de sustentar sua família é desmoralizado e tem sua imagem deteriorada. Isso acontece muito mais em função do desemprego do que a fatores como o alcoolismo. Destituído do papel de provedor, o homem pode acabar desistindo ou fugindo de sua responsabilidade econômica de chefe de família, e é aí que muitas vezes, entra a opção pela vida nas ruas.

Considerando os papéis que cada integrante desempenha dentro da estrutura familiar, numa “estratégia de convivência afetiva e sobrevivência econômica”,¹⁰⁴ Alba Zaluar (1994) e Sarah Scorel (1999) analisam o papel desempenhado pelos homens enquanto chefes provedores do sustento econômico de suas famílias, e afirmam que a identidade do trabalhador pobre se constrói numa relação com a família mediada pelo trabalho, de modo que este apenas pode se auto representar positivamente caso consiga garantir (prover) as necessidades básicas de seu grupo familiar.

Uma vez que, o perfil da população de rua é composto por homens em idade produtiva e sozinhos, sentimos necessidade de analisar o cumprimento de seus papéis monetários dentro do contexto familiar, numa vida pregressa às ruas. A fragilidade econômica das famílias

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ Ibid.

¹⁰⁴ ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 36.

atinge de maneira diferenciada os seus integrantes, de maneira que os homens que encontramos nas ruas declararam que sobre si recaíam as responsabilidades de chefes de família, relatando histórias de separações das esposas/companheiras em que o distanciamento quase sempre ocorria em virtude do abandono ou expulsão do convívio familiar, estando presentes e associados à vulnerabilidade econômica e o alcoolismo.

Na sociedade capitalista “que se organiza com base na compra e na venda da força de trabalho, a legitimidade social, a dignidade pessoal se firmam através da ética do trabalho”,¹⁰⁵ de maneira que na forma como os trabalhadores urbanos elaboram essa ética, evidencia-se “a existência de um valor moral associado ao trabalhador honesto e ao chefe de família responsável que se opõe à delinquência e à marginalidade”.¹⁰⁶

Segundo a ética do provedor, os chefes de família que não conseguem sustentar seus dependentes terminam com uma autoimagem negativa, porque é o trabalho que atribui legitimidade àquele que, através do trabalho regular, mesmo com todas as dificuldades, consegue sustentar a família. Todo aquele que não cumpre com seu papel de provedor sente-se fracassado e/ou incapaz e, como resultado de ter sua autoridade familiar questionada e criticada pelos seus, perde sua legitimidade social porque não consegue cumprir com suas responsabilidades de provedor. Como a maioria de nossos entrevistados experimentou uma realidade marcada pelas condições econômicas precárias no âmbito da casa, acreditamos que, por isso, vivenciaram rupturas nos relacionamentos conjugais, como consequência do abandono ou da expulsão do grupo familiar. Considerando que, no processo de subsistência, “em que seu papel de provedor sofre uma desqualificação e ele passa a ser alvo de pressão por parte da família, bem como do mercado de trabalho”,¹⁰⁷ a vida na rua se apresenta como “um dos caminhos possíveis, momento em que o trabalhador, sob essa pressão, rompe os vínculos com a família e o trabalho”.¹⁰⁸ Nesse sentido, muitas vezes, “morar na rua permite abandonar papéis que não se conseguia ou não se tinha mais vontade de cumprir, como principalmente, o do chefe provedor. E, além disso, essa renúncia implica no abandono do papel de pai”,¹⁰⁹ e compromete ainda mais as relações afetivas entre os integrantes da família.

¹⁰⁵ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). População de rua: quem é, como vive, como é vista. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992. p.18.

¹⁰⁶ Ibid.

¹⁰⁷ Ibid. p. 17.

¹⁰⁸ Ibid. p. 19.

¹⁰⁹ SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 147.

O caso de Antônio, um senhor pernambucano de 53 anos de idade, que perambula entre várias cidades, é revelador de um sentimento de mágoa por uma suposta ingratidão da família para com ele, que durante tanto tempo cumprira com seu papel de provedor.

*“Eu queria que eles (os filhos) me pedisse pra não voltá mais pra rua. Ah, mais eles não fala. Eu queria, mais eles não fala. No tempo que eu era gente, que sustentava a casa era diferente. Depois fiquei jogado e agora não sou mais ninguém”.*¹¹⁰

No que se refere às mulheres de rua, a situação é outra. Durante o trabalho de campo foram entrevistadas apenas três mulheres: Joana Darc, Maria Cristina e Neide. O fato de haver uma quantidade menor de mulheres na rua permite pensar que é o homem quem comumente deixa a casa, que migra, desertando do lar, e não as mulheres, porque o papel da mulher é construído com base em “referências simbólicas de identidade ligada a casa”,¹¹¹ diretamente vinculado à manutenção do lar. Considerando que o dever social feminino dentro da estrutura familiar é completamente relacionado com a manutenção da casa e da moral e não com a obtenção de rendimentos, as cobranças e as críticas feitas às mulheres que não conseguem prover o sustento a si e a seus dependentes, podem ser “de ordem moral ou doméstica e não sociais ou econômicas como aquelas endereçadas aos homens”.¹¹² Em síntese, a identidade feminina ligada a casa permite pensar a causa do fato de as mulheres serem minoria dentre a população de rua.

A separação de companheiros(as) ou cônjuges foi relatada tanto por homens quanto por mulheres como motivo para a moradia na rua. Entre as causas mais citadas para os desentendimentos e a conseqüente ocorrência de separações, encontram-se conflitos gerados pelo uso abusivo de álcool e a traição conjugal por parte dos homens e também das mulheres. Isso se deve ao fato de que com a fragilização da sociedade patriarcal, o adultério deixa de vincular-se quase que exclusivamente a uma realidade masculina tolerada pelas esposas como algo normal na busca dos homens por prazer sexual, e estende-se também ao universo feminino, fazendo com que a infidelidade da mulher se torne mais frequente.

Como culturalmente o homem está muito menos preparado do que a mulher para aceitar ou suportar a situação de traição conjugal, pode-se inferir que esse elemento tenha sido determinante no processo de desagregação familiar, de um percentual significativo entre os entrevistados. O depoimento do Nilton, que na ocasião da entrevista tinha quarenta e sete anos

¹¹⁰ Depoimento de Antônio. Local da entrevista: Terminal Rodoviário de Araguari, 25/02/2011.

¹¹¹ SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 115.

¹¹² Ibid. p. 113.

de idade e vivia há nove anos pelas vias públicas relaciona a vida em situação de rua à desintegração familiar e à perda da moradia em razão do adultério de sua esposa.

*“Eu vivo na rua porque eu não tenho moradia certa, né. Eu tive a minha família, mais não deu certo, separemo em 2002. Eu tinha a minha esposa, mas ela me traiu. Eu peguei ela com outro e não aguentei, mesmo gostano dela, eu separei. Nós moremo junto quinze ano. Foi muito tempo. Depois da separação eu deixei casa, tudo pra ela e fui morá na rua, dormino em depósito de reciclage, e tô aí até hoje. Agora eu fico assim, bebo sem pará, de tanta tristeza, pra esquecê a mágoa da traição”.*¹¹³

Essa fala do Nilton requer ponderações, afinal numa outra parte da entrevista ele admitiu:

*“Eu não vô menti não, eu já bebia antes de vivê na rua. Já bebia sim. A diferença é que naquela época eu não bebia pinga. Hoje eu bebo pinga, cachaça porque é barato, naquela época eu bebia era umas cervejinha, um Domus básico. Depois que eu vim pra rua, eu comecei a bebê o dia inteiro, antes não, eu bebia todo dia, mas só nos fim de tarde com os amigo, ou então nos final de semana. Mas mesmo assim, a minha muié arrumava umas brigaiada comigo porque eu bebia o dinheiro de botá dentro de casa”.*¹¹⁴

Assim, ele afirma que, mesmo quando vivia com sua família, já bebia com certa frequência e regularidade em seus momentos de lazer e nos finais de semana, e que muitas vezes esse hábito teria gerado desavenças com sua esposa, pois os custos com a bebida comprometiam parte significativa do já curto orçamento doméstico da família, o que permite inferir que a manutenção do vício em álcool colocava em risco o seu papel de provedor e gerava conflitos familiares.

O depoimento de Nilton acabou revelando mais do que os seus sentimentos em relação à sua família, porque permite pensarmos a crise do papel do homem como chefe provedor da família ou a fragilização do homem no interior da família.

*“A família da gente só gostava da gente quando a gente tava ajudano eles, hoje como eu não tenho nada pra dar pra ninguém, aí hoje eu só recebo desprezo. Na época que eu trabalhava, tava do lado da minha companheira, todo mundo me queria bem, né. Hoje eles me qué bem só com esse. (Faz gesto de dinheiro) Eu vô lá, fico um, dois dia, mais passô daqueles dia se eu não pudé ajudá... aí já começa aquela discussão, aí eu tenho que saí por aí. Aí eu desgosto fico dois, três, ano, quatro ano sem aparecê lá. É isso que mais dói, esse sentimento. É a solidão de tá abandonado no meio da rua”.*¹¹⁵

Belchior, que na ocasião tinha 50 anos de idade e é natural da cidade de Porteirinha, no norte de Minas Gerais, também expressa uma trajetória de passagem à rua marcada pela separação de sua esposa com o fim de um casamento de treze anos, em virtude de uma traição conjugal, só que, nesse caso, o adultério foi praticado por ele.

¹¹³ Depoimento de Nilton. Local da entrevista: Albergue Público Municipal de Araguari. 03/03/2011.

¹¹⁴ Depoimento de Nilton, 03/03/2011.

¹¹⁵ Depoimento de Nilton, 03/03/2011.

*“Eu fui casado por mais de treze anos. Só que depois, eu conheci outra pessoa. Esse foi o meu erro. Eu errei, eu fui covarde, um fraco, fiz isso com ela. E ela percebeu, descobriu e o bagulho endoidou. Aí ela pegou os meus filho e foi embora pra casa do pai dela. Até então, eu não percebia que eu gostava tanto dela! Eu só fui descobrir que eu gostava dela depois que a gente se separou. É a coisa mais difícil que tem! Só que não teve mais volta. Aí foi só decepção, aquela ressaca de consciência”.*¹¹⁶

Segundo Belchior, após sua separação teria ocorrido o rompimento dos vínculos empregatícios na fazenda onde trabalhava como administrador, bem como o seu envolvimento com álcool e a sua inserção no mundo da rua, condição que ele experimenta há mais de doze anos.

*“Depois que a gente se separou eu acertei lá na fazenda, peguei o que tinha. Eu tinha um carrinho não muito novo, mas que dava pra quebrá um galho, e saí atrás da outra mulher. Só que a outra me quebrou, levou tudo que eu tinha. Essa outra me quebrou. Aí, depois, deu desacerto com essa outra também. Ela foi pra outro lado com outro cara. Eu perdi tudo, depois de ter amaziado com aquela vagabunda. Aí, sem ter nada, com um restinho de dinheiro eu fui pra uma pensão. Aí eu desandei, comecei a bebê. Eu comecei a encharcar, tomar todas. Aí um dia eu não tinha dinheiro pra pensão, então, eu tive que ir pra rua. Foi aí que eu conheci os andarilho, os trecheiro e os morador de rua, e me ajuntei com eles, e nesse tempo, foi que eu conheci esse mundo”.*¹¹⁷

Tomando como referência os vínculos familiares, observamos que embora a população de rua não possua uma convivência permanente com os familiares, “essa situação não se explica pelo fato de que essas pessoas não tenham família”.¹¹⁸ A maioria dos entrevistados declarou ter parentes em Araguari ou na sua cidade de origem, embora tenham esclarecido que os contatos com os familiares não sejam mantidos com frequência, em razão de uma fragilização ou da ruptura dos laços familiares.

O depoimento de Nilton é expressivo deste processo:

*“Meus filho continuou morano lá em Goiânia. Meu pai, mais minhas irmã mora lá em Goiânia, mais só que família só é bom quando ocê tá ajudano, quando não tá, acabô. Então eu me dou bem mais com as pessoa de fora do que com a própria família. Eu passo é tempo sem vê eles lá, é ano, dois ano”.*¹¹⁹

Joana D’arc, identificada na pesquisa realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE), como autêntica moradora de rua, em pouco mais de uma hora de entrevista, reafirmou o que dissera anteriormente em conversas casuais, revelando a

¹¹⁶ Depoimento de Belchior, 05/03/2011.

¹¹⁷ Depoimento de Belchior, 05/03/2011.

¹¹⁸ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria R. & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). População de rua: quem é, como vive, como é vista. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 88.

¹¹⁹ Depoimento de Nilton, 03/03/2011.

presença de sua família na cidade. “O meu pai mora aqui em Araguari, na saída para o Capim Branco”.¹²⁰ Quanto ao contato que mantém com os parentes, evidenciou que o relacionamento entre eles é conflituoso:

*“Como é que eu não vô morá na rua? Tem que morá na rua porque eu não tenho dinheiro pra casa, não tenho nada! Eu acho que o meu pai tinha que considerá eu como filha e ele considera como vagabunda. Ele não gosta que eu moro com ele. Ele não qué que eu moro com ele. Ele qué que eu moro na sarjeta, na rua, igual ocê tá veno aqui. Quando eu vô lá na casa dele pedi um prato de comê, ele fecha a porta na minha cara. O meu pai bate a porta na minha cara”.*¹²¹

De acordo com o resultado da pesquisa realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, Maria Cristina,¹²² que mora há sete anos nas ruas de Araguari na companhia de Wesley, seu atual marido, não foi computada como moradora de rua, porque faria parte de um grupo de pessoas que utilizaria a rua apenas como ponto de encontro para beber e não como moradia. Neste sentido, afirma Virgínia Alcântara, atual secretária de Ação Social do município:

*“Nós temos alguns que ficam ali naquela praça. Na Praça dos Ferroviários. Aqueles ficam ali, bebem o dia inteiro, fazem uma soca, todo mundo reclama, liga pra Secretaria, ali eles têm família, recebem aposentadoria alguns. Aquele grupo ali é o que eu defino como dependente químico. Mas eles são uns dependentes químicos assim: é álcool, é bebida, é dependência química. Tudo bem, eles são dependentes químicos, mas eles são da rua, porque tem aquele dependente químico que não vai pra rua, ele usa a droga e não fica no ponto, ele fica na casa dele, mas aqueles não, eles preferem ficar na rua. Eles querem beber na droga da pracinha da Melo Viana. Eles são fixos ali. E aquilo traz um problema sério pra nós, porque parece que eu não estou fazendo nada”.*¹²³

Nesta lógica, o argumento seria o de que Maria Cristina e seus companheiros de grupo possuiriam residência fixa na cidade e que manteriam vínculos com seus familiares. Quanto a esse critério, analisamos que tipo de relação Cris estabelece com seus parentes, o que está relacionado com a viabilidade de moradia convencional na cidade.

“Eu tenho dois irmão que mora aqui na cidade, eles viero pra Araguari depois de mim. Mas é que esses dois aí eu não conto não, porque não é famia não. Eu tenho contato com eles, mas é eles pra lá e eu pra cá. Eu vejo eles de vez em quando. Vê, vejo. Eu só não quero convivê junto com eles, só

¹²⁰ Depoimento da moradora de rua Joana D’arc. 09/02/2011.

¹²¹ Depoimento da moradora de rua Joana D’arc. 09/02/2011.

¹²² Maria Cristina é uma jovem de vinte e três anos, desfigurada de sua juventude pelas dificuldades da vida. Neste sentido, deixamos registrado sobre todos os pesquisados à dificuldade de precisar a idade das pessoas, tendo em vista os sinais de envelhecimento precoce, que se constituem em marcas cravejadas pela dureza das condições de vida ao longo do tempo na rua.

¹²³ Depoimento de Virgínia Alcântara. Local da entrevista: Secretaria de Trabalho e Ação Social. 18/01/2011.

*isso, entendeu? Mas cumprimentá, eu cumprimento, mas tipo assim, não tem aquele relacionamento de família”.*¹²⁴

É intrigante pensar os critérios empregados pela pesquisa oficial divulgada pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, elencando como elementos definidores da condição de morador de rua a existência ou não, de moradia na cidade e o contato com familiares, pois durante o trabalho de campo constatamos que os mesmos indivíduos contabilizados pela pesquisa, como autênticos moradores de rua, também possuem parentes domiciliados na cidade e com os quais, estabelecem algum contato. Isso não quer dizer que os laços familiares não estejam fragilizados, porém, assinala que não estão rompidos em definitivo. Esses cinco supostos moradores de rua possuem família na cidade, tanto quanto aquele que aparece como dependente químico – “simpatizante da rua”, e que não é computado como morador de rua sob a alegação de que permaneceria no contexto das ruas em virtude da dependência química e não em decorrência da inexistência ou inviabilidade de moradia. Nesta lógica, destacamos que tanto os moradores de rua quanto os “simpatizantes das ruas”, utilizam as vias públicas não por falta de moradia ou ausência de contatos com familiares. Os dois grupos possuem família domiciliada no município, mas “para estes as relações familiares não estão oferecendo alternativa de acolhimento e abrigo”.¹²⁵

As histórias daqueles que vivem nas ruas denunciaram além da vulnerabilidade afetiva, uma vulnerabilidade habitacional anterior à moradia no espaço das ruas, tendo como característica comum à existência de condições precárias de abrigo. Sobre as condições habitacionais da população de rua, Sarah Scorel afirma que:

(...) numa simplificação da problemática, a população de rua é considerada como sem-teto. Numa tentativa de ‘lapidar’ o fenômeno configurado pela presença de pessoas morando nas ruas das cidades, as autoridades governamentais frequentemente procuram estabelecer uma diferenciação interna ao grupo social, reiterando que parte deles possui moradia.¹²⁶

A partir das entrevistas entendemos que, embora a maioria da população de rua tenha alguma referência de endereço para contato, “isso não significa ter um lugar para morar e, muito menos, manter vínculos familiares”.¹²⁷ Até porque para alguns a casa é igual ou pior do que a rua seja pela violência doméstica – conforme podemos perceber no depoimento de

¹²⁴ Depoimento da moradora de rua Maria Cristina. 13/02/2011.

¹²⁵ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria R. & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). População de rua: quem é, como vive, como é vista. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 88.

¹²⁶ SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 125.

¹²⁷ Ibid.

Marcos, o Baixinho, sobre a agressividade do pai, ou pelas condições habitacionais de infraestrutura da casa, como nos contou Neide:

“Eu não sô moradora de rua. Eu tenho a minha casa. Tenho uma taperinha, tipo barraco de favelinha, mas ela já quase desmoronô. A minha casa não tem conforto. Não tem nada, eu durmo num sofá véio que fica no único cômodozinho coberto, ele me machuca tudo as costa. O meu hidrômetro quebrô, aí eu fiquei e tô sem água. Roubaro o meu bujão de gás. A minha casa já desmoronô quase tudo”.¹²⁸

Destacar a precariedade habitacional vivida por essas pessoas equivale a dizer que as condições oferecidas pelas possíveis casas que algumas pessoas da rua possam ter “se assemelham muito àquelas encontradas na rua, ao relento. E assim, como na rua, nenhuma dessas situações abrigadas pode ser denominada de lar”.¹²⁹

Sobre a escolha pela rua, vale dizer que a rua também foi preferida à possibilidade de moradia na casa dos outros por várias razões, entre elas, porque a rua é experimentada como espaço de liberdade, coisa que possivelmente seria perdida na casa de familiares, já que no recinto da casa o modo de vida pauta-se por regras e convenções sociais como forma de garantir a convivência em família. Wesley em seu depoimento deixou clara a insatisfação em se submeter a ordens, horários e convenções.

“A vantagem de ficá na rua do que na casa dos outro é que dentro da casa deles, ocê não vai querê sê igual o povo qué que ocê seja. Eu já tentei morá com os meus tio. Mais eu não vô mais porque eu não dô conta de sê igual eles é, aí eu não vô invadi a privacidade de ninguém. Eu gosto de sê do meu jeito, não gosto que os outro fica me mandano, ocê tem que fazê isso, tem que fazê aquilo. Aí os parente fala que ocê tem que usá uma roupa assim, não é pra ocê saí assim, ocê não pode ir com nós desse jeito, tem que esperá os outro almoçá, tudo que vai fazê tem que esperá, tem regra demais, regra demais! Entendeu? Ah, não, aí eu tô fora”!¹³⁰

Nas entrevistas, quando o tema era a família, notamos que este era um assunto delicado. Ao pedir a Nilton que me contasse sobre a sua vida em família, ele já com os olhos marejados de lágrimas, logo adiantou: “*Aí não tem jeito, eu não posso falá, se não eu começo a chorá*”.¹³¹ Esperei ele tomar fôlego e insisti em seguir adiante na conversa, perguntando por que ele ficava tão sensibilizado ao pensar na família. Em pleno choro, ele justificou sua emoção dizendo: “*eu fico triste de lembrá da traição da minha companheira, da saudade que*

¹²⁸ Depoimento de Neide. Local da entrevista: terreno baldio nas proximidades da Av. Senador Melo Viana. 22/02/2011.

¹²⁹ SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 126.

¹³⁰ Depoimento do morador de rua Wesley. Local da entrevista: Praça dos Ferroviários. 17/02/2011.

¹³¹ Depoimento de Nilton. Local da entrevista: Albergue Público Municipal de Araguari. 03/03/2011.

eu sinto dos meus filho, eu fico magoado deles não me procurá. Eles não importa comigo".¹³² Entendemos que, "carregado de conteúdo afetivo, esse tema (família) traz à tona rupturas, decepções, sentimento de abandono".¹³³ De maneira geral, não transpareceu no conteúdo dos entrevistados um sentido agressivo em relação aos familiares, pelo contrário a maioria deles se culpava pelo afastamento. Alguns manifestaram o sentimento de abandono e ressentimento, como expressos na fala de Joana D'arc pelo fato do pai tê-la expulsado de casa. *"Ele me abandonô, me tocô pra rua. Ele me abandonô igual cachorra de rua. Eu era uma menina, novinha e tive que me virá na rua. Até comê ele me nega na casa dele. Se eu chegá lá, ele não me dá nem um prato de comida"*.¹³⁴

Recorremos às afirmações de Sarah Scorel, para conjuntamente dizer que, "mesmo à distância, a família mantém seu poder de referência afetiva"¹³⁵ para aqueles que vivem nas ruas. São inúmeras as representações que eles fazem sobre suas famílias. A família aparece como obstáculo à vida em liberdade, como ambiente de cobranças, como inapropriada ao estilo de vida deles, como razão de ressentimento, mágoas e vergonhas, mas também como locus de lembranças boas e carinhosas, como lugar onde era bom viver. Nesta direção caminhou o discurso de Maria Cristina, quando descreveu sua vida em família em momentos pregressos à vida nas ruas.

"Quando eu morava na casa do meu pai e da minha mãe, a nossa família era muito unida. Lá eu tinha muita coisa chique de doê, tinha roupa bonita, tinha do bom e do melhor pra comê. Depois quando eu fui morá com o pai da minha filha, lá também era bom, tinha tudo que eu precisava".¹³⁶

O que parece é que com o tempo e a distância, algumas referências apagaram ou amenizaram os conflitos na memória dos entrevistados. Então a família surge nas lembranças de forma idealizada. Em substituição a uma realidade de sofrimentos, conflitos, violência doméstica e privações de toda sorte, enfim, "de vulnerabilidades que estiveram na origem do seu afastamento familiar",¹³⁷ surge à imagem de uma família carinhosa, unida, acolhedora, que supria as necessidades afetivas e de sobrevivência. A rememoração do passado traz à cena uma família idealizada, em que desaparece quase todo o processo que gerou o afastamento de uma situação familiar conflituosa.

¹³² Depoimento de Nilton. Local da entrevista: Albergue Público Municipal de Araguari. 03/03/2011.

¹³³ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria R. & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). População de rua: quem é, como vive, como é vista. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 89.

¹³⁴ Depoimento da moradora de rua Joana D'arc, 09/02/2011.

¹³⁵ SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 145.

¹³⁶ Depoimento da moradora de rua Maria Cristina. 13/02/2011.

¹³⁷ SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 145.

Sobre a probabilidade de um possível regresso ao antigo núcleo familiar, o futuro emerge também idealizado. Os discursos apontam que se sonha com um futuro no qual seja possível voltar ao convívio com a família anterior ou vir a se constituir uma nova família, porém, os relatos demonstram uma postura passiva diante da viabilização desse futuro. “Há um deslocamento da concretização (e de sua própria participação) da série de eventos que viabilizarão o (re)encontro, tornando-o um futuro condicional”.¹³⁸ Tanto no repertório sobre a idealização do passado quanto sobre o futuro, entendemos que podem ser histórias de vida inventadas, ou melhor, imaginadas, sobre as quais essas pessoas “podem se apoiar para viver, uma referência de vida, mesmo que na imaginação”.¹³⁹

Segundo Mattos, na realidade de quem vive nas ruas, a premência, a urgência do tempo presente se afirma na necessidade da sobrevivência física imediata. As pessoas em situação de rua são aprisionadas pelo imediatismo, e o eterno presente interfere não somente na representação do passado, mas também na projeção do futuro delas. A constituição da identidade das mesmas revela que “a dimensão temporal vai se modificando conforme se desenrola a identificação da pessoa com sua condição social”.¹⁴⁰ De maneira que, a pessoa que está recentemente na rua nega a sua condição atual, alegando que dentro de pouco tempo vai deixar a condição de rua. Trata-se, pois, de uma “negação do presente a partir de uma identificação com o passado e com o futuro”.¹⁴¹ Por isso, nesse quadro recente de rua é bastante frequente a pessoa identificar-se com alguma referência anterior, como por exemplo, com o papel de trabalhador que ela tenha desempenhado no passado, ou seja, nega-se o presente, recusando a realidade atual de desemprego e mendicância. Simultaneamente, também o passado aparece projetado no futuro quando a pessoa enfatiza que a condição de rua e o desemprego são situações passageiras que serão alteradas brevemente quando ela voltará a viver exatamente como vivia antes, ou seja, como trabalhadora e domiciliada.

Paradoxalmente, embora a pessoa que experimenta há pouco tempo a situação de rua negue “o presente para sobreviver simbolicamente, em termos de representação positiva de si”,¹⁴² ao mesmo tempo o imediatismo do presente se sobrepõe na garantia da sua sobrevivência física, de modo que a inserção gradual no mundo da rua vai paulatina e progressivamente a distanciando do seu projeto de no futuro resgatar o passado. Assim, “a

¹³⁸ Ibid.

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ MATTOS, Ricardo Mendes. *Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Psicologia. Universidade de São Marcos. São Paulo, 2006. p. 133.

¹⁴¹ Ibid.

¹⁴² Ibid. p. 134.

pessoa passa a se identificar com a situação de rua, a se adaptar a ela, e já não nega sua vida atual com tanta veemência”.¹⁴³ A permanência da situação de rua implica que a sobrevivência física imediata se torne a base da questão temporal, uma vez que, o cotidiano e a existência ficam limitados à manutenção da vida, implicando, pois, na prioridade do tempo presente.

Consoante às reflexões de Mattos, entendemos que a primazia do tempo presente não é uma exclusividade da situação de rua, pelo contrário, a relação da pessoa em situação de rua com o tempo presente apenas acentua a questão da temporalidade característica do mundo contemporâneo, em que outros personagens também priorizam sobremaneira o presente imediato e vivem a supremacia do presente perpétuo. Lógico que tal analogia só pode ser considerada, se preservadas as devidas diferenças em relação aos domiciliados e à pessoa em situação de rua.

Sobre a primazia do presente na contemporaneidade, Harvey destaca que “o colapso dos horizontes temporais e a preocupação com a instantaneidade”,¹⁴⁴ está atrelada à efemeridade típica da vida concreta atual. De maneira que o imediatismo é produto da personalidade na pós-modernidade. Personalidade esta, que é marcada pelo fato dos indivíduos serem presos ao presente e desprovidos de perspectiva de futuro, e não vislumbrarem a possibilidade de transformação da realidade e de um futuro melhor.

Quem vive na rua tem uma noção e uma representação do tempo diferenciada. A rotina na rua não é cronometrada rigidamente, “é outro o tempo na rua, ele não está controlado pelo relógio”.¹⁴⁵ As experiências nas ruas não obedecem a uma marcação cronológica objetiva, predomina uma marcação precária, e as atividades são reguladas muito mais em função do critério: dia e noite, períodos: manhã, tarde e noite, do que por um horário rigorosamente pré-estabelecido.

Mattos, afirma que, neste tipo de marcação do tempo “reside um importante elemento de distinção entre a vida domiciliada e a vida em situação de rua, pois a primeira reproduz uma relação com o tempo como controle social ao passo que a segunda a subverte”,¹⁴⁶ porque rompe com a ideia de poder social do tempo, advindo do controle deste.

Harvey relaciona o poder social do tempo à disciplina de trabalho capitalista, afirmando que, a imposição de um tempo de trabalho precisamente cronometrado aos

¹⁴³ Ibid.

¹⁴⁴ HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2001. p. 61.

¹⁴⁵ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria R. & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 100.

¹⁴⁶ MATTOS, Ricardo Mendes. *Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Psicologia. Universidade de São Marcos. São Paulo, 2006. p. 139.

trabalhadores implicou que estes passassem a ter sua vida cotidiana controlada, aprisionada pelo tempo de trabalho. Esse controle rígido do tempo pode ser entendido a partir da lógica de desenvolvimento do modo de produção capitalista, em que tempo é dinheiro, tendo em vista que, o tempo é o principal elemento que agrega valor às coisas, porque é o tempo de trabalho socialmente gasto para produzir uma dada mercadoria, que determina o valor da mesma.

Os entrevistados mostraram uma sensibilidade com relação ao tempo que diverge do tempo cronológico controlado pelo relógio, que dita um momento pré-determinado para cada coisa, em que tudo parece ter hora certa para acontecer. Longe de revelarem compartilhar da noção burguesa de que tempo é dinheiro e, que por isso cada instante é precioso e destinado a uma dada atividade, a maior parte deles demonstrou um descompromisso por esse molde de concepção do tempo como construtor do futuro, preocupando-se unicamente com o momento em que vivem, com o presente imediato, relegando o futuro a segundo plano, porque o presente é urgente. O tempo para eles mostrou ser o tempo real de duração da euforia do álcool ou da droga, o tempo de conseguir comida, o tempo da mendicância, de modo que todo o resto perde importância frente ao imediatismo do presente.

Segundo a perspectiva de controle do tempo, a situação de rua é subversiva porque quem vive esta realidade não é controlado pelos padrões sociais tradicionais de marcação e cronometragem precisa do tempo. Em termos foucaultianos, as pessoas que vivem em situação de rua não se sujeitam ao tempo útil do trabalho. Elas não têm seu cotidiano controlado rigidamente pela disciplina do relógio, até porque quase sempre, não possuem vínculos empregatícios formais e regulares, nem tão pouco, compromissos com horários rigidamente estáveis.

Em síntese, a situação de rua suplanta “a cronologia regular do tempo objetivo controlador e a substitui por um tempo subjetivo e individual”.¹⁴⁷ Quanto a esta maneira particular e peculiar de experimentar e representar o tempo pode-se dizer que, a situação de rua é “subversiva no sentido de desorganizar os horários e desordenar a temporalidade dos espaços. A praça deve ser frequentada somente durante o dia, mas algumas pessoas moradoras de rua dormem nelas”.¹⁴⁸ Exemplificando como se manifesta esse caráter de apreensão do tempo de forma individual e subjetiva, destacamos que na porta do albergue de Araguari, algumas pessoas começam a formar fila muito antes do horário de abertura e funcionamento da instituição, enquanto outras se atrasam e chegam somente no fim da noite ou de madrugada, sem se dar conta de que extrapolaram o horário permitido de entrada no local.

¹⁴⁷ Ibid. p.140.

¹⁴⁸ Ibid. p.139.

A dificuldade de “atribuir um sentido ao presente, de vê-lo em continuidade com um passado, também não permite projetar um sentido ao futuro como algo novo, transformado”.¹⁴⁹ Por isso, entre as pessoas inseridas no mundo da rua, o eterno presente vigora em oposição à capacidade de sonhar, às perspectivas de futuro. Projetos de futuro são mencionados como planos e não como situações concretas. O futuro aparece sempre como algo distante, longínquo e condicional. Os realizados omitem sua própria participação no processo de efetivação do futuro, espera-se passivamente por uma interferência sobrenatural, uma mão divina, cuja ação em tempo oportuno, teria a capacidade de mudar a situação deles. Nessa direção, caminha o depoimento de Luciano, um dos entrevistados que falou sobre seu sonho de deixar as ruas.

“Eu acredito em Deus. Eu acho que a minha hora vai chegá. Só Ele pode me dá essa mão. Eu tenho fé, porque só quem pode me tirá dessa situação é Deus. Ele vai clareá alguma coisa, abri a porta, enviá alguém, botá alguém pra me arrumá um serviço, entendeu? Eu acho que só Ele, tudo é Deus”.¹⁵⁰

Considerando a dificuldade dos entrevistados em projetar a vida a médio e longo prazo, podemos dizer que “o futuro condicional também pode emergir como idealizações de futuro, no qual a família (re)construída é um eixo central ainda que associado a trabalho e moradia”.¹⁵¹ O discurso de Luciano esclarece sobre o sonho que carrega consigo de se casar um dia e constituir uma família longe da rua, porém, permite entrever que ele se abstém de seu papel de sujeito social na construção da sua história, esperando por uma interferência exterior, um milagre incerto e distante.

“Eu penso em formá uma família. É o meu sonho casá, tê filho, mais nessa vida de rua não dá. Às vez quando eu tô ali na rua, assim nas praça, eu vejo o pessoal indo trabalhá, vindo naquele pique do dia-a-dia, pegano ônibus, desceno, correno, aquilo me chama a atenção porque eu podia tá assim tamém. No final do dia, muitos tá indo pra casa, tem mulhé, tem filho, eu queria tá vivo aquilo. Mas eu acho que ainda não chegô a minha hora, sabe? Eu não achei aquela mão que acolhe, aquela mão que chega, te pega e resgata, né? Mais eu tenho esse plano na vida, de um dia saí da rua, trabalhá numa firma, alguma coisa fixa. Eu penso em tê a minha casa antes de tudo, não precisa sê uma mansão não, mais um lugar onde eu vô me escondê da chuva e do sol, do sereno, onde ninguém vai mexê comigo, que eu posso saí que ninguém vai robá a minha comida, onde eu posso dormi, tê a minha mulhé, posso saí, ir trabalhá, entendeu? Mais no momento enquanto Deus não me ajuda, eu não vô me desesperá. Eu tenho que aguardá, se Ele quisé, um dia tudo muda”.¹⁵²

¹⁴⁹ Ibid. p. 137.

¹⁵⁰ Depoimento de Luciano. Local da entrevista: Terminal Rodoviário de Araguari. 06/03/2011.

¹⁵¹ MATTOS, Ricardo Mendes. *Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Psicologia. Universidade de São Marcos. São Paulo, 2006. p. 146.

¹⁵² Depoimento de Luciano. Local da entrevista: Terminal Rodoviário de Araguari. 06/03/2011.

1.2. Desemprego crônico – outra face da exclusão social

Em Araguari quando se pergunta aos indivíduos que vivem nas ruas se estes trabalham, o que constatamos é que além da exclusão social e familiar essas pessoas experimentam uma exclusão crônica do mundo do trabalho, encontrando-se desempregadas há muitos anos, ou seja, entre elas se estabelece uma prolongada situação de desvinculação ocupacional e/ou uma não inserção no mercado de trabalho.

Embora nosso objetivo não fosse obter a taxa de desemprego junto à população de rua, menos ainda, estabelecer uma relação entre o desemprego e o morar nas ruas, foi impossível nos manter indiferentes diante dos depoimentos que indicavam o desemprego crônico como característica marcante relatada pela totalidade dos entrevistados. Uma vez observado que os pesquisados não estavam trabalhando regularmente, a pergunta seguinte consistia em entender até que ponto a vulnerabilidade na dimensão do trabalho está relacionada com os motivos que levaram os indivíduos à moradia na rua. Partimos do princípio de que o elemento comum que permite reunir grupos sociais sob a categoria de exclusão social é conferido pela ausência de trabalho e pela impossibilidade de inserção social através do assalariamento. “É a partir da dinâmica do mundo do trabalho, considerada como o vetor mais importante de exclusão social, que advém uma série de consequências que se manifestam nos demais territórios da vida”.¹⁵³

Vale destacar que entre os entrevistados poucos afirmavam diretamente estar morando na rua devido ao desemprego, embora seus depoimentos indicassem a importância da desvinculação ocupacional nas trajetórias de vida em direção às ruas. Apenas o depoente Moisés associou a vida na rua com a ruptura do vínculo empregatício, pois nos relatou que só passou a viver nas ruas depois que foi mandado embora do emprego, onde trabalhava como peão numa fazenda localizada na zona rural de Araguari.

Os demais pesquisados relataram trajetórias de rompimento dos vínculos de trabalho partindo de interferências do alcoolismo ou do vício em drogas, particularmente o craque. Foi notório que, quanto à trajetória de passagem à rua, os motivos anteriormente discutidos neste capítulo, tais como conflitos familiares, separação de cônjuges, morte de parentes, entre outros, foram citados como fatores que teriam desencadeado o processo de ruptura não só dos vínculos sócio familiares, mas também do mundo do trabalho. Neste sentido, o desemprego aparece como consequência direta de envolvimento ou intensificação do uso e dependência do

¹⁵³ SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 258.

álcool ou drogas, envolvimento este que teria ocorrido em função de um desequilíbrio emocional em razão dos conflitos familiares. Dessa forma, podemos perceber que, em Araguari, a população de rua é constituída basicamente de alcoólatras e dependentes químicos. A única exceção entre os entrevistados foi Luciano, que se encontrava em trânsito por Araguari com destino à Vitória, no Espírito Santo, em busca de trabalho como vendedor de coco nas praias capixabas. Luciano é um rapaz carioca de trinta e um anos de idade, que passou a viver nas ruas ainda na infância, quando aos cinco anos, em decorrência da morte da mãe e do abandono do pai, fez das ruas sua moradia, vivendo até os quinze anos como menino de rua no Rio de Janeiro. Hoje, ele perambula por diversas cidades do Brasil. Contrariando as expectativas, negou qualquer tipo de vício: *“Eu não uso. Eu não tenho vício nenhum, graças a Deus. Cigarro, cerveja, droga, não uso nada. Eu sou evangélico desde novinho e acho que a religião me livrou desse mal. Eu vi muita gente ao meu redor se viciá, mais eu não quis experimentá”*.¹⁵⁴

Quando perguntamos aos entrevistados se já haviam trabalhado com carteira assinada, a maioria respondeu negativamente, denotando que no passado essa população não esteve vinculada ao emprego regular, sobrevivendo de subempregos ou de empregos informais, o que pressupõe que as ocupações anteriores da população em situação de rua “são modalidades de inserção extremamente vulneráveis e, portanto, nos limiares da desvinculação”.¹⁵⁵

Antes de morar nas ruas, esses indivíduos mantinham com o mercado de trabalho relações empregatícias extremamente precárias e instáveis. Analisando qualitativamente suas trajetórias anteriores de trabalho, podemos notar, conforme salienta Scorel, que algumas características se sobressaem, tais como: “a segmentação na duração dos vínculos – empregos irregulares, descontínuos, temporários; atividades de baixa qualificação com alto potencial de substituição e nível de rendimentos limítrofes com o consumo de sobrevivência”.¹⁵⁶ Dessa maneira, suas experiências profissionais, se resumem a uma série de atividades desconexas e descontínuas sugerindo uma baixa ou nenhuma qualificação específica, ou seja, nenhuma profissão definida.

Genivaldo, por exemplo, disse já ter trabalhado de forma irregular e por certo período como servente de pedreiro e em trabalhos agrícolas. *“Eu trabalhei na roça, plantando mantimento: arroz, milho, feijão. Já trabalhei de servente, trabalhei na roça. Por exemplo, na roça eu sei mexê com algumas coisa, como roçá de foice, tocá vaca, só que eu não gosto de*

¹⁵⁴ Depoimento de Luciano. Local da entrevista: Terminal Rodoviário de Araguari. 03/03/2011.

¹⁵⁵ SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 198.

¹⁵⁶ Ibid. p. 184.

tirá leite, é só mais mexê com gado".¹⁵⁷ Joana Darc quanto às suas experiências de trabalho, evidenciou a ausência de profissão definida, dizendo: *"a minha profissão mesmo é lavorista, trabaio na lavoura, panho café, panho tomate. Mas se precisá trabaiaá na faxina eu faço. Lavo casa, varro, faço comida"*.¹⁵⁸ Quando perguntei se ela já havia trabalhado com registro em carteira, ela disse: *"não, eu já trabaiei só com o meu pai na roça"*.¹⁵⁹ O que revela que ela nunca esteve inserida, ainda que informalmente, no mercado de trabalho. O depoimento de Wesley expressa uma trajetória de trabalho irregular, descontínua e de baixa qualificação profissional. Quando perguntei a ele no que já havia trabalhado, ele relatou que fora carregador. Explicando melhor sua função, ele adiantou: *"eu carregava e descarregava caminhão com ração de osso. Descarregava os osso, punha pra moê, fazia a ração e carregava de novo o caminhão"*.¹⁶⁰ E nessa época você tinha carteira assinada? *"Não, não era de carteira assinada não"*.¹⁶¹ E quanto tempo você trabalhou nesse serviço? *"Eu fiquei uns sete mês só nisso, aí depois eu fui trabaiaá em fazenda, né. Eu fui lá pra fazenda no Piçarrão, eu fiquei lá seis mês tamém. Não era carteira assinada tamém não, era por semana"*.¹⁶²

Quando perguntei a Neide em que ela trabalhava antes do contato com a rua, ela falou de uma vida profissional extremamente segmentada, implicando na falta de condições de acumular qualquer experiência específica de trabalho, em decorrência da enorme rotatividade de funções e empregos. *"Eu trabalhei na Dafruta oito mês, no setor de produção, trabalhei uns tempo em roça, zona rural, de plantá café, desbrotá, trabalhei mais tempo, foi em moto taxi, já tive moto"*.¹⁶³

Marcos, também chamado de Paulista, foi o único que afirmou ter trabalhado dezessete anos com carteira assinada. Ele além de ter sido inserido formalmente no mercado de trabalho, também não demonstrou uma alta rotatividade de experiências profissionais, pois esses dezessete anos de serviço como repositor de mercadorias em supermercado foram prestados a um mesmo estabelecimento comercial na cidade de São Paulo. Entre as modalidades ocupacionais exercidas antes da vida na rua, as mais recorrentes entre os entrevistados foram: o trabalho agrícola, as atividades ligadas à construção civil, operador de máquinas, moto taxi, e entre as mulheres, atividades domésticas. Pouco significativo foi a quantidade de depoimentos de moradores de rua sem nenhuma experiência anterior de

¹⁵⁷ Depoimento de Genivaldo. 22/02/2011.

¹⁵⁸ Depoimento da moradora de rua Joana Darc. 09/02/2011.

¹⁵⁹ Depoimento da moradora de rua Joana Darc. 09/02/2011.

¹⁶⁰ Depoimento do morador de rua Wesley. 17/02/2011.

¹⁶¹ Depoimento do morador de rua Wesley. 17/02/2011.

¹⁶² Depoimento do morador de rua Wesley. 17/02/2011.

¹⁶³ Depoimento de Neide. 22/02/2011.

trabalho, o único caso encontrado foi o de Maria Cristina que declarou nunca ter trabalhado fora de casa.

Considerando que a dificuldade de obtenção de emprego ou mesmo de trabalho temporário “faz com que o morador de rua recorra a outras alternativas para garantir a sobrevivência através de práticas inerentes à própria rua, que possibilitem um ganho imediato para adquirir comida, cigarro e pinga”,¹⁶⁴ afirmamos que essa população em Araguari praticamente não possui outras formas de rendimento. Apenas alguns entrevistados declararam receber aposentadoria, auxílio da família ou auxílio-doença. Assim, sem trabalho regular as alternativas ocupacionais de quem vive nas ruas da cidade são os “bicos”. No entanto, a forma por excelência de obtenção de dinheiro é a prática da mendicância. Uma particularidade da mendicância em Araguari em relação aos grandes centros urbanos está intimamente ligada a não verticalização da cidade, permitindo que a população de rua possa pedir de casa em casa, mesmo diante dos obstáculos do forte esquema de segurança de algumas residências, tais como interfones, câmeras, alarmes de vigilância, entre outros. Na cidade, há ainda, o pedido de dinheiro ou comida, praticado especialmente em áreas de grande afluência de pedestres, como no centro da cidade. Entre os informantes cujos pontos fixos de mendicância eram o centro, localizamos Joana Darc (Baiana), João (Super Man) e Bin Laden. Os demais alternam os pontos de pedido, mas o que se mantém fixo é a mendicância como modo de vida. Sobre essa prática, nos falou Joana: *“Eu vivo de favor dos outro. Eu peço, antes pedi do que robá, né? O ladrão tem que metê ele na cadeia e o pobre tem que pedi, se não pedi morre de fome. As pessoas dá, cada um dá um pouquinho”*.¹⁶⁵

Outra especificidade entre o conjunto dos pesquisados consiste no fato de que a população de rua em Araguari, diversamente daqueles que estavam de passagem pela cidade, não se ocupa de materiais recicláveis, pelo contrário, várias vezes presenciei reciclados sendo descartados como coisa improdutiva por eles. Já alguns “migrantes” declararam que se apropriavam dos recursos considerados como lixo pela sociedade e definiam sua ocupação como catadores de papel e de outros materiais reaproveitáveis. Assim nos contou Nilton: *“eu mexo com serviço de reciclage, por isso que eu quero ir pra Goiânia, porque serviço de reciclage lá eles paga melhor. Lá em Goiânia eles dá moradia, os dono de depósito de reciclage dá os barraco pra gente morá. Então, eu tô quereno voltá pra lá”*.¹⁶⁶

¹⁶⁴ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria R. & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). População de rua: quem é, como vive, como é vista. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 103.

¹⁶⁵ Depoimento da moradora de rua Joana Darc. 09/02/2011.

¹⁶⁶ Depoimento de Nilton. 03/03/2011.

Além da função como catador de recicláveis entre a população de rua que estava de passagem por Araguari observamos o exercício de certas atividades de trabalho como forma de obter dinheiro, mas que é complementada quase sempre pelo pedido, ou seja, pela mendicância. Marcos, “o Paulista,” que estava em Araguari há quatro meses relatou:

*“Eu trabalhei até semana passada de garçom. Barba feita todo dia, unha cortada, cabelo cortado, limpo, calça social, sapato social. Eu tava num restaurante. Naquele lá, no Posto Boiadeiro na saída que vai pra Tupaciguara, a dez quilômetro daqui. Eu fiquei lá vinte e sete dia. Eu trabalho, não é fixo, é por um tempo, mas quando aparece eu trabalho”.*¹⁶⁷

Luciano que apenas pernoitara no albergue de Araguari e seguiu viagem no dia seguinte, disse: *“Eu vou pra Vitória trabalhá como vendedor na praia. Lá eu vô, trabalhá vendendo coco. Em todas as cidade aonde eu chego, eu trabalho. Trabalho de vendedor ambulante, na construção civil, no que aparece”.*¹⁶⁸

Já entre aqueles que vivem em Araguari verificamos raramente a rua como palco de realização de outros expedientes que não a mendicância, e nas poucas vezes em que foram constatadas outras atividades, as ocupações se limitavam na guarda de carros e na marcação de consultas a terceiros nos Postos de Saúde. Essas atividades podem ser entendidas como a “mercantilização do medo, pelo fato de que a prestação de serviço é basicamente imposta, como no caso do guardador de carro, em que o condutor do veículo acaba por pagar a olhada do carro estacionado por medo de que este possa sofrer algum dano”.¹⁶⁹

Considerando as diferentes práticas desenvolvidas pelo conjunto da população de rua para obter dinheiro percebemos uma tendência geral de que elas não são consideradas por eles como trabalho, mas sim bico. Existe uma desvalorização das atividades, e apenas uma pequena parcela de catadores de papel ou de guardadores de carro considera sua atividade como trabalho, encarando-o como profissão. Não há como negar, que a maioria das atividades desenvolvidas por eles altera o significado do trabalho, que deixa de ter caráter “recorrente e contingente como pressuposto necessário da vida e adquire função instrumental imediata, passando a ser uma atividade desempenhada de forma intermitente, no momento da necessidade, em ritmo determinado pelo próprio sujeito, com retorno monetário imediato”.¹⁷⁰

Comumente algumas das atividades exercidas pela população de rua “passam a ser apropriadas pelo Estado, expropriando os trabalhadores que viviam delas. É o caso, por

¹⁶⁷ Depoimento de Marcos, cujo apelido é “Paulista”. 25/02/2011.

¹⁶⁸ Depoimento de Luciano. 06/03/2011.

¹⁶⁹ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria R. & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). População de rua: quem é, como vive, como é vista. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 104.

¹⁷⁰ Ibid. p. 106.

exemplo, da coleta seletiva de lixo”.¹⁷¹ Caso parecido aconteceu em Araguari, em virtude de que nos últimos tempos a marcação de consultas nos Postos de Saúde da cidade estava sendo monopolizada pelos moradores de rua. Eles perceberam que a demanda de consultas disponibilizadas pelos Postos de Saúde à população não era suficiente para a procura, e passaram a pernoitar na porta dessas instituições reservando as primeiras vagas de consultas para terceiros, que na manhã seguinte lhes pagavam pelo pernoite sob a garantia da consulta marcada sem os sofrimentos de dormir ao relento. Sobre isso relatou-nos Joana Darc:

*“Eu poso lá no postinho (Posto de Saúde do Bairro Goiás) pra tirá guia. Tem gente que me dá vinte reais pra mim tirá guia, outros me dá déis. Então eu vô pra lá, poso lá pra mim ganhá meu dinheiro. Igual o rapaz vai me dá déis reais. Como hoje tem o médico que ele qué, eu vô pra lá pra tirá a guia pra ele. Aí amanhã cedo ele chega lá e me paga. Eu vô em todos postinho pra tirá, até lá no CAIC. É uma graninha pra sobreviver”.*¹⁷²

A Prefeitura Municipal de Araguari, ao ser comunicada do problema que afetava diretamente aqueles que não tinham condições ou não se sujeitavam a pagar pelo serviço dos moradores de rua, longe de ampliar a demanda da oferta de atendimento, apoderou-se da dinâmica de marcação de consultas, que passou a acontecer pelo sistema de agendamento presencial e antecipado, evitando que as pessoas pernoitassem no local para reservarem suas consultas dentro do limite de atendimento, inviabilizando, pois, que os moradores de rua tivessem algum retorno financeiro com tal ocupação.

Muitos habitantes das ruas se dão conta da extrema exploração a que estão submetidos no trabalho temporário, à única possibilidade a que têm acesso, e alguns se recusam a submeter-se a tais condições. É o que revela o depoimento de Genivaldo:

*“Em fevereiro eu arrumei serviço numa cidadezinha pra frente de Itapegipe, mas o homem (dono da fazenda) queria que eu batesse veneno, com aquelas bomba de veneno manual em um pasto com um alqueiro. Um alqueiro é dezesseis linha. É muito grande, é uma extensão muito grande. Batê veneno naquilo lá por 30 reais! Não era trinta reais por dia não. Em tudo. Eu ia levá mais de uma semana pra fazê isso”.*¹⁷³

Quando questionei Genivaldo se não seria melhor esses trinta reais do que nada, a resposta foi a seguinte: *“Não era não. Por causa que eu ia tê que comê, tudo era por minha conta, ele tava me explorano demais”.*¹⁷⁴

Marcos, o “Paulista,” quando contou o porquê de ter abandonado a ocupação como garçom mostrou sua insubmissão às condições de trabalho injustas:

¹⁷¹ Ibid. p. 104.

¹⁷² Depoimento da moradora de rua Joana Darc. 09/02/2011.

¹⁷³ Depoimento de Genivaldo. 22/02/2011.

¹⁷⁴ Depoimento de Genivaldo. 22/02/2011.

*“Eu saí porque o homem (o patrão) é muito enjoado e o jeito que ele tava me tratano eu não tava gostano. Ele tava me tratano como se fosse um cachorro, e o ser humano não pode ser tratado assim. Me tratano com falta de educação, como se eu fosse um cachorro, como se eu fosse um lixo, e não é bem assim. Eu posso ser pobre, mas também não posso ser humilhado. Humilhação ninguém deve aceita”.*¹⁷⁵

Sem dúvida, a população de rua sem trabalho regular, vivendo dos “bicos” e da mendicância como alternativas de obtenção de dinheiro, encontra-se excluída economicamente. Nesse contexto de exclusão do mundo do trabalho, verificamos que a configuração familiar muitas vezes é citada como a “retaguarda afetiva e material do trabalhador pobre nas suas relações com o mercado de trabalho, como o recurso fundamental pra sua sobrevivência cotidiana”.¹⁷⁶ Vários entrevistados mencionaram a moradia e o apoio da família como componentes decisivos de viabilização da permanência e/ou reinserção no mundo do trabalho. A fala de Belchior, ao contar sobre o fim de seu casamento, permite compreendermos a dimensão simbólica do apoio afetivo da família para o equilíbrio financeiro e emocional dos indivíduos da classe trabalhadora.

*“Nós tínhamos nosso lar, nossa casa, eu trabalhava, chegava em casa de tarde e tinha a minha comida quentinha, tinha a minha roupa lavada, tinha tudo que eu precisava pra trabalhar no outro dia de cabeça tranquila, a gente tinha harmonia. Quando a gente é marido e mulher, você pensa que o outro é só um companheiro, você vive lado a lado, deita, dorme, sofre, chora, sorri junto. Passa as dificuldades junto. Quando se separa, que um vai pra um lado e o outro vai pra o outro, é que você vai perceber o tanto que aquela pessoa faz falta pra você. Agora, como é que eu vou trabalhar pra ganhá um dinheiro, sem ter lugar pra ficar”?*¹⁷⁷

Desprovido de casa, de trabalho regular, de família, o homem de rua, sozinho ou com companheiros circunstanciais, anda pelas ruas carregando seu mundo nas costas. Uma vez socializado na rua, fica difícil retornar ao cotidiano do mercado de trabalho pela própria dinâmica de sobrevivência que a rua impõe e que, como sintetizou Wesley, não possibilita a quem vive na rua acumular recursos que possam funcionar como suporte de consumo mínimo necessário ao trabalhador para reproduzir sua sobrevivência até que receba o primeiro salário trabalhado.

“Pra eu arrumá um serviço morano na rua, como é que faço? De manhã cedo eu vô tê que tomá um café, na hora do almoço eu vô tê que saí correno pra pedi o almoço, aí eu vô chegá de tarde sujo, vô tê que tomá banho, aonde? Eu vô tê que jantá, aonde? Vô tê que dormi, aonde? De manhã cedo

¹⁷⁵ Depoimento de Marcos, cujo apelido é “Paulista”. 25/02/2011.

¹⁷⁶ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria R. & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). População de rua: quem é, como vive, como é vista. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 104.

¹⁷⁷ Depoimento de Belchior. 05/03/2011.

*no outro dia não tem outra roupa pra pô pra ir pro serviço, vô tê que saí sem o café de novo, aí eu vô almoça aonde”?*¹⁷⁸

Em síntese, Wesley mostra a dificuldade de conseguir se reinserir à dinâmica de reprodução da vida em longo prazo, própria da remuneração mensal ou quinzenal do mundo do trabalho, uma vez que ele, no universo da rua não dispõe de recursos (capital de consumo necessário) que permita manter-se durante esse tempo, haja vista a urgência das necessidades básicas de sobrevivência imediata, diária de quem vive na rua.

1.3. A vida na rua – atividades privadas expostas publicamente

Considerando que a rotina de sobrevivência nas ruas envolve a resolução das necessidades básicas, as questões que se colocam são: onde ficam e como vivem as pessoas que ocupam o espaço da rua? Entendemos que, quanto à população de rua, o que está sendo denominado como básico é o mínimo necessário para sobrevivência e a manutenção da vida. Entre a população de rua, a resolução dessas necessidades envolve uma rotina diária, que viabiliza a possibilidade de sobreviver naquele dia, de maneira que a urgência da sobrevivência não permite pensar a vida em longo prazo, pelo contrário, a sobrevivência está presa no hoje, no aqui e agora.

Como a carência fundamental que caracteriza a população de rua é a ausência de teto, primeiramente procuramos identificar os espaços públicos utilizados por aqueles que fazem das ruas a sua moradia, tentando conhecer os tipos de logradouros que são ocupados e os tipos de abrigos que existem nestes locais. Como pontos de pernoite, consideramos os lugares públicos, tais como: ruas, calçadas, praças, imóveis abandonados, terrenos baldios e outros, onde a população de rua fica ou pernoita.

Em Araguari, as praças são os lugares utilizados preferencialmente pelas pessoas que vivem em situação de rua para permanecerem durante o dia. Já para o pernoite, os imóveis abandonados são mais ocupados. As praças mais escolhidas são aquelas cujos pontos possam se localizar junto a regiões que ofereçam boas alternativas de sobrevivência. Dependendo das circunstâncias opta-se por praças mais isoladas com menor grau de visibilidade, ou então, buscam-se aquelas mais movimentadas com grande circulação de transeuntes que viabilizem a prática da mendicância.

Os imóveis abandonados, tais como: casas, prédios comerciais ou públicos, aparecem como o segundo tipo de logradouro mais utilizado pela população de rua, que,

¹⁷⁸ Depoimento do morador de rua Wesley. 17/02/2011.

frequentemente, os ocupa para dormir e se proteger. Dentre os locais abandonados mais citados como locais de pernoite estão os postos de gasolina desativados e as construções abandonadas, cujas coberturas servem de abrigo contra o frio e a chuva. Maria Cristina, em seu depoimento, faz as seguintes colocações: *“a gente dorme num posto abandonado, sujo, até rato tem. Mas pelo menos tem a cobertura pra gente não molhá. E ainda assim é o dono do posto que deixa nós dormi lá, se não fosse por ele, nós tava dormino era no relento”*.¹⁷⁹

É bastante significativa a utilização de terrenos baldios, isto, quando a localização destes permite a improvisação de barracos construídos com sucatas e materiais recicláveis. As calçadas de ruas e avenidas aparecem com menos incidência como locais de pernoite, e quando são utilizadas, as marquises de construções são essenciais como proteção. Com menor frequência registra-se o pernoite ao relento, sem qualquer tipo de abrigo. Na maioria dos pontos, são utilizadas a forração de papelão, plástico ou cobertores como meio de proteção. De forma geral, a população de rua carrega consigo seus pertences que não vão além de uma sacola com objetos pessoais, o que evidencia sua mobilidade. Deslocam-se com frequência, podendo dormir uma noite em cada lugar. Em grande parte dos lugares de pernoite as pessoas permanecem na área também durante o dia, desde que a região ofereça alternativas de sobrevivência.

Quem vive na rua necessita encontrar alternativas para o que comumente se faz dentro de casa, implicando que atividades típicas da esfera privada acabam sendo expostas publicamente, e entre elas, a higiene corporal. Por isso, embora corriqueiro na pesquisa, porém não menos estranho, foi presenciar o Super Homem, se barbear sentado numa calçada da rua Rui Barbosa, uma das ruas mais movimentadas da cidade. Naquela cena, o que chamava mais a atenção era a naturalidade daquele senhor, que com um pequeno espelho na mão e o rosto cheio de espuma realizava tranquilamente mais uma das suas atividades de rotina, ao higienizar-se, sem se incomodar com a presença constante e apressada dos transeuntes em seu vai e vem pelo centro da cidade. Entre os entrevistados, Maria Cristina foi sem dúvida quem se sobressaiu no quesito vaidade. Inúmeras manhãs, encontramos Cris se arrumando. Ela driblava a dificuldade para trocar de roupa entrando num matagal de um terreno baldio que ficava em frente à praça. Sempre que possível, lançava mão de um batom vermelho e de uns óculos escuros que guardava entre seus pertences. Em geral, a aparência dos habitantes das ruas revela que a higiene corporal é extremamente precária ou ausente, no entanto, entre os cuidados com a aparência mais comumente mencionados pelos homens

¹⁷⁹ Depoimento da moradora de rua Maria Cristina. 13/02/2011.

pesquisados está trocar de roupa, cortar o cabelo e fazer a barba, o que marcadamente está relacionado com a necessidade de manter uma diferenciação com o estereótipo do mendigo sujo e, por vezes, barbudo. Assim como é precária a higiene corporal, escassos são os locais em que a higiene é possível para quem vive na rua. Considerando que, água é uma das necessidades básicas da população de rua, que interfere na sujeira que muitas vezes é característica daquele que nelas vivem, questionei Maria Cristina sobre as possibilidades encontradas por eles para tomar banho. *“Banho? Se nós não caminhá até o Posto Araguaia, lá na saída pra Caldas têm que ficá sem, sujo mesmo. Lá no posto eles deixa tomá banho frio”*.¹⁸⁰ Confirmando, pois, que a higiene corporal, muitas vezes é realizada utilizando água disponível em fontes, chafarizes e torneiras nas praças públicas ou pode ser realizada na dependência da boa vontade dos proprietários de estabelecimentos comerciais como postos de gasolina, bares e restaurantes.

Notamos que existe a tentativa por parte da população de rua de manter-se limpa, o que nem sempre é possível mesmo quando se consegue tomar banho, pois é necessário também ter roupa limpa para trocar. Assim nos falou Maria Cristina:

“As roupa sabe onde que a gente lava? Aqui na Praça dos Ferroviário numa torneira que tem aqui, é aqui que nós lava as nossa roupa. Numa torneira que tem perto do ponto dos taxista. É lá que nós lava as roupa nossa, pra não andá sujo”.¹⁸¹

Apontando que a lavagem de roupas é mais um problema com o qual se defrontam os moradores de rua, e é feita em público, sendo comum a existência de varais improvisados para secar as roupas, em grades ou em bancos de cimento nas praças. Por mais alheia e estranha que essa realidade possa parecer aos nossos olhos, vale ressaltar minimamente que, a segmentação dos espaços é novidade, e surge no final do século XIX para o século XX, de modo que, lavar roupa no espaço privado é algo bastante recente. O trabalho das lavadeiras pertenceu, há bem pouco tempo, ao espaço público, fazia parte do cenário urbano.

A obtenção da comida é a garantia da satisfação de uma das necessidades básicas a que os habitantes das ruas são impelidos diariamente na luta pela sobrevivência. A população que se encontra na rua em Araguari, ao se apropriar deste espaço, usa de estratégias próprias de sobrevivência, pois na cidade, diferentemente de outros municípios, não existe às chamadas “bocas de rango” (locais de distribuição gratuita de comida pela prefeitura ou ONGs). Sendo assim, Nilton como a maioria dos entrevistados declarou obterem comida, pedindo em estabelecimentos comerciais: restaurantes e lanchonetes – que doam suas sobras,

¹⁸⁰ Depoimento da moradora de rua Maria Cristina. 13/02/2011.

¹⁸¹ Depoimento da moradora de rua Maria Cristina. 13/02/2011.

e ainda, mencionam pedir comida em residências como uma alternativa viável e eficiente de alimentação. “*Na rua, quando chega a hora de almoçar a gente vai nos restaurante e pede, pede nas casa, e é assim que a gente vai levano*”.¹⁸² São feitas também catas de sobras em feiras livres e em estabelecimentos comerciais. Os grupos que se fixam em determinados lugares costumam fazer comida utilizando fogões e panelas improvisadas. Os fogões são improvisados sobre tijolos, utilizando restos de madeira ou álcool, aproveitando-se o que se encontra no lixo. Presenciei a compra de alimentos em supermercados e o cozinhar nas ruas, mas notei que nestas condições só é possível cozinhar os alimentos todos de uma só vez, misturados. Talvez por isso, entre os alimentos mais comprados estavam tipos variados de macarrão, principalmente os instantâneos. Contrariando o senso comum, o conjunto dos depoimentos, e entre eles o de Wesley, revelaram que “*a fome na rua não é o pior problema, só passa fome na rua quem quer, ou então, assim que cai na rua, porque no começo é difícil, a gente tem que aprendê a pedi*”.¹⁸³ O depoimento de Maria Cristina evidencia a mendicância e a caridade social como alternativa eficaz de garantia da subsistência:

“Tem gente que ajuda a gente. Vai lá na praça e dá roupa, dá comida pra gente. Tem altos vizinho (nas proximidades da Praça dos Ferroviários) que dá comida pra gente, tem vez que nem precisa da gente ir nas casa pedi, tem vez que nós tá ali, chega gente com refrigerante, prato de comida e dá pra gente. Disso a gente não pode reclamá”.¹⁸⁴

A fala de Joana D’arc, à exemplo de outras entre os informantes, permite pensarmos que quase sempre a avaliação da vida na rua se pauta pela possibilidade ou não de matar a fome.

“A minha vida na rua tá boa graças a Deus, eu não passo fome, eu não tô morreno de fome. Eu não passo fome de jeito nenhum. Dá pra alimentá. O povo que passa aqui na rua é que trata de mim. Eu fico sentada aí e eles me dá. (fala apontando para calçada onde faz ponto). Eles me dá dinheiro, comida, um pouco de tudo”.¹⁸⁵

Uma vez que, os testemunhos indicam que a mendicância se configura numa possibilidade eficiente de sobrevivência empreendida pela população em situação de rua, faz-se necessário pensar a relação entre o papel do mendigo na sociedade e as práticas caritativas efetivadas pelo conjunto dos cidadãos. Em outras palavras, o que busca a população araguarina quando se dedica à caridade? Qual a concepção de caridade em vigor no município? Seria a caridade resultante de um senso de responsabilidade da sociedade para com o pobre e desvalido, ou seja, a prática da caridade é decorrente da conscientização de um

¹⁸² Depoimento de Nilton. Local da entrevista: Albergue Público Municipal de Araguari. 03/03/2011.

¹⁸³ Depoimento do morador de rua Wesley. Local da entrevista: Praça dos Ferroviários. 17/02/2011.

¹⁸⁴ Depoimento da moradora de rua Maria Cristina. Local da entrevista: Praça dos Ferroviários. 13/02/2011.

¹⁸⁵ Depoimento da moradora de rua Joana Darc. Local da entrevista: Rua Rui Barbosa, Centro. 09/02/2011.

dever social do cidadão? Ou seria a caridade apenas uma atividade praticada como a expressão de um sentimento religioso orientado pelo temor a Deus e a busca da salvação da alma?

Sobre as obrigações e as práticas caritativas, Mara Regina do Nascimento, afirma que estas “sofreram, como a própria religião católica, variações históricas”.¹⁸⁶ De maneira que, “a noção de amor ao próximo, de caridade para com este e de reconhecimento da pobreza estiveram sujeitas a diferentes formas de expressão”.¹⁸⁷ Assim sendo, na Antiguidade tardia e também nos primeiros tempos medievais a ideia de caridade e de auxílio ao pobre, revestia-se de uma concepção em que aparecia atrelada à mentalidade religiosa católica de que a caridade é uma obra executada para a salvação da alma, capaz de impulsionar até Deus.

No contexto medieval, a mentalidade religiosa atribuía à pobreza um valor espiritual superior, em que o pobre estava de certa maneira, por seu despojamento material, associado “à imagem do Cristo sofredor. Socorrê-lo era uma necessidade intrínseca da salvação”.¹⁸⁸ Nesse quadro, em que a caridade tem lugar reservado no esquema da salvação eterna, “a convivência com o pobre e com a pobreza não representava ainda objeto de repulsa, mas sim um convívio diário, direto e pessoal”,¹⁸⁹ por parte da sociedade.

No período medieval, segundo John Bossy, a maioria das situações onde as práticas caritativas surgiam, os atos de caridade “podiam muito bem ser realizados sem trocas de dinheiro”,¹⁹⁰ isto porque, “a caridade era mais dirigida para aqueles com quem se estava realmente relacionado (isto é, familiar ou vizinho) do que para os que eram totalmente estranhos”.¹⁹¹ Neste ínterim, os conceitos de utilidade pública eram estranhos às características da caridade medieval, tendo em vista a preferência das pessoas pelas obras de beneficência que dariam origem a uma relação mais pessoal com os pobres. As “obras de beneficência grandes ou impessoais eram, normalmente, mais o resultado da penitência ou de medo, do que propriamente atos de caridade, ainda que a dádiva de esmolas fosse uma das maneiras autorizadas pela qual o pecado podia ser reparado”.¹⁹²

De acordo com John Bossy, foi por volta de 1520, que emergiu um novo conceito mais atualizado de caridade. Surgia a noção de *caritas*, ou seja, de filantropia. “Ela implicava um sentido de benemerência activa, mas abstracta ou *humanitas* como um dever do cidadão,

¹⁸⁶ NASCIMENTO, Mara Regina do. IRMANDADES LEIGAS EM PORTO ALEGRE. Práticas funerárias e experiência urbana. Séculos XVIII-XIX. Porto Alegre, UFRGS, 2006 (Tese de Doutorado). p. 84.

¹⁸⁷ Ibid. p. 84/85.

¹⁸⁸ Ibid.

¹⁸⁹ Ibid.

¹⁹⁰ BOSSY, John. A Crisandade no Ocidente. 1400-1700. Lisboa, Edições 70, 1990. p. 169.

¹⁹¹ Ibid.

¹⁹² Ibid. p. 170.

uma repugnância civilizada para com os pedintes”.¹⁹³ A filantropia como noção substituta da ultrapassada caridade, se opunha ofensivamente à mendicidade, como um perigo a ser combatido.

Este corte radical com a tradição católica, instaurado pela nova prática filantrópica, segundo Mara Regina do Nascimento, foi efetivado de maneira geral na Europa e também no Brasil, “por meio de uma aliança entre as instituições caritativas, como as Misericórdias, e a municipalidade; juntas, condenavam tanto a mendicidade como a esmola individual, já que estas podiam “contaminar” a emergente política de assistência social”.¹⁹⁴ O foco deste novo modelo de assistência não se restringiu unicamente no executante da ação caritativa ou no doador, mas pelo contrário, voltou-se também para o assistido. O benfeitor era simultaneamente aquele que doava, mas também aquele que executava, ele agia concretamente para transformar a realidade do assistido. A assistência passou a ter não somente a função de atender a uma necessidade, mas também se destinava a transformação da vida daquele a quem atendia. Nesse intento, a caridade foi substituída pela necessidade de disciplinarização da pobreza, julgou-se “imprescindível penetrar na vida do pobre, investigar para poder separar a pobreza verdadeira da falsa, aquela originada na preguiça e não nas dificuldades da vida do sujeito”.¹⁹⁵ Nesta lógica, esse novo formato de política caritativa criava “a noção de que amar ao próximo era também discipliná-lo”.¹⁹⁶

Nesse contexto, em que a institucionalização da caridade se tornou uma realidade, as instituições assistenciais comportaram-se como os demais equipamentos de normalização e higienização da sociedade, implantados pelo Estado com o propósito de controlar a população, adequando-a ao desenvolvimento industrial. Essa mudança de eixo significou uma diferenciação no interior da população pobre. A pobreza foi classificada: os inválidos (incapazes) e os vagabundos. A primeira categoria era composta por aqueles que eram desonerados da obrigação de trabalhar e mereciam proteção e caridade, enquanto os últimos eram considerados indignos de ajuda, pois dispendo de condições para o trabalho, optavam por não trabalhar, passando a viver e a perambular sem destino. Por isso, o controle social progrediu em relação direta com o desenvolvimento urbano.

Essa nova noção sobre a pobreza e o papel da caridade manteve-se no século XIX, quando as medidas repressivas contra a população pobre foram se intensificando e

¹⁹³ Ibid. p. 171.

¹⁹⁴ NASCIMENTO, Mara Regina do. IRMANDADES LEIGAS EM PORTO ALEGRE. Práticas funerárias e experiência urbana. Séculos XVIII-XIX. Porto Alegre, UFRGS, 2006 (Tese de Doutorado). p. 85.

¹⁹⁵ Ibid.

¹⁹⁶ Ibid. p. 86.

recrudescendo. Aqueles que dependiam da administração pública, os ditos “sem eira nem beira, mendigos e vagabundos”¹⁹⁷ eram considerados um problema de ordem pública, desempenhavam o papel de perturbadores da harmonia social. Em razão disso, a administração pública “os retém em hospitais, ou os interna sem outro objetivo senão colocá-los fora do jogo social, de pôr fim ao escândalo constituído pelo espetáculo e o comportamento desses elementos sem controle”.¹⁹⁸ A filantropia, a assistência social e a medicina conduziram a vida privada, por meio de uma série de medidas normalizadoras que buscavam organizar a sociedade de acordo com a finalidade do Estado. Não se pode conceber “a filantropia como uma fórmula ingenuamente apolítica de intervenção privada na esfera dos problemas ditos sociais, mas sim uma estratégia deliberadamente despolitizante face à instauração dos equipamentos coletivos”,¹⁹⁹ ou seja, de estatização dos indivíduos com a finalidade de controle social.

No Brasil colonial e imperial o mendigo teve uma importância fundamental, vinculada à mentalidade religiosa medieval de que a caridade garante ao bom cristão a salvação após a morte. Assim, as práticas caritativas estavam ligadas ao fato de assegurarem ao benfeitor a sua boa morte, a salvação e o descanso eterno.

No século XIX o pedinte, o mendigo cumpre o papel fundamental de facilitador da filantropia, por exemplo, para “os homens bons” das Santas Casas de Misericórdia, que nesse contexto, “tornaram-se o *locus* privilegiado na benevolência católica, praticada pela elite branca, letrada, possuidora de bens e de prestígio político”.²⁰⁰ A filantropia, o benefício para com o mendigo, o necessitado, permitia revelar um quadro de virtudes do benfeitor em que se sobressaía a bondade, a honradez, afinal, a caridade era concebida como um “dom que honra aquele que o faz, já que não se espera o troco”.²⁰¹

O mendigo era ainda também aquele que lembrava à família burguesa em formação, o quanto estavam sólidas sua moral e conduta garantidas primeiramente pelo fato da pertinência a uma família, que nesse momento significava a possibilidade de ser moralizado, disciplinado e digno, em segundo lugar pelo fato de valorizar o trabalho e inserir-se no universo deste.

¹⁹⁷ Ibid. p. 50.

¹⁹⁸ Ibid.

¹⁹⁹ DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª. ed., 1986. p. 50.

²⁰⁰ NASCIMENTO, Mara Regina do. IRMANDADES LEIGAS EM PORTO ALEGRE. Práticas funerárias e experiência urbana. Séculos XVIII-XIX. Porto Alegre, UFRGS, 2006 (Tese de Doutorado). p. 86.

²⁰¹ DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª. ed., 1986. p. 50.

Voltando à pergunta inicial, em que questionávamos por que parte da população araguarina se dedica à caridade, e qual a concepção de caridade em vigor entre o conjunto dos cidadãos domiciliados no município, entendemos que a solidariedade empreendida por algumas pessoas diante do pedido de esmola e da mendicância está relacionada aos sentimentos de piedade, vergonha ou culpa para com a população de rua, em razão de um resquício da anterior noção religiosa de que a caridade é um dever do bom cristão. Nesse sentido, a exposição da pobreza extrema daquele que vive nas ruas, desperta práticas caridosas para com o “coitado”, o “desvalido”, com um sentido religioso em que o amor ao próximo é concebido como um dever cristão, no cumprimento dos ensinamentos de Jesus Cristo.

Talvez por isso, em Araguari, a prática da caridade ainda é preferencialmente expressa em obras caritativas que dão origem a uma relação mais próxima e pessoal com os pobres e necessitados. A administração municipal veicula insistentemente o discurso de combate à prática de esmolas e a caridade individual, sob o argumento de que estas devem ser evitadas como forma de não estimular a mendicância e a marginalidade no município. Ainda assim, a população continua privilegiando essa modalidade de caridade em detrimento da caridade institucionalizada, que é pregada e defendida pela municipalidade. Tanto é que, aqueles que vivem nas ruas da cidade sinalizam a possibilidade concreta de viver da caridade, pedindo esmolas e ajuda para alimentar-se e vestir-se batendo de porta em porta.

Acreditamos que a recusa da população em atender as prerrogativas da municipalidade quanto à substituição da caridade individual pela caridade institucionalizada – em que se destina indireta e anonimamente ajuda financeira para as instituições sociais cadastradas pela Prefeitura municipal, expressam que o ato de caridade pessoal esteja relacionado ao papel que a caridade desempenha na organização da sociedade, em que os mendigos permitem a estabilidade dos papéis sociais da família, do homem público, da mulher dedicada ao lar, enfim, permite que nós cidadãos nos coloquemos como benevolentes, cristãos, caridosos.

Notamos que prevalece entre parte significativa da população, a concepção de que a miséria é um problema de responsabilidade individual, em que os pobres são identificados como os principais responsáveis pelo seu empobrecimento, em detrimento da noção de que a pobreza possui um caráter coletivo, ou seja, de que possui um status de responsabilidade social. Nem tão pouco parece haver a conscientização da sociedade de que assistência social voltada para a população que vive em situação de rua é uma questão de cidadania e de direitos sociais legalmente adquiridos. A prática da caridade existe, mas aqueles que são solícitos ao

pedido de esmola não se preocupam em integrar socialmente o que dele se beneficia, implicando que essa população se mantém como flutuante.

1.4. Agrupar-se ou isolar-se?

A população de rua na cidade é bastante heterogênea, mas o grupo mais significativo é o de homens que vivem em pequenos agrupamentos. Também encontramos pessoas que vivem em duplas como casais e, ainda, aqueles que vivem completamente sozinhos. As mulheres foram encontradas, porém, em menor número. “As mulheres que vivem na rua comumente apresentam problemas mentais e/ou de alcoolismo. São muito disputadas pelos homens e, por isso, procuram ter um companheiro que as proteja do assédio dos demais”.²⁰²

Localizamos um único grupo misto, composto por homens e mulheres, e percebemos que seus integrantes compartilham o mesmo espaço durante o dia para socialização: a Praça dos Ferroviários, mas se separam durante a noite buscando locais diferentes para o pernoite. Alguns dormem num posto de gasolina desativado, enquanto outros utilizam a marquise de um prédio público localizado em frente à Praça, ambos situados nas imediações do Bairro Goiás.

Embora não tenhamos encontrado famílias vivendo nas ruas, estabelecemos contato com casais que experimentam a vida a dois no contexto urbano, em relações hetero ou homo afetivas. Aos olhos do senso comum pode parecer bastante estranho que a vida na rua possa ser vivida em todas as suas dimensões, inclusive a afetiva e sexual, mas essa é uma realidade que marca a vida de alguns daqueles que fazem das ruas sua moradia. Os casais se formam por uma diversidade de motivos: atração mútua, carência afetiva e sexual, ou necessidade de proteção. Maria Cristina e Wesley compartilham a experiência da situação de rua a dois, como casal. Eles relataram que se conheceram quando já estavam inseridos há algum tempo na rua, e que ambos, antes de passarem para a rua, haviam sido casados e que, portanto, romperam com os anteriores vínculos afetivos e familiares, deixando para trás pais, irmãos, filhos e companheiros. Sobre sua atual situação civil Maria Cristina disse que é casada com Wesley, embora não oficialmente. “*Nóis é casado, nóis tá junto, vive junto já vai fazê sete ano*”.²⁰³ Wesley que se refere à Maria Cristina como sua esposa ou sua mulher narrou como os dois se conheceram:

²⁰² VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria R. & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). População de rua: quem é, como vive, como é vista. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 90.

²⁰³ Depoimento da moradora de rua Maria Cristina. 13/02/2011.

*“A primeira vez que eu fiquei com ela foi numa casa desocupada, que nós dormia. Ela andava com a mesma turma de rua que eu. Mas eu nem conversava com ela direito não. Nessa época, o cara que ela namorava foi preso. Ele também era de rua e andava junto com nós. Aí, uma vez, de noite eu cheguei nessa casa, só tinha um colchão no chão. Eu não sabia de quem era o colchão, mas deitei. Eu pensei: a hora que o dono chegá eu saio. Aí ela chegô e pergunto o quê que eu tava fazeno no colchão dela. Eu respondi que tava deitado, mas que podia deixá que eu saía. Ela falô que não precisava saí não, era só ela deitá pra um lado e eu pra o outro. Eu perguntei se o namorado dela não ía achá ruim. Aí ela falô que não, que ele nem ia sabê, que ele tava preso. Aí nós deitô. Aí nós conversô. Nós ficô conversano coisa e tal, aí eu conheci ela. Nessa noite nós ficô junto, entendeu”?*²⁰⁴

Wesley, ao contar sobre o início do relacionamento com Cris, evidencia como geralmente são conflituosas as relações sociais entre os integrantes dos grupos mistos, em razão da presença feminina e da disputa entre os homens pelas mulheres do grupo. Não obstante, tanto os homens quanto as mulheres travam sérias lutas na disputa por parceiros.

No decorrer da narrativa, Wesley explicita a importância do companheirismo e parceria entre marido e mulher na luta pela sobrevivência diária no mundo da rua. Afinal, viver na rua como casal implica assumir determinadas funções. No caso dos homens, proteger e prover o sustento. No caso das mulheres, confortar, aquecer e alimentar. *“Aí no outro dia, conversano, nós ficô junto de novo. Nós já começô a andá junto de um lado pro outro, arrumano as coisa. Eu pedino, ela cozinhamo, mas se virano junto”*.²⁰⁵

O fato da rotina dos casais se dar na rua não impede manifestações de afeto, carinho e zelo entre os companheiros, tais como: gestos, toques, olhares, proximidade de corpos, contatos sensuais, abraços, dormir juntinho, cuidados, etc. Entretanto, normalmente, “após o afastamento/rompimento com a família de origem, para o habitante das ruas é difícil estabelecer nova família com a mesma intensidade e permanência”,²⁰⁶ de maneira que, as relações afetivas no âmbito da rua são caracterizadas pela instabilidade, inconstância e insegurança. A fragilidade dos relacionamentos é uma marca evidente entre os casais. Assim como os relacionamentos começam abruptamente, também podem terminar com muita rapidez, porque a condição de vulnerabilidade e a tensão cotidiana tornam as relações extremamente voláteis. Sobre a dinâmica das relações amorosas, falou Wesley:

“Depois de um mês que nós tava junto, eu comecei a ficá preocupado, pensava: o cara (ex-namorado dela) vai saí da cadeia e como é que vai ser? Vai falá que foi eu que fiquei de cima. Só que não foi. Aí quando passô quatro mês, ela falô assim: o negócio é o seguinte, eu não gosto mais dele

²⁰⁴ Depoimento do morador de rua Wesley. 17/02/2011.

²⁰⁵ Depoimento do morador de rua Wesley. 17/02/2011.

²⁰⁶ SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 150.

*não, eu gosto é do cê agora. Aí eu peguei e falei pra ela, se ele saí e ocê falou que não que ele mais, aí eu assumo, eu fico junto com ocê. Mas se ele saí e ocê pegá e ir pro lado dele, aí não tem como. Aí ele saiu, nós tava sentado no banco ali da praça, ele chegô e foi abraçá ela, aí ela falou: não te quero mais não. Eu tô com ele aqui, eu não te quero mais não, e não adianta ocê brigá com ele e nem comigo. Aí eu falei: se ela não que, ela tá falano da boca dela, se ela não te que não adianta ocê brigá não. Ele falou: ah, cês tá junto, então quem não que mais é eu. Aí nós ficô junto porque ela não quis mais ele”.*²⁰⁷

A quebra de relações, ainda que seja bastante comum, não minimiza as dores e sofrimentos. Na realidade, por menor que seja o tempo passado junto, na rua a relação ganha uma intensidade significativa. Wesley nos falou sobre os sentimentos em relação a sua companheira, deixando entrever a instabilidade dos relacionamentos:

*“Ah, se nós dois some um pouquinho um de perto do outro, já...vichi! Não dá conta não, o máximo que nós fica longe um do outro é três dia, quatro dia. Às vez acontece da gente fica longe, porque discute, e tal. As vez a gente tá cheio de pinga na cabeça, aí eu já falo: não, então dá um tempo aí, se fô pra nós ficá, nós volta, se não for... Já aconteceu isso um punhado de vez, mais nós sempre volta”.*²⁰⁸

Maria Cristina e Wesley, além de compartilharem o cotidiano de vida na rua, vivem uma história de amor como casal, experimentando tudo o que convencionalmente o relacionamento a dois requer e proporciona. Ela economizou nas palavras ao falar sobre como o casal vive seus momentos íntimos no espaço da rua, mas apontou, em primeiro lugar, que estar junto com alguém na rua pressupõe de imediato a necessidade de se demarcar um espaço, “um canto” separado para o casal dormir. Esta se torna praticamente uma condição para a intimidade, porque “o canto” é o único espaço para se estar junto e viver a sexualidade sem subverter o código social dominante na experiência contemporânea, para o qual o sexo está ligado aos hábitos privados da casa. Nessa lógica, “o canto” representa a possibilidade de intimidade e privacidade para a vida a dois nas vias públicas.

*“De noite, nós vai lá pra o posto, mas cada um tem seu lugar de dormi. Eu tenho a minha vidinha de casada, separado com ele, o outro casal tem a deles. Tem mais um casal na rua, que é o Alexandre mais a muié, eles fica no canto deles, um vai pro lado de lá e o outro vai pro lado de cá. Cada um tem seu lugar, seu canto porque se ficá muvuca não presta não”.*²⁰⁹

No cotidiano das ruas, a violência é empregada pelos indivíduos como recurso mediador na resolução dos conflitos, o que implica que as relações afetivas e amorosas são marcadas contraditoriamente pelo carinho, mas também pela agressividade e por atos

²⁰⁷ Depoimento do morador de rua Wesley. 17/02/2011.

²⁰⁸ Depoimento do morador de rua Wesley. 17/02/2011.

²⁰⁹ Depoimento da moradora de rua Maria Cristina. 13/02/2011.

violentos. Nas explosões de tensão entre os cônjuges, assim como nas outras relações de “sociabilidade no universo da rua, qualquer pequeno motivo pode ser o propulsor de posturas desafiantes, falas raivosas, xingamentos. A instabilidade emocional produz alterações nos estados de ânimo sempre muito efêmeros”.²¹⁰ Wesley me contou sobre uma briga que durante o trabalho de campo, eu havia presenciado à distância, entre ele e sua esposa.

*“Aquele machucado no olho da minha muié, foi o seguinte: nós tava fazendo comida aqui na praça, aí nós brigô, sabe? Nós discutiu, brigô, aí ela pegô e tacô o álcool em mim e pegô fogo. (Mostra uma cicatriz de queimado no braço.) Eu falei que ia descontá. Aí eu peguei e dei um murro na cara dela pra descontá. Foi isso”.*²¹¹

As brigas, na maioria das vezes são provocadas por ciúme exagerado em função da tensão sexual que envolve a escassez de mulheres. Ocorrem também em função do excesso de álcool, da desconfiança, das angústias pessoais. Qualquer que seja a razão, no auge dos conflitos, comumente as mulheres reclamam de que já foram maltratadas e de que são moralmente ofendidas, e os homens enfatizam que foram desrespeitados e diminuídos como maridos.

De acordo com Mattos,²¹² destacamos que os relacionamentos podem se dissolver em função de inúmeros motivos, mas os conflitos se concentram em pontos como a traição do parceiro ou da parceira, a recusa em cumprir as divisões de funções estabelecidas, a violência em função do álcool ou mesmo a discordância dos pontos de vista, o que, em maus momentos do cotidiano, toma grandes proporções. Sobre os motivos da discussão que terminou em briga, falou Wesley: *“Foi por causa dos outros cara que tava aqui bebendo. Os outro conversô na cabeça dela e ela abraçô a ideia. Ela deu confiança. Eu tenho tanta raiva dela concordá com os outro e ficá me zoano, me humilhano. Aí nós brigô. Eu descontei, ela veio e levô”.*²¹³ Muitas vezes, adicionam-se a esses motivos as imagens estigmatizadas vinculadas às mulheres que chegam às ruas sozinhas. Elas são vistas de forma ambígua, afinal, oferecem o afeto que os homens de rua procuram, mas estão deslocadas do seu lugar projetado pelo imaginário social, que é o da casa. Na hora do conflito, essas imagens são comumente evocadas e contribuem para a quebra da harmonia entre o casal. Os homens demonstram não

²¹⁰ FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2004. p. 213.

²¹¹ Depoimento do morador de rua Wesley. 17/02/2011.

²¹² MATTOS, Ricardo Mendes. *Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Psicologia. Universidade de São Paulo, 2006.

²¹³ Depoimento do morador de rua Wesley. 17/02/2011.

confiar na fidelidade de suas companheiras em função de um imaginário de imoralidade e prostituição vinculado às mulheres de rua, ou melhor, que vivem nas ruas.

*“Eu não gosto que ela fica dando papo, trela pra qualquer um. Eu fico cabreiro, né. Como é que eu vou confiar nela cem por cento? Antes de mora na rua e juntá comigo ela ficava na zona. Saía com caminhoneiro. Aí eu tirei ela dessa vida. Tem hora que eu penso: como é que eu posso deixá ela sozinha no meio dos outros homens aqui na praça, bebendo? Tem uns cara que a gente não pode confiar. Sem falá que ela é encrenqueira e arruma briga direto com os outros. Ela é muié, ela não guenta, aí eu tenho que protegê, cuidá dela. Não posso saí de perto e deixá ela aqui no meio de quase dez homens. Quando eu chegá eu nem sei o quê que tá acontecendo, uai. É isso”.*²¹⁴

O álcool é um grande gerador de conflitos. Não somente os homens apontam as bebidas alcoólicas como as causadoras de violência, mas também as mulheres, porque na rua, o casal bebe. “As mulheres de rua compartilham da mesma necessidade do álcool para participar dos mecanismos de sociabilidade, ou para aplacar o cotidiano insuportável. Assim, o álcool funciona como um catalisador das potenciais explosões afetivas de ambos”.²¹⁵

Na rua, ainda que seja pouco assumida, a prática homossexual acontece significativamente. Tanto homens quanto mulheres cedem seus carinhos a outras pessoas do mesmo sexo. Nesse sentido, Neide, uma mulher de trinta e oito anos, que fora mãe solteira de sua primeira filha ainda na adolescência e teve seu segundo filho como fruto de uma união que durou seis anos, declarou viver atualmente uma relação homo afetiva com Glauceire, sua companheira de rua.

*“Eu fui mãe solteira, fui até casada. Depois que eu passei a vivê na rua, eu mudei a cabeça, parece que o negócio foi mudando muito assim, na minha vida! Hoje eu fico com uma muié. A nossa relação é de amizade, amor, doença, eu não sei explicá. Eu gosto de homem. Eu já até morei uns tempo com o pai do meu filho. Mas aí na rua, sozinha, eu fui envolvido com ela. Eu passei a senti uma mudança em mim. Eu acho que foi por causa do vício. Ela já usava craque e quando eu conheci ela eu só bebia, mas aí eu passei a usá também”.*²¹⁶

A existência das marcas de violência entre casais não são exclusividade das relações dos abrigados, nem tão pouco dos casais heterossexuais que vivem nas ruas. Neide relatou que fora vítima em potencial da agressividade na relação homo afetiva com Glauceire, sua atual companheira. “Eu saí da brasa e caí no espeto. Eu afastei de uma pessoa que eu vivia, e essa outra pessoa foi pior ainda. Ela pôs fogo em mim, quase me matô. O meu corpo é tudo

²¹⁴ Depoimento do morador de rua Wesley. 17/02/2011.

²¹⁵ FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2004. p. 214.

²¹⁶ Depoimento de Neide. 22/02/2011.

cheio de cicatriz, eu tô tudo marcada. Tem essa cicatriz na orelha, que foi briga, ela mordeu aqui rancô pedaço. Mas a pior foi essa aqui".²¹⁷ (levanta a blusa deixando à mostra uma cicatriz de facada na barriga, do umbigo até a virilha e outra cicatriz de queimado em toda a região do abdômem e dos braços). E qual a relação entre vocês? "*De amizade, amor, doença. Eu não entendo pra quê isso. É ciúme demais*".²¹⁸

1.5. A importância dos grupos

A pessoa que usa as vias públicas para o pernoite sofre violência também de seus iguais, dada à diversidade de segmentos que compõem o "mundo da rua". Dormir em grupo, portanto, representa "uma estratégia de segurança e de sobrevivência".²¹⁹ Quando questionado sobre a vida na rua, Wesley nos contou que:

*"Na rua a gente passa medo, corre muito risco. Medo porque tem muitos inimigo. As vez a gente tá dormino num lugar, chega uma pessoa que a gente nem conhece. Pra fazê o mal pra gente é fácil, fácil. Tem muita gente que mora na rua também, vindo lá do outro lado da cidade, que a gente nem sabe da onde que vem. Aí vai dormi com a gente na rua, qualquer coisa pode fazê mal pra gente, uai!"*²²⁰

Ao ser indagado se as pessoas do seu grupo permitiam que indivíduos de outros grupos pernoitassem no mesmo lugar, ele disse: "*uai, a gente não qué, mas como que a gente vai falá alguma coisa? A rua não tem dono, a gente tenta despachá eles, mas nem sempre dá, porque senão eles pode metê um trem na cabeça da gente. Tem que deixá, com medo nem dorme*".²²¹ Nesse contexto o grupo pode significar uma maior possibilidade de segurança e proteção contra os riscos que a rua oferece.

Assim como ressaltou VIEIRA; BEZERRA; ROSA (1992), registramos que o agrupamento, apesar de representar a possibilidade de melhores condições de subsistência e de proteção mútua, exerce, em certas circunstâncias, uma função negativa, porque quanto maior o grupo de pernoite, maior é o risco de se tornar alvo da polícia ou de denúncias por parte da vizinhança, provocadas por possíveis algazarras, bebedeiras, brigas, etc.

Com relação à concentração de pessoas por ponto de permanência e de pernoite, pode-se dizer que, de forma geral, a população de rua na cidade não se aglomera em grandes

²¹⁷ Depoimento de Neide. 22/02/2011.

²¹⁸ Depoimento de Neide. 22/02/2011.

²¹⁹ SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 151.

²²⁰ Depoimento do morador de rua Wesley. 17/02/2011.

²²¹ Depoimento do morador de rua Wesley. 17/02/2011.

grupos. O que existe são pequenos grupos de até cinco pessoas. São significativos os casos de pessoas que pernoitam absolutamente sozinhas. O dormir solitário parece uma característica do grupo masculino, entre as mulheres, encontramos apenas Joana Darc nessa condição. Ainda assim, sua solidão não é permanente, pois algumas vezes ela busca companhia, dormindo em grupo. Não é por acaso que isso se dá, afinal, as mulheres podem ser identificadas como o segmento de maior fragilidade no mundo da rua. A mulher isolada é alvo fácil de qualquer tipo de dominação física, por isso, as mulheres se veem obrigadas a escolher um parceiro que zele por elas e ajude na sua sobrevivência. O agrupamento torna-se, nesses casos, estratégia de sobrevivência, entendida enquanto proteção e segurança, sendo fundamental agrupar-se. Nos grupos mistos, em que se encontra a presença de mulheres, a dinâmica interna de diferenciação dos papéis entre o masculino e o feminino, é em parte preservada. As funções domésticas, tais como lavar as roupas, preparar as refeições são incumbências femininas, mas também podem ser divididas entre homens e mulheres. Embora o papel de provedor da subsistência esteja mais diretamente vinculado aos homens, as mulheres também colaboram nesse sentido. Homens e mulheres compartilham no mesmo espaço, dos mesmos divertimentos, dos mesmos vícios com drogas ou álcool.

Inseridas nos grupos as pessoas que vivem em situação de rua são aceitas na condição de igualdade, enquanto que, por outros segmentos sociais, são discriminadas e inferiorizadas. Com relação ao confinamento, a segregação social vividos por quem habita as ruas, o relato de Belchior foi contundente:

*“Vivendo na rua você é considerado não como um indivíduo da sociedade, mas como um rascunho da sociedade, um lixo humano. Será que é porque a gente fede que precisa ficar longe? Você é discriminado, pior que isso, você é jogado fora como lixo, como uma garrafa descartável”.*²²²

Belchior ao analisar sua situação em relação à sociedade, sem o saber, evoca as palavras de Bauman,²²³ ao dizer que os excluídos de hoje são como lixo humano, objetos descartáveis que devem ser mantidos à margem das fronteiras da inclusão, da integração, longe das vistas da sociedade.

Pensando sobre as condições de exercício da alteridade na contemporaneidade para compreender os efeitos da exclusão social nos indivíduos, colaboram para o debate, as reflexões de Jacy Alves de Seixas. Segundo ela, “hoje, o outro é aquele que não apenas discrimino (o que carregaria uma positividade identitária qualquer), mas coisifico – o “aquilo”

²²² Depoimento de Belchior. Local da entrevista: ponto de ônibus em frente ao Terminal Rodoviário. 05/03/2011.

²²³ BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

que refugio, excluo e isolo num recanto qualquer, próximo ou distante”.²²⁴ No mundo atual em que até mesmo as pessoas e as relações sociais são coisificadas, o outro passou a significar exclusão. Instalou-se uma noção de que “o outro é representado e imaginado como aquele que incomoda, causa desconforto e com o qual não necessito mais negociar, pois é facilmente descartado, refugado; é por definição descartável”.²²⁵ Se de maneira geral o alter, o outro, é visto como ameaça que deve ser evitada, a situação piora, quando os indivíduos não se reconhecem e rejeitam qualquer identificação ou semelhança uns com os outros, passando a excluir outros seres humanos, julgando-os como pertencentes a um grupo em separado, que deve ser segregado e mantido à distância, em virtude de serem considerados como inimigos, seres ou “coisas” inferiores aos parâmetros de identificação interna do seu próprio grupo.

Belchior carrega consigo as marcas dessa lógica da exclusão social pautada na dicotomia do amigo/inimigo, tão claramente sistematizada por Bauman. Tal concepção estabelece e reserva lugares, estipulando “um dentro e um fora,” que caracteriza “o incluído e o excluído” dos limites de fronteira, tendo como muralha a noção previamente estabelecida de que os “semelhantes” são amigos, enquanto que os demais são inimigos. As pessoas assim definidas são identificadas ou catalogadas e passam a ser alvo ou de aceitação ou de rejeição. As que são aceitas o são com base na ideia de que “do lado dos amigos alinham-se a verdade, o bem, a justiça, a civilização cobiçada, o progresso, o certo, a beleza, o estético, o limpo, a saúde, a sanidade”.²²⁶ A rejeição se dá pelo fato de se considerar que, “do outro lado, do “inimigo”, encontram-se a falsidade, o mal, a barbárie a ser afugentada a qualquer preço, o errado, a feiura, o indecoroso, o vil, o sujo, a doença, a loucura”.²²⁷ Assim sendo, ao conjunto da população de rua resta a rejeição por parte da sociedade, porque além de morar na rua violar “uma regra social de uso do espaço, a forma de sobrevivência dessa população subverte os padrões e valores de reprodução da sociedade capitalista, em que o trabalho aparece como a forma legítima de garantir sustento”.²²⁸ Além disso, grande parte dos habitantes das ruas vive um processo de degradação física e mental, uma vez que não possuem condições adequadas de vida e higiene, perdem a saúde, contraem enfermidades de todo tipo, principalmente doenças de pele, doenças respiratórias e distúrbios psíquicos e mentais, que algumas vezes, beiram à loucura.

²²⁴ SEIXAS, Jacy Alves de. A imaginação do outro e as subjetividades narcísicas: um olhar sobre a invisibilidade contemporânea (o mal-estar de Flaubert no orkut). In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion. (Org.). *Figurações do outro*. Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 65.

²²⁵ Ibid. p. 86.

²²⁶ Ibid. p. 76.

²²⁷ Ibid.

²²⁸ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria R. & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 100.

Stoffels, sobre a importância dos agrupamentos, destaca o caráter necessário deste, na reconstrução de uma identidade positiva da população de rua. Sob sua ótica, o grupo é um espaço que permite relacionar-se com o outro, conviver entre iguais. O que não significa que os conflitos sejam eliminados ou deixem de ocorrer. Pelo contrário, são constantes os conflitos, mas sim, que:

(...) os próprios componentes conflituais têm alto teor afetivo. Esse ‘outro’, embora recusado na sua semelhança, é ao mesmo tempo um ser próximo, que não censura a condição do indivíduo e com o qual ele pode estabelecer uma relação de troca (informações, experiências, opiniões, palavras vitais mínimas).²²⁹

Sob sua ótica, o grupo funcionaria como uma unidade de pertencimento para os indivíduos da rua.

Em nossas observações, notamos que um elemento constante no relacionamento entre os indivíduos da rua baseia-se numa concepção de alteridade desse “outro”, que extrapola a lógica da dicotomia “amigo/inimigo” instituída por Bauman, pois as relações sociais no interior dos grupos são marcadas pela ambigüidade, de maneira que, ao mesmo tempo, “o outro” é aceito, reconhecido como “amigo” e simultaneamente rejeitado como “inimigo”. As relações intragrupo são fortemente marcadas por “referências de identidade e solidariedade (afeto, carinho, cuidado, amizade) e aquelas em que preponderam referências de hostilidade e violência (roubos, agressões, homicídios)”.²³⁰ Essa ambigüidade intrínseca no relacionamento entre os indivíduos das ruas é relativa à agregação por semelhança, em que se reconhece a existência de uma mesma condição de vida na rua e se agrupa para suprir as necessidades de sobrevivência, mas o agrupamento não possibilita que os vínculos afetivos sejam estáveis, duráveis, pelo contrário, essa união em grupo é limitada e efêmera. A ambigüidade presente na convivência entre os indivíduos da rua está no fato de que o outro morador de rua é seu melhor amigo, “que lhe faz companhia, lhe dá informações e com quem divide os ganhos; mas é, também, seu pior inimigo, pois é quem lhe rouba os pertences quando está dormindo, pode agredi-lo por conflitos tolos e provocar seu isolamento”,²³¹ o que evidencia as características da instabilidade e do efêmero nos laços existentes dentro do grupo.

Nesse contexto é preciso diferenciar companhia de amizade. Muitos entrevistados declararam que era muito difícil fazer amizade na rua, porque não se pode confiar nas pessoas. Presenciei algumas situações no cotidiano da rua, em que a desconfiança apareceu

²²⁹ STOFFELS, Marie Ghislaine. *Os Mendigos na Cidade de São Paulo*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 153.

²³⁰ SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 157.

²³¹ Ibid.

como permanente na interação entre os integrantes de um mesmo grupo. Pessoas que a princípio aparentavam ser bem próximas revelaram que não confiavam plenamente uma na outra. Em certa ocasião, Maria Cristina com um sorriso no rosto, sugeriu ironicamente, ao seu colega de grupo, o Baixinho: *“deixa a sua mochila aí, que eu tomo conta direitinho. Pode ir sossegado no supermercado comprá a pinga pra nós”*.²³² A resposta dele me intrigou: *“eu não sô louco, eu sei que não posso confiá em ninguém aqui, ainda mais nocê”*.²³³ Quando ele se retirou carregando suas coisas nas costas questioneei o porquê daquilo, e a resposta dela foi conclusiva: *“porque ocê não conhece ninguém na rua, a pessoa pode tá com ocê, mas de repente pode te roubá, pode te matá, ainda mais se ocê tivé com alguma coisa de valor”*.²³⁴ Em síntese, na rua a vida em grupo é contraditória: a companhia é revestida de amizade, mas a desconfiança é permanente. E mais ainda:

(...) a insegurança é grande nas ruas. O sono não é reparador para os seus moradores. É necessário agregar-se, fazer vigília, procurar um lugar mais iluminado, para poder dormir. Encontrar um abrigo contra a chuva e o frio, mas também seguro contra as violências institucionais (órgãos públicos de assistência social, polícia, fiscais municipais de habitação) e contra roubos e agressões entre os moradores de rua.²³⁵

Se no quesito sobrevivência o grupo pode substituir a família, tornando-se suporte de reprodução da subsistência, este não pode ser considerado substituto afetivo da família. O agrupamento por mais que possa se configurar num ambiente para o relacionamento interpessoal daqueles que vivem em situação de rua, este viabiliza apenas uma vida social e comunitária. Assim, mesmo vivendo inserido em grupo, é comum entre os entrevistados a recorrência ao sentimento de solidão.

1.6. Isolamento e solidão

Do ponto de vista social, quem vive na rua se encontra em dupla solidão: em relação ao seu passado social e familiar, tendo em vista o distanciamento das famílias e o rompimento dos vínculos sociais com a antiga comunidade na qual se inseriam, e ainda, em relação ao seu grupo atual. Quem vive em situação de rua, mesmo que admitido na companhia de outros, vive para além da solidão, a condição de isolamento e de desenraizamento. Tal afirmação

²³² Depoimento da moradora de rua Maria Cristina. Local da entrevista: Praça dos Ferroviários. 13/02/2011.

²³³ Depoimento de Marcos, cujo apelido é Baixinho. Local da entrevista: Praça dos Ferroviários. Bairro Goiás. 06/03/2011

²³⁴ Depoimento da moradora de rua Maria Cristina. Local da entrevista: Praça dos Ferroviários. 13/02/2011.

²³⁵ SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 161.

pode parecer incoerente, se partirmos do princípio de que o isolamento físico da população de rua é tido como impossível, afinal, como pode alguém que vive exposto no espaço coletivo das ruas, viver completamente isolado? Nessa lógica, a contradição estaria no fato de que eles vivem cercados de gente o tempo todo, imersos no frenesi das ruas e das multidões. Além do mais, poder-se-ia questionar o isolamento pelo prisma da inserção em grupo. Ainda assim, sustentamos que a solidão, e nem tão pouco o isolamento são elementos que se contrapõem a convivência em grupo, pelo contrário se configuram em realidade presente dentro dos agrupamentos porque os elos estabelecidos no interior dos grupos não garantem inserção social, mas somente vínculos instáveis e fugazes.

O distanciamento e/ou rompimento dos laços familiares e comunitários conduzem a uma experiência de isolamento e solidão que não pode ser negligenciada na discussão sobre quem vive nas ruas. Assim, neste ponto do debate, surge o seguinte questionamento: isolamento e solidão possuem significados idênticos ou correlatos?

Hannah Arendt ao analisar o processo de constituição e implantação de regimes totalitários nas sociedades de massas distingue isolamento de solidão, afirmando que enquanto o isolamento está relacionado com a esfera política, a solidão acontece no âmbito dos contatos sociais. Embora possa haver isolamento e solidão sem que sejam interrompidos todos os contatos entre os homens, a condição de isolamento está vinculada à destruição da capacidade política, da faculdade de agir dos homens, exatamente porque a ação enquanto uma das atividades fundamentais da condição humana é a “única atividade que se exerce diretamente entre os homens”,²³⁶ corresponde à pluralidade, ou seja, “depende inteiramente da constante presença de outros”,²³⁷ de estar sempre ligado aos outros. Politicamente os homens não existem isolados, eles podem no máximo coexistir, mas a ação política é inviabilizada dentro de um quadro de isolamento, “não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens”.²³⁸ Segundo Arendt, no isolamento o indivíduo não pode agir porque não há ninguém para agir com ele. Sendo a ação, a atividade política por excelência, e a pluralidade a condição da ação humana, o homem isolado é impotente para a ação porque é privado de seu lugar na esfera pública, ou seja, na esfera política da ação. Como a ação política pressupõe “aliar-se a outras pessoas, agir em concerto e falar com elas”,²³⁹ ao homem isolado é inviabilizada a possibilidade de estabelecer com os demais a concordância sobre um curso comum de ação.

²³⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. p. 15.

²³⁷ Ibid. p. 31.

²³⁸ Ibid.

²³⁹ Ibid. p. 175.

Para Arendt, “a esfera pública, enquanto mundo comum reúne-nos na companhia uns dos outros”,²⁴⁰ de modo que “conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum”.²⁴¹ Porém, nas circunstâncias modernas prevalece uma estranheza entre as pessoas, o mundo “perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las”.²⁴² As pessoas mesmo na companhia uma das outras, não isoladas radicalmente do contato umas com as outras, já não se sentem ligadas por algo que têm em comum, são “destituídas de interesse num mundo comum”,²⁴³ não se interessam em participar dos negócios públicos. Hoje, o que motiva os homens a agirem não é mais o desejo de deixar marcada sua existência humana no mundo por meio do agir político, “por sua capacidade de feitos imortais, por poderem deixar atrás de si vestígios imorredouros”.²⁴⁴ A preocupação com os assuntos públicos foi substituída pela preocupação com os interesses particulares, privados, vinculados diretamente com as necessidades de sobrevivência ou com o acúmulo cada vez crescente de mais e mais riqueza.

Nas condições modernas em que os indivíduos são privados de participação na esfera pública, eles são “destituídos de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana”,²⁴⁵ tais como da possibilidade de ser visto e ouvido por outros indivíduos, de relacionarem-se objetivamente com os outros, mediante um mundo de coisas em comum, e “privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida”.²⁴⁶ Essa privação compromete a possibilidade dos homens revelarem a sua identidade e singularidade, pois, a esfera pública como o lugar da individualidade, “o único lugar em que os homens podiam mostrar quem realmente e inconfundivelmente eram”,²⁴⁷ deve ser entendida como sendo o ambiente político da ação e do discurso, lugar onde os homens manifestam sua singularidade aos outros, através de seus feitos e palavras.

De acordo com Arendt, o desenraizamento destrói as capacidades de relacionamento social entre as pessoas. O desenraizado é alguém que não tem raízes, vive a solidão pelo fato de não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros. Para os desenraizados que vivem na rua, a solidão se configura como experiência decorrente do sentimento de não se pertencer ao mundo. De fato, aquele que vive em situação de rua ao experimentar o processo de desvinculação com a família de origem perde o lugar de pertencimento

²⁴⁰ Ibid. p. 62.

²⁴¹ Ibid.

²⁴² Ibid.

²⁴³ Ibid..

²⁴⁴ Ibid. p. 28.

²⁴⁵ Ibid. p. 68.

²⁴⁶ Ibid.

²⁴⁷ Ibid. p. 51.

proporcionado pelo anterior vínculo com a esfera privada do lar. A rua, assim como os grupos que nela se constituem, não oferece uma unidade de pertencimento, por isso, uma vez inserido no contexto das ruas os indivíduos tornam-se “seres desenraizados: perderam suas raízes geográficas, familiares e culturais”,²⁴⁸ passam a não ter qualquer lugar que possa ser chamado de seu, o que equivale dizer que perde qualquer referência com a unidade de pertencimento da casa e da rede de relações familiares que lhe conferia identidade pessoal e social. Após o afastamento/rompimento com a família procedente, para o habitante das ruas é difícil estabelecer com os companheiros de rua, redes de sociabilidade que sejam sólidas e consistentes a ponto de substituir o papel do antigo núcleo familiar. Os agrupamentos como novas unidades de relacionamento e convívio social não lhes restitui a sensação de pertencimento, prevalece o sentimento de que estão deslocados, fora do lugar, sem raízes, perdidos no mundo.

Segundo Scorel, as unidades de pertencimento são unidades sociais que constituem os “âmbitos de referência materiais e simbólicas dos indivíduos. Seriam constituídas por um grupo social no qual o indivíduo se percebe como integrante e identifica como sendo um lugar ‘seu’.”²⁴⁹ Assim, podem ser entendidas como sendo o lugar social com o qual o indivíduo se identifica e se referencia. Como é a partir desse espaço, configurado nos âmbitos da família, do trabalho e/ou da cidadania, “que são percebidas e avaliadas as experiências sociais”²⁵⁰ pelos indivíduos, podemos dizer, que quem vive em situação de rua experimenta um certo sentimento de vazio da existência, tornam-se indivíduos sem lugar, desenraizados e sem referências. Sozinhos ou inseridos em grupos vivem como indivíduos que vagueiam sem ter um lugar no mundo, pois se encontram cronicamente excluídos do mundo do trabalho e com os vínculos familiares rompidos. Mergulhados em suas lembranças, esses indivíduos sem raízes, desamparados, tem a solidão como companheira de percurso nas suas andanças. Eles já “não percebem mais nenhum futuro plausível em nenhum modo de vida integrado à dinâmica social e perdem o sentido da vida. Desesperançados e sentindo-se inúteis, procuram compensações para seus azares ou defeitos na bebida”.²⁵¹

A associação em grupos, a companhia e o contato meramente superficial e social, como consequência de limitações impostas pelas necessidades de sobrevivência, não constituem para as pessoas que vivem em situação de rua, uma realidade que equivale a

²⁴⁸ SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 250.

²⁴⁹ *Ibid.* p. 54.

²⁵⁰ *Ibid.*

²⁵¹ *Ibid.* p. 57.

possibilidade de participação na esfera pública. Pelo contrário, essas pessoas vivem sozinhas e desamparadas em seu mundo de isolamento, mesmo quando estão na companhia de outros. Impotentes para agir em conjunto, esses homens não interessam a ninguém, perderam não só o seu lugar na esfera pública, como também, seu lugar social e seu papel político no mundo, vivem isolados, sozinhos e desenraizados.

Quem vive nas ruas está condenado à escuridão, a humanidade simplesmente não toma conhecimento da sua existência, vagueiam e perambulam despercebidos em meio à multidão. Só costumam ser notados quando em condições adversas, sua presença é concebida como perigo ou ameaça iminente, do contrário, reina a indiferença, simplesmente não são vistos, são ignorados. Diante de sua existência, os cidadãos que cruzam seu caminho comportam-se como cegos que veem desde que, não sejam incomodados com a presença degradante dos realizados. Esse obscurecimento da existência humana está relacionado com a não participação deles na esfera pública, por isso, como seres que vivem nas sombras, sem deixar vestígio da sua passagem pelo mundo, essas pessoas vivem um processo de existência ignorado e desumanizado, é como se não existissem.

1.7. Destituídos de humanidade?

Partindo do princípio de que o foco no presente imediato interfere na possibilidade de reflexão sobre a construção de um projeto futuro, Scorel recorre à expressão *vida activa* desenvolvida por Hannah Arendt, de labor, trabalho e ação à partir da qual Arendt elege as três atividades fundamentais da condição humana, porém enfatiza que a ação, o agir político, é a atividade humana por excelência, e sustenta que a condição para que ocorra a ação é a pluralidade. Scorel recorre a esse tripé conceitual arendtiano, com o propósito de fundamentar que a população de rua é um contingente populacional destituído da possibilidade de viver plenamente a sua condição humana porque experimenta um quadro de exclusão social e isolamento, que compromete a possibilidade de ação política.

Scorel lembra que, para Arendt, o homem isolado, privado de participação na esfera pública tem comprometida a potencialidade máxima da sua condição humana, pois esta consiste na possibilidade de agir em conjunto, de estabelecer um curso comum de ação com os outros homens, de começar algo novo, e interferir na realidade, pois, através da

“capacidade de produzir coisas – obras e feitos e palavras”,²⁵² os homens deixam marcada sua existência no mundo por meio da capacidade política da ação e do discurso.

Para pensarmos a coerência desse possível e suposto processo de desumanização sofrido pelas pessoas que vivem em situação de rua, destacamos que, para Arendt o labor “é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano”,²⁵³ é a atividade humana voltada ao processo biológico de reprodução das necessidades vitais de subsistência do indivíduo e da manutenção da espécie. Em síntese:

(...) Tudo o que o labor produz destina-se a alimentar quase imediatamente o processo da vida humana, e este consumo, regenerando o processo vital, produz, ou antes, reproduz – nova força de trabalho de que o corpo necessita para seu posterior sustento.²⁵⁴

Depreende-se que, o labor está ligado à manutenção da vida, e ainda que, as atividades do labor não deixam qualquer vestígio no mundo, porque não são duráveis, pelo contrário, são consumidas automaticamente no processo de manutenção da vida pelo organismo humano. Implicando, pois, que o processo de luta pela sobrevivência seja um esforço contínuo e repetitivo tanto quanto o ciclo da vida biológica. Assim, a atividade do animal laborans não difere muito da capacidade dos demais animais, que se esforçam para manterem-se vivos.

Segundo Arendt, *o homo faber* faz, trabalha sobre os materiais da natureza, ele “fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano”.²⁵⁵ O trabalho é a capacidade exclusiva do homem relativa ao processo produtivo, mediante a produção e confecção de objetos. O trabalho é uma atividade que se distingue das atividades da espécie animal e transcende as vidas dos indivíduos, porque o resultado final do trabalho permanece e transforma o mundo. O produto do trabalho humano tem relativa durabilidade, o que determina que o processo não precise ser repetido compulsoriamente. Assim, o *homo faber* não se ocupa unicamente com a mera subsistência como o *animal laborans*.

Tendo constatado que as pessoas que vivem em situação de rua em Araguari não se inserem no mercado de trabalho, entendemos que estas não alcançam a condição de *homo faber*, uma vez que o desemprego crônico inviabiliza a realização de atividades produtivas, limitando-as a desempenhar pequenos expedientes, tais como: bicos ou mendicância, que apenas garantem precariamente a reprodução das necessidades básicas vitais à manutenção da vida no momento imediato, naquele dia. Assim, concordamos com Scorel quanto à afirmação

²⁵² ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. p. 28.

²⁵³ Ibid. p. 15.

²⁵⁴ Ibid. p. 111.

²⁵⁵ Ibid. p. 149.

de que elas encontram-se circunscritas à situação de *animal laborans*, ou seja, prisioneiras da eterna necessidade de satisfação da sobrevivência do próprio corpo.

Sob a lógica arendtiana, as pessoas em situação de rua têm raras ou nenhuma oportunidade de exercer a ação política na esfera pública, exatamente porque se ocupam constante e ininterruptamente da manutenção da subsistência, preocupando-se diariamente com sua sobrevivência imediata. Despojadas de sua cidadania, elas ocupam o espaço urbano somente para a manutenção da vida, restringidas ao processo biológico de sobrevivência, ou seja, ao labor. Como o cotidiano de sobrevivência da população de rua, ou seja, as atividades do labor acontecem em público, transgredindo a lógica de ordenação da sociedade, que delimita e diferencia o espaço e as atividades públicas das privadas, afirmamos que tais pessoas encontram-se deslocadas, fora do lugar, subvertendo o espaço público em privado, quando publiciza atividades próprias da esfera privada no espaço público.

De acordo com Arendt, fazemos a distinção entre os espaços privado e público, primeiramente recorrendo à acepção original do termo privado. Destacamos que, enquanto para os antigos, privação correspondia à destituição (em que as pessoas podiam ser ou estar desprovidas de coisas essenciais à vida), com o individualismo das sociedades modernas a palavra privado se relaciona a aquilo que é particular – que deve ser ou permanecer oculto, escondido e indizível (não comunicável), ou seja, não deve tornar-se público. Sob a lógica, de que os assuntos privados são aqueles que devem ser mantidos ocultos, a esfera privada está associada às atividades determinadas pela necessidade de sobrevivência dos indivíduos (ao labor) e, portanto, ligadas à intimidade do mundo da casa, da família, ao particular, que é íntimo, privado e próprio de cada um.

Lembrando que, propriedade no sentido arendtiano diverge da interpretação que associa propriedade e riqueza, uma vez que a origem do termo “propriedade” relaciona-se com cidadania, porque na antiguidade os indivíduos que possuíam propriedade privada libertavam-se da condição de *animal laborans*, ou seja, libertavam-se da condição que os aprisionava a urgência de terem que garantir a manutenção das necessidades materiais da vida, intrínsecas à sobrevivência, e que inviabilizava o ingresso na vida pública. Na concepção arendtiana, ter posses, longe de significar ser rico, está ligado à possibilidade de participar plenamente na esfera pública como cidadão, enfim, de ter um lugar no mundo. Assim, “não possuir um lugar próprio e privado significava deixar de ser humano”,²⁵⁶ porque inviabilizava o exercício da cidadania enquanto ser político. Libertos da condição de

²⁵⁶ SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 214.

prisioneiros da satisfação das necessidades urgentes da própria existência por meio do labor, os indivíduos estavam potencialmente livres para ingressar no espaço público, no mundo comum a todos.

Segundo Arendt, a atividade central da condição humana não é o trabalho, porque sendo o trabalho uma atividade própria dos humanos, não seria aí que se concentraria a potencialidade máxima da condição humana, mas sim, a capacidade de ser (agir) político exercendo a potencialidade da ação e da fala. Tornar-se um *bios politikos* equivale a realizar plenamente sua condição enquanto homem, enquanto humano. Condição esta que, para ser exercida requer constantemente a presença de outros indivíduos, ou seja, depende de um espaço público.

Observando que a definição de público muitas vezes se confunde com o que não precisa ser ocultado, com aquilo que pode ser divulgado, publicizado, destacamos que, além deste sentido, o público deve ser pensado como um espaço comum a todos os indivíduos de uma dada sociedade. Nesse sentido, a esfera pública deve ser entendida como lugar da igualdade e da liberdade onde os cidadãos possam agir coletivamente, para construção de um mundo em comum. O público, percebido e valorizado como local político de debate e socialização de ideias que sejam capazes de produzir o novo, o inusitado, transformando a realidade, ou seja, com capacidade de deixar vestígios da existência humana no mundo.

A população de rua, ao transpor sua existência para o espaço público (urbano), longe de participar da construção de um mundo em comum, ou seja, de usufruírem o que é próprio da esfera pública, apenas vivem sua existência num espaço que é coletivo. O que equivale dizer que a ocupação das vias públicas por aqueles que vivem em situação de rua não significa que exista uma esfera verdadeiramente pública, mas apenas atividades privadas exibidas em público.

Como as condições de existência de quem vive em situação de rua são circunscritas às atividades do labor que são exercidas em público, essas pessoas permanecem reduzidas à condição de *animal laborans* porque realizam somente atividades restritas à reprodução da vida, o que compromete a sua condição humana, uma vez que, é na esfera pública, através da capacidade política, que o homem realiza plenamente a potencialidade da condição humana e efetiva a ideia de humanidade.

Tendo perdido ou jamais alcançado a condição humana enquanto ser político, ocupadas unicamente com seus interesses particulares, relativos à reprodução da subsistência, as pessoas que vivem em situação de rua em Araguari vivem e talvez venham a morrer como *animal laborans*. O isolamento não é superado pelo fato delas viverem em grupo porque o

mero companheirismo social não equivale à esfera pública, pois, não tem conteúdo e finalidade políticos. A sobrevivência e os interesses de cada um não se constituem em interesse do grupo que possa motivar o curso da ação política de todos, ou seja, eles não experimentam a condição plena da existência humana e têm comprometida a condição máxima de humanidade.

A existência humana restrita ao atendimento da sobrevivência, que é a mais poderosa necessidade vital, é obscurecida e desumanizada. Esse obscurecimento da existência significa que entre os indivíduos relegados à condição de *animal laborans* há uma retirada do caráter de ser humano nas interações sociais. Com uma existência limitada à sobrevivência diária, o indivíduo se mantém como prisioneiro do próprio corpo, não existe para ele um lugar social, encontra-se anulado socialmente, sua existência não interessa a ninguém.

Capítulo 2: “Um desamparado esquecido na multidão”

(...) Eu sou sujo eu sou feio eu sou anti-social
 Eu num posso aparecer na foto do cartão postal
 Porque pro rico e pro turista eu sou poluição
 Sei que sou brasileiro
 Mas eu não sou cidadão
 Eu não tenho dignidade ou teto pra morar
 E o meu banheiro é a rua
 E sem papel pra me limpar
 Honra?
 Não tenho
 Eu já nasci sem ela
 E o meu sonho é morar numa favela
 A minha vida é um pesadelo e eu não consigo acordar
 Eu não tenho perspectiva de sair do lugar
 A minha sina é suportar viver abaixo do chão
 E ser um resto solitário esquecido na multidão.

Trecho da música: *O resto do mundo*. Gabriel O Pensador.²⁵⁷

Mergulhada numa realidade assustadoramente cruel, tendo como ponto de partida as histórias de vida daqueles que ocupam as ruas da cidade, nossa pesquisa caminha na contramão da lógica social, uma vez que se aproxima de uma face que a sociedade tenta esconder. Neste capítulo, investigamos as representações sociais atribuídas a quem vive em situação de rua. Interessa-nos saber como essas pessoas são vistas e tratadas pela sociedade em geral, qual a imagem que têm de si mesmas, como elas lidam e elaboram a visão que os diversos segmentos da sociedade formulam sobre elas. Em síntese, buscamos compreender as representações instituídas socialmente sobre aqueles que vivem nas ruas.

Em cada período histórico, foram forjadas visões diferentes a respeito dos errantes que vivenciavam a condição de rua, e estas imagens oscilaram de acordo com a organização social e política em vigor. Assim, denominações destes indivíduos como vagabundos, mendigos, migrantes, incapacitados, sem domicílio fixo, foram recorrentemente empregadas no decorrer do processo histórico. Diante da diversidade de designações, o que é comum nas diversas representações ao longo dos tempos consiste no fato de que “os errantes constituem sempre um segmento à parte, à margem das ordenações sociais”.²⁵⁸ No conjunto, as representações sobre a errância urbana imputaram aos indivíduos da rua, o caráter de excluídos e

²⁵⁷ GABRIEL O PENSADOR. *O Resto Do Mundo*. Álbum: Gabriel O Pensador. Produzido por Fabio Fonseca A&R: Jorge Davidson. Rio de Janeiro. Sony Music, 1993.

²⁵⁸ FRANGELA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2004. p. 37.

estigmatizados socialmente. Lembrando que, a afirmação de que estão à margem da sociedade equivale dizer que se encontram inseridos na dinâmica de inclusão social e econômica proporcionada pela rua e não segundo os padrões convencionais de inserção e organização da sociedade capitalista.

Sobre a exclusão social, Elimar Nascimento, coloca que, no mundo capitalista atual, em que o tipo de desenvolvimento tecnológico contemporâneo interfere na estrutura de empregos, o desemprego instala-se como um processo crescente e estrutural, no qual cada vez é maior o contingente de trabalhadores desnecessários à dinâmica do processo de produção, ou seja, são absolutamente excluídos da esfera do trabalho. Excluídos porque simplesmente não há para eles lugar na vida econômica, sua existência não tem qualquer função à produção. “Considerar contingentes populacionais como supérfluos significa dizer que eles não têm qualquer papel no processo produtivo”²⁵⁹ e, portanto, os indivíduos excluídos, e entre eles, os que vivem nas ruas, encontram-se desvinculados integral e permanentemente do mercado de trabalho porque são supérfluos e desnecessários ao mesmo. Atualmente o fenômeno da exclusão tem se caracterizado pela existência de indivíduos excedentes, que são inúteis ao processo produtivo.

Elimar Nascimento ressalta que o problema da exclusão social não é novo, tendo em vista que não é de hoje a instauração de um déficit de postos de trabalho ocupáveis no processo de produção, ou seja, o desemprego não é um efeito exclusivo da nova revolução científico-tecnológica. Pelo contrário, desde os primórdios do capitalismo, o processo produtivo industrial caracterizou-se pela existência de um exército de trabalhadores desempregados, que funcionava como exército industrial de reserva, cuja função era forçar os preços dos salários para baixo. Exatamente daí, decorre a novidade do fenômeno da “nova exclusão social”, que se caracteriza pela existência de indivíduos inimpregáveis, que além de não terem possibilidades de encontrar um lugar no mundo do trabalho, perderam qualquer papel de participação efetiva no processo de produção, não são mais indispensáveis economicamente porque deixaram de ser úteis na função de exploração dos salários, e, portanto, são indivíduos desnecessários e supérfluos ao processo produtivo. Neste ponto, consiste a dimensão econômica da exclusão – os trabalhadores, de exército de reserva foram transformados em “lixo industrial”,²⁶⁰ pois nessa ciranda do desenvolvimento econômico, “um contingente humano cada vez maior será dispensável ao processo produtivo, aumentando

²⁵⁹ SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 206.

²⁶⁰ NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*. In: MARCEL, Bursztyn (org.). *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 69.

a desigualdade social em termos de renda *per capita* e estilo de vida”,²⁶¹ e tudo isso, porque sua integração não interessa mais à economia.

Sobre a desigualdade social brasileira, Pereira Potyara ressalta que, na década de 1980, o Brasil, em alguma medida, conseguiu se tornar moderno, haja vista o forte processo de industrialização e desenvolvimento de tecnologias, o crescimento das cidades ao patamar de metrópoles, etc. No entanto, tal modernização explicitou ainda mais os antagonismos e contradições de um país marcado historicamente pelas desigualdades sociais. Se por um lado esse período resultou em “progresso”, acúmulo de riquezas e de poder, por outro lado, gerou a miséria dos trabalhadores configurada em deficiências na distribuição dos recursos. Ressaltamos que “a situação de pobreza pode ser gerada ou pela escassez dos recursos ou pela má distribuição dos recursos existentes, e que estes recursos não se limitam à renda, mas englobam igualmente a oferta de bens e serviços”,²⁶² tais como: alimentação, moradia, saneamento, saúde, educação. Em síntese, podemos dizer que a desigualdade distributiva dos recursos no Brasil relegou parte considerável da sociedade à situação de pobreza extrema, e ainda que, a rigor, o Brasil não é um país pobre, mas a pobreza brasileira é oriunda de uma perversa desigualdade na distribuição de riquezas.

Sob o olhar de Pereira Potyara, a partir dos anos 1980 no Brasil, a pobreza foi transformada em questão social, concebida como um fenômeno indesejável que deveria ser erradicado da sociedade. Intelectuais das diferentes áreas dialogaram para encontrar respostas à questão da pobreza, a sociedade civil se uniu em organizações não governamentais de proteção e ajuda aos pobres, mas faltou vontade política dos governantes para se implantar no Brasil medidas redistributivas que pudessem minorar as desigualdades sociais e a pobreza. Por isso, a partir do final da década de 1980 e início dos anos 90, quando os números da pobreza pareciam ter crescido enormemente, porque crescia sua visibilidade, em decorrência de estar concentrada, sobretudo na área urbana e metropolitana, a sua representação transformou-se. A presença dos pobres passou a ser percebida como ameaçadora. Essa mudança de percepção aconteceu em meio a um clima de insegurança na sociedade em geral e, principalmente, nas grandes cidades, em razão do surgimento de novas modalidades de crime organizado: ondas de sequestros e de assaltos, que somadas ao tráfico de drogas, disseminaram o medo e a insegurança social. “No interior desse sentimento coletivo

²⁶¹ Ibid.

²⁶² PEREIRA, Camila Potyara. *Rua sem saída* - Um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília. Dissertação de Mestrado. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília/UNB, 2008. p. 60.

preponderantemente a população de rua foi incorporada como ameaça social”.²⁶³ Passou a existir uma associação direta entre pobreza e criminalidade.

Nascimento afirma sobre a nova exclusão social, que esta, além do seu caráter econômico, tem ainda uma dimensão estritamente social, porque a desvinculação com o mundo do trabalho implica numa não inserção social, que se expressa em rejeição do outro, fruto de um não reconhecimento social dos indivíduos. Tudo isso porque ocorrem transformações nas representações sociais acerca dos indivíduos pobres e excluídos economicamente, que “passam a ser percebidos como socialmente ameaçantes. Bandidos em potencial. Indivíduos perigosos”.²⁶⁴ Assim, os novos excluídos são representados como perigo para a sociedade, na medida em que são vistos como transgressores da lei, indivíduos desviantes. Uma vez estigmatizados como desviantes, os indivíduos passam a ser objeto de uma representação que se desloca “de uma representação pautada na diferença, na diversidade, para uma de dessemelhança”.²⁶⁵ O reconhecimento de que o indivíduo é um semelhante implica no reconhecimento de que ele é alguém revestido de direitos. Nessa lógica, “ser incluído é ter direito a ter (novos) direitos”,²⁶⁶ e o contrário também é verdadeiro. De maneira que a exclusão é expressa pelo não reconhecimento ou negação do direito por parte da maioria dos cidadãos em relação aos indivíduos marginalizados.

Ao analisar a possibilidade da ação política, Hannah Arendt afirma que a sociedade moderna “espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a normalizar os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada”,²⁶⁷ de maneira que, ao invés da ação, a sociedade estimula o comportamento padronizado, adequado às regras sociais estabelecidas. Isso corresponde à normalização e padronização da conduta dos homens, o que, por sua vez, implica na uniformidade dos comportamentos e compromete a possibilidade da ação livre, uma vez que a individualidade do homem moderno passa a ser controlada e determinada segundo as normas sociais. Sobre a possibilidade dos homens romperem com as normas de conduta e agirem inusitadamente, Arendt destaca a intolerância da sociedade ao

²⁶³ SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 239.

²⁶⁴ NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: MARCEL, Bursztyn (org.). *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 70.

²⁶⁵ *Ibid.* p. 68.

²⁶⁶ *Ibid.* p. 73.

²⁶⁷ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. p. 50.

não comportamento, de sorte que aqueles que não seguem unanimemente certas regras podem “ser considerados associiais ou anormais”,²⁶⁸ em outras palavras, desviantes.

Numa abordagem do desvio, Foucault, ao analisar a individualidade do homem moderno, explicita-o enquanto indivíduo com características precisas e determinadas, constituído a partir dos dispositivos disciplinares que entram em jogo nas relações de poder da sociedade moderna. Para ele, a disciplinarização da sociedade, conseguida pela generalização dos dispositivos disciplinares, tem como produto essencial a fabricação da identidade do homem moderno, cuja marca é a submissão e a docilidade.

Sobre a fabricação de corpos submissos e dóceis, Foucault ressalta que a sanção normalizadora é um instrumento disciplinar que controla as atitudes, os comportamentos dos indivíduos segundo o que se pretenda afirmar como norma, como comportamento adequado. Ela permite conhecer, controlar e agir sobre os pequenos atos, as menores condutas e comportamentos dos indivíduos. Incide sobre atitudes que “quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis; qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos”²⁶⁹ que escapam ao sistema penal e emprega formas sutis de punição que tem o efeito de afirmar o poder da norma, normalizando as condutas dos homens. Quanto às formas de punição pode-se dizer que a sanção normalizadora tem a “função de reduzir os desvios. Deve, portanto, ser essencialmente corretivo”²⁷⁰ o seu caráter, com o propósito de impedir “a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios”.²⁷¹

Como a normalização consiste na adequação das condutas para torná-las cada vez mais em conformidade às regras, ela acaba estabelecendo um sistema de classificação e qualificação das atitudes, segundo a observância ou não às normas. Ocorre “a qualificação dos comportamentos e dos desempenhos a partir de dois valores opostos do bem e do mal”,²⁷² há dessa forma, duas possibilidades de opção para o direcionamento do comportamento: uma boa (positiva) que deve ser recompensada por meio de privilégios e uma má (negativa ou desviante, anormal) que deve ser evitada ou corrigida, sob pena de que o praticante assim como seu comportamento seja desqualificado pelo fato de fugir ao modelo da regra esperada. Assim, o poder disciplinar, além de diferenciar, hierarquizar e classificar as atitudes, também qualifica os indivíduos uns em relação aos outros em função de seus comportamentos. De modo que a classificação e qualificação de atos permite a hierarquização de quem os pratica,

²⁶⁸ Ibid. p. 52.

²⁶⁹ Ibid. p. 159.

²⁷⁰ Ibid. p. 160.

²⁷¹ Ibid.

²⁷² Ibid. p. 161.

diferenciando-os entre: “os bons e os maus indivíduos”.²⁷³ “Opera-se uma diferenciação que não é a dos atos, mas dos próprios indivíduos, de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível ou valor”,²⁷⁴ de acordo com o enquadramento ao comportamento universalmente reconhecido.

A normalização tende a uma homogeneidade do corpo social conseguida a partir da “coação de uma conformidade a realizar”,²⁷⁵ pois o normal se estabelece como princípio de coerção à adequação, uma vez que os indivíduos são medidos segundo “os graus de normalidade, que são sinais de filiação a um corpo social homogêneo”,²⁷⁶ bem como a distribuição dos lugares de cada indivíduo na hierarquia social é feita segundo a obediência à padronização do modelo da norma. Assim, o poder da norma consegue efeitos comuns no sentido de estabelecer um padrão de normalidade. Porém, mesmo exercendo sobre os indivíduos “uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos à subordinação, à docilidade”,²⁷⁷ a normalização não faz com que todos sejam iguais, mas sim que todos se pareçam, ao redor de um modelo de normalidade. Neste sentido, o que é homogêneo é a norma e não os indivíduos.

Sobre o prisma do desvio, podemos dizer que o ato desviante de quem vive em situação de rua consiste em ocupar e viver nas ruas, em não se enquadrar ao padrão de normalidade que preconiza a situação domiciliada como comportamento adequado de vida. Fugindo ao modelo da norma esperada, quem vive nas ruas acaba “transgredindo um pilar da organização social que é a separação entre público e privado”,²⁷⁸ ou seja, em realizar em público atividades próprias da esfera privada e, ainda, “por fazer uso de modalidades de sobrevivência que são desviantes em relação aos mecanismos legítimos e convencionados de inserção social através do mundo do trabalho”.²⁷⁹ Dito de outro modo, as pessoas que vivem em situação de rua são desviantes por subverter a lógica da sobrevivência pautada pela inserção formal e regular no mundo do trabalho, comprometendo a capacidade de garantir as necessidades básicas de sobrevivência. Num misto em que “pobre e bandido juntam-se, numa única imagem”,²⁸⁰ a representação dos personagens que compõem o mundo da rua estão

²⁷³ Ibid. p. 162.

²⁷⁴ Ibid.

²⁷⁵ Ibid. p. 163.

²⁷⁶ Ibid. p. 164.

²⁷⁷ Ibid.

²⁷⁸ SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 237.

²⁷⁹ Ibid. p. 238.

²⁸⁰ NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: MARCEL, Burszty (org.). *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 81.

ligadas principalmente à contravenção da ocupação da rua como espaço de moradia, isto é, como casa, e ainda, como local de sobrevivência.

Criticando a desqualificação da rua como espaço de socialização, Aparecida Darc de Souza²⁸¹ afirma que, a partir dos anos 1980, foi estrategicamente construído por setores dominantes da sociedade brasileira o discurso que dimensionava a rua como um espaço perigoso, um ambiente negativo de socialização. Neste sentido, a subversão do espaço público em privado, ou seja, a ocupação da rua como espaço de moradia, isto é, como casa, pela população de rua faz com que os ocupantes sejam definidos pelo local da ocupação. De maneira que, até hoje, “os que ali vivem como se estivessem em casa”,²⁸² são representados pelo senso comum como uma ameaça à segurança pública, como verdadeiro caso de polícia, porque comprometem a ordem e a harmonia social.

De acordo com Marie-Ghislaine,²⁸³ o indivíduo desviante é aquele que quebra as normas e as regras. São pessoas inseridas numa espécie de negação coletiva da ordem social, imorais ou com a moralidade comprometida, elas apresentam defeitos aos esquemas da sociedade. Nessa lógica, os indivíduos de rua são vistos como vagabundos, desocupados, ociosos, vadios, ladrões e criminosos. São concebidos como indivíduos preguiçosos que permanecem na rua sem maiores responsabilidades com trabalho, família, horários e as demais convenções sociais.

Valendo-nos da relação de figuração formulada por Norbert Elias, entre os *estabelecidos* – grupos ou indivíduos que ocupam posição de prestígio e poder e os *outsiders* – pessoas que estariam fora dessa “boa sociedade” dos estabelecidos, podemos dizer que as pessoas em situação de rua, configuram-se enquanto *outsiders* exatamente pelo fato de romperem com um estilo de vida comum e com um conjunto de normas e padrões impostos pelos *estabelecidos*, ou seja, pela sociedade em geral. Ora, se viver em uma residência fixa, possuir um trabalho regular e pertencer a uma família é característica de uma vida considerada “normal”, que segue os preceitos e as convenções sociais estipulados pelos *estabelecidos*, a situação de rua foge à norma, à regra e adentra o universo do desvio. Os *outsiders* das ruas são excluídos porque há uma reação “ofensiva da sociedade para manter sua ordem considerada normal, caracterizando a situação de rua de maneira pejorativa como

²⁸¹ SOUZA, Aparecida Darc de. Capitães do asfalto: Infância e adolescência pobres na cidade de Uberlândia (1985-1995). Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 1998.

²⁸² SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 236.

²⁸³ STOFFELS, Marie- Ghislaine. Os mendigos da Cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1997.

algo desviante e negativo”.²⁸⁴ E, nessa medida, são elaboradas representações sociais dos sujeitos em situação de rua, que vão contraditoriamente estereotipá-los, quer seja como coitadinhos ou como vagabundos, loucos, perigosos e sujos, mas mantendo em comum o fato de se configurarem em representações ideológicas preconceituosas.

Segundo Ricardo Mendes, “a situação de rua é subversiva, pois rompe com alguns padrões responsáveis pela ordem social, tais como onde viver (casa), como viver (trabalho) e com quem viver (família)”.²⁸⁵ Ou seja, quem vive na rua é apreendido como desviante porque subverte a oposição convencionalmente instituída entre rua e casa, entre as esferas privada e pública. Nessa lógica, ocupar o espaço da rua significa mais do que ocupar um espaço físico, mas principalmente um espaço simbólico. No que se refere à situação de rua, significa estar simbolicamente “fora do lugar”, subverter a ordenação e organização espacial citadina, que preconiza o sedentarismo e a fixação residencial como noção básica de ocupação espacial das cidades. Deste modo, “o morar na rua contraria um dos critérios fundamentais da coesão social”,²⁸⁶ uma vez que privatiza o espaço público.

Sobre a distinção da casa e da rua não apenas como espaços geográficos, mas como espaços sociais dotados de diferentes significados, Da Matta afirma que a definição de cada um dos termos casa e rua, esfera privada e esfera pública é dada pelos limites estabelecidos com o outro, ou seja, que existe uma fronteira de convenções que delimitam as atividades que devem ser exercidas em cada uma das esferas. E mais, que a imagem social construída acerca da rua como espaço de socialização se opõe à representação que se convencionou formular sobre o espaço da casa. De modo que:

(...) se a casa distingue esse espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que se soma e define a nossa ideia de “amor”, “carinho” e “calor humano”, a rua é um espaço definido precisamente ao inverso. Terra que pertence ao “governo” ou ao “povo” e que está sempre repleta de fluidez e movimento.²⁸⁷

Para Da Matta, a casa é um espaço marcado pela familiaridade, pelo amor, pelo carinho, se vinculando a personalidade. Seus membros se identificam e se reconhecem entre si como pessoas e não apenas como indivíduos. Assim, a casa permite a existência e a convivência das particularidades, das especificidades próprias de cada elemento do grupo

²⁸⁴ MATTOS, Ricardo Mendes. Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Psicologia. Universidade de São Marcos. São Paulo, 2006. p. 43

²⁸⁵ Ibid. p. 43- 44.

²⁸⁶ Ibid. p. 129.

²⁸⁷ DA MATTÁ, Roberto. A casa & a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 47- 48.

social. A rua, ao contrário, se caracteriza como espaço da individualização, da impessoalidade, pois nela somos desconhecidos, anônimos e pouco importantes. Na rua deixamos de ser nós mesmos, reconhecidos enquanto pessoas, arrebatados de tal condição para nos tornarmos apenas mais um no meio da multidão. Como nela normalmente ninguém se conhece, há uma profunda desconfiança em relação a quem são realmente os outros e quais suas verdadeiras intenções. Logo, a rua é um espaço de desconfiança e insegurança.

A rua configura-se como um local “onde as pessoas podem ser confundidas como indigentes e tomadas pelo que não são”,²⁸⁸ relegadas ao anonimato imposto por este lugar. A rua pressupõe a indiferença para aquilo que somos, sentimos e pensamos, de modo que se no âmbito da casa somos tidos como “alguém” com importância própria, reconhecidos pelos laços de parentesco e familiaridade, ao ganharmos o espaço da rua perdemos identidade enquanto seres únicos e particulares, e passamos a ser diferenciados enquanto indivíduos, mediante um número da cédula de identidade, que longe de dizer quem somos de verdade, de nos diferenciar, apenas nos iguala, fazendo com que nos sintamos expropriados de nós mesmos. A rua como um lugar que iguala, homogeneiza, descaracteriza as pessoas, lança todos à condição de indivíduos. A rua é um espaço da solidão, ruptura com vínculos, impessoalidade e desumanidade. É o lugar da movimentação constante, da instabilidade, do inesperado, do imprevisível. Um espaço apreendido como negativo, algo ruim. Nela há incertezas, perigos e inquietudes. Em contrapartida, a casa é um espaço íntimo e privativo. Nela nos sentimos respeitados, acolhidos. Daí a utilização da expressão “estou em casa” para designar que estamos à vontade, em segurança e tranquilos.

Em virtude dessas distinções, quando se mistura o espaço da rua com o da casa, ou seja, quando ocorre a dissolução das divisões nítidas entre os espaços público e privado, a situação de rua torna patente a privatização do público e o processo de tornar público o privado, como uma contradição espacial tipicamente moderna.

Nessa lógica, em que a casa aparece como o local que oferece condições plausíveis de constituição de identidades e referências de pertencimento, retomamos Arendt e afirmamos que estar em situação de rua equivale a estar “sem lugar no mundo” ou “desenraizado”. Afinal, a situação de rua implica na impossibilidade de fixação em um determinado lugar e, conseqüentemente, quem vive na rua perde sua definição identitária, deixando de identificar-se com o lugar onde está, tornando-se um ser móvel, desenraizado, de lugar nenhum. Nesta perspectiva, a situação de rua representa a instabilidade espacial, em que a vida domiciliada, o

²⁸⁸ Ibid. p. 50.

sedentarismo dá lugar ao nomadismo, a mobilidade e itinerância. As pessoas, os lugares, as atividades cotidianas tornam-se volúveis e fluidas.

Este tipo de relação efêmera com o espaço, esta constante mobilidade e instabilidade dos lugares seria uma característica exclusiva da pessoa em situação de rua? Ou seria algo conhecido também por aqueles que vivem de forma domiciliada em suas residências? Será que na atualidade a casa ainda pode ser compreendida como um espaço de estabilidade, segurança, confiança e enraizamento?

Acreditamos que a distinção entre casa e rua, tal como delineada por Da Matta, estabelece lugares bastante sólidos, delimita fronteiras muito precisas, típicas da modernidade sólida. Mas no momento atual, com a dissolução de regras e convenções que antes organizavam as relações no interior das famílias, a casa ganha muitas feições associadas à rua, e configura-se muitas vezes, como local da instabilidade, da insegurança, do individualismo extremado, da solidão, e até da violência e dos perigos. Em suma, a pessoa em situação de rua, agudiza uma relação com o espaço absolutamente característica do homem na fase da modernidade líquida, que independentemente de ser domiciliado ou rualizado, constitui-se num homem desenraizado espacialmente, que não possui vínculos sociais e afetivos permanentes. Atualmente, os espaços tradicionais como a casa, a família, metamorfoseiam-se em espaços onde impera a individualidade solitária, tornam-se lugar de passagem, de relações provisórias e voláteis.

Segundo Mattos, nos dias de hoje, vivenciamos um processo de “desumanização”²⁸⁹ das relações sociais, pois estas se tornam a cada dia, mais superficiais e passageiras. “Isto porque, paradoxalmente, a humanidade só consegue emergir enquanto condição de igualdade inerente a todas as pessoas, na medida em que se reconheça a condição de diferença entre elas,”²⁹⁰ ou seja, somente quando o outro é reconhecido em sua alteridade, como diferente de mim, é que é possível tomá-lo como um ser humano, igual a mim. Assim, a possibilidade de humanização das relações sociais fica subordinada à condição de aceitação da humanidade do outro, porque do contrário, instala-se a desumanização. Contraditoriamente, quando nego a condição de ser humano do outro, revelo também minha própria desumanidade. A desumanização como uma das características contemporâneas das relações sociais está relacionada à coisificação do outro, que é tomado como objeto, como coisa, e não como sujeito social.

²⁸⁹ MATTOS, Ricardo Mendes. Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Psicologia. Universidade de São Marcos. São Paulo, 2006. p. 140.

²⁹⁰ Ibid.

Na atualidade, a desumanização das relações faz parte da condição humana porque existe uma indiferença, um alheamento em relação ao outro, que não é reconhecido como semelhante. “O outro somente é reconhecido quando possui algo que me é útil. Logo, somente me interessa por ele quando me oferecer algo, pois o que está em evidência não é o outro, mas o que me interessa no outro”.²⁹¹ Nesta lógica, caso o outro não tenha nada que me possa ser útil, sou indiferente a ele. Indiferença esta, que invalida parcialmente o outro em sua humanidade.

Bauman, para além dessa visão utilitarista do outro como um objeto, ressalta que o outro é apreendido não apenas como qualquer objeto, mas um objeto a ser consumido, uma mercadoria. Nessa ótica, a fragilidade dos vínculos contemporâneos se deve ao fato destes estarem inseridos numa dinâmica consumista, que “favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados, receitas testadas, garantias de seguro total e devolução do dinheiro”.²⁹² Semelhantes às relações entre consumidor e mercadoria, as relações interpessoais são descartadas assim que atendem à satisfação dos desejos instantâneos.

Mattos adverte que as relações também podem ser entendidas pelo prisma do mercado, vinculadas a investimento e rentabilidade. De maneira que “se investe numa relação” esperando que ela traga algo (como o lucro). Se o “investimento” render o esperado, a relação se mantém”,²⁹³ do contrário, parte-se em busca de novas possibilidades de rendimentos, enfim, de novos relacionamentos. Tal como no mundo dos negócios, essa forma de relação produz permanentemente incerteza e insegurança. Como consequência desta incerteza, as pessoas apostam apenas um pouco em cada relação social. Numa visão extremamente comercial, elas não se comprometem com uma única relação, pelo contrário, cercam-se de inúmeras possibilidades de investimentos, afinal, comercialmente falando, são grandes os riscos de perder toda a aplicação numa única transação de negócio.

Sobre a fragilidade dos vínculos humanos, Bauman destaca ainda que as relações sociais atuais podem ser compreendidas a partir das relações virtuais em meio eletrônico, como as da internet, que não passam de meras conexões. De modo que, os vínculos humanos perdem qualquer possibilidade de permanência e durabilidade. As relações, assim como as conexões da internet, são fracas e exaurem-se com a mesma facilidade com que são

²⁹¹ Ibid. p. 142.

²⁹² BAUMAN, Zygmunt. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 21-22.

²⁹³ MATTOS, Ricardo Mendes. Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Psicologia. Universidade de São Marcos. São Paulo, 2006. p. 143.

estabelecidas. As pessoas na modernidade líquida buscam “desesperadamente relações permanentes ao mesmo tempo em que buscam estar livres para novas relações. Ou seja, lograse a estabilidade de uma relação sem aceitar o compromisso que a sustenta”.²⁹⁴ As pessoas alegam que sonham com relações duradouras, mas na realidade desejam relacionamentos superficiais, leves, fracos e débeis, enfim, descartáveis.

Bauman, sobre as relações contemporâneas, ressalta ainda, aquelas do tipo “reality show”. Considerando que esse tipo de competição é marcado pela lógica de que cada participante deve superar e derrotar os demais integrantes, as relações entre eles são tipicamente darwinistas e próprias do mercado de trabalho, tendo em vista que os competidores se vêem como inimigos que devem se destruir mutuamente, inferindo à disputa a ideia de que o “melhor”, “o mais forte” elimina e derrota os mais fracos.

Sem dúvida, a situação de rua torna públicas as contradições das relações sociais nas sociedades contemporâneas, afinal, faz parte do nosso cotidiano, passarmos por outras pessoas que estão no chão pelas ruas sem notá-las, completamente indiferentes a tal situação.

Afinal,

(...) na atual sociedade do espetáculo, onde a estética é o valor primordial, onde monumentos luxuosos e extravagantes iluminam ruas recheadas de néon e de arte. Ao mesmo tempo seres humanos se arrastam pelas calçadas, sujos, miseráveis, à procura de comida. Procuram no lixo, sobra podre da elite, o seu sustento na era da tecnologia e da cibernética.²⁹⁵

Atualmente, em meio a tantas imagens, a tantos produtos, a tantos estímulos, a tanto luxo e a tanta miséria, as pessoas não reagem mais. A indiferença prepondera nas relações entre os transeuntes e a população de rua. As coisas são vistas como desprovidas de substância, seus valores e significados são igualados. Absolutamente tudo, até mesmo os indivíduos perdem sua essência e passam a ser medidos em termos do valor econômico, no qual o dinheiro torna-se o equivalente universal. Nos grandes centros urbanos, instaura-se a atitude *blasé* sugerida por Simmel que, em síntese, constitui-se na incapacidade dos indivíduos, “de reagir a novas sensações com a energia apropriada”.²⁹⁶ Na atitude *blasé*, o indivíduo como uma forma de proteção contra todos os milhares de estímulos oferecidos nos centros urbanos, só consegue sobreviver e se adaptar, se ignorar algumas informações e não reagir a todos os estímulos apresentados. Talvez essa ideia possa fundamentar o

²⁹⁴ Ibid.

²⁹⁵ PEREIRA, Camila Potyara. *Rua sem saída* - Um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília. Dissertação de Mestrado. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília/UNB, 2008. p. 42.

²⁹⁶ SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: O fenômeno Urbano. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979. p. 16.

comportamento da maioria dos indivíduos que reagem com indiferença à presença das pessoas que vivem em situação de rua, condenando-as a uma aparente invisibilidade social e humana.

A compreensão das relações sociais contemporâneas oferecem elementos importantes para analisarmos as representações sociais formuladas e os significados socialmente compartilhados sobre quem vive em situação de rua. A importância dessas representações está no fato de que as pessoas em situação de rua são apreendidas como desqualificadas moralmente e recebem atribuições ligadas: à vadiagem, à bandidagem, à criminalidade, à sujeira, à loucura, à miserabilidade e à incapacidade. Implicando, assim, na materialização da indiferença e do alheamento, pois quando uma pessoa é apreendida a partir desses atributos pessoais, ela é aprisionada em preconceitos que perpassam todas as suas relações sociais.

2.1. Representações sociais atribuídas às pessoas que vivem em situação de rua

Em Araguari, as reações dos indivíduos domiciliados com as pessoas em situação de rua são as mais distintas. Alguns as consideram como perigosas e apressam o passo ou seguram suas bolsas. Outros as veem como vagabundas e lhes atribuem preguiça e falta de vontade de trabalhar, olhando-as com adversidade. Muitos, com hesitação atravessam a rua, evitando que sejam abordados com o pedido de esmola ou porque julgam tratar-se de pessoas sujas e mal cheirosas. Há também aqueles que olham com compaixão e piedade. Mas a maioria desvia seus olhares, evidenciando a indiferença como a reação mais comum para com a condição das pessoas em situação de rua. Alguns cidadãos, numa atitude mais violenta, chegam a mal tratar, humilhar e/ou agredir quem se encontra em situação de rua.

Consoante às reflexões de Ricardo Mendes Mattos, entendemos que as relações entre os domiciliados e as pessoas em situação de rua possuem três sentidos, que consistem respectivamente: na privação de atenção, na atenção negativa e nas medidas segregadoras. “A privação de atenção constitui-se um meio de violência simbólica mais sutil, a partir do qual a pessoa em situação de rua é simplesmente ignorada”.²⁹⁷

Estabelecendo um diálogo entre Mattos e Nascimento, inferimos que, no limite, essa indiferença configura-se na desconsideração do outro que vive na rua, como se o mesmo pertencesse a uma espécie diferente da humana. Em outras palavras, dizemos que aqueles que

²⁹⁷ MATTOS, Ricardo Mendes. Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Psicologia. Universidade de São Marcos. São Paulo, 2006. p. 146.

vivem em situação de rua, não são vistos como iguais pelos cidadãos domiciliados, mas sim, como bichos, espécies distintas dos humanos. Em suma, são:

(...) “homens e mulheres que não são vistos como tais por seus semelhantes. E talvez já não se sintam também como tais. É como num jogo de espelho invertido: não há reflexo, não há retorno, mas fuga, distanciamento. Exclusão”.²⁹⁸

Em decorrência dessa dessemelhança, tais indivíduos perigam sofrer restrições quanto à integridade e segurança, com o risco da eliminação física. Pois, se a indiferença, o alheamento manifesta-se como forma de “violência involuntária e sutil, a desqualificação do outro legitima e estimula sua eliminação física, em violência deliberada e pouco sutil”.²⁹⁹ Eliminação esta, que tem se expressado em diversas situações, como assassinatos de moradores de rua que são condenados à indigência, extermínio de meninos de rua em chacinas como a da Candelária no Rio de Janeiro, ataques aos mendigos e/ou índios como em Brasília, e ainda, violências contra prostitutas, travestis e homossexuais nas diversas cidades brasileiras, entre outras.

A atenção negativa consiste na apreensão do outro “a partir de referências pejorativas que são produzidas das representações sociais”³⁰⁰ negativas anteriormente mencionadas, tais como: a vadiagem, a bandidagem, a criminalidade, a sujeira, a loucura, etc. Nesse sentido, a apreensão do outro que vive na rua como uma pessoa perigosa, gera o sentimento de medo, em que se relacionam aos ocupantes das ruas, os rótulos, estigmas pautados na ideia de infração, ilegalidade e imoralidade. Nos dizeres de um morador de rua:

“Tem gente que vê a gente como ladrão. As pessoa óia pra gente desconfiado. Tem uns que pega a bicicleta deles e põe pra lá, a outra pessoa pega a bolsa e põe debaixo do braço, achano que a gente vai pedi ou vai robá, entende? Discrimina a gente. Acha que só porque nós fica na rua vai assaltá eles”.³⁰¹

A ocupação da rua como espaço de moradia, isto é, como casa, pela população de rua faz com que os ocupantes sejam definidos pelo local da ocupação, e como no imaginário “a sociedade parece fiel a sua visão interna do espaço da rua como algo movimentado, propício a desgraças e roubos”,³⁰² prevalece a ideia da rua como um lugar perigoso e negativo. Sob a

²⁹⁸ NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: MARCEL, Bursztyn (org.). No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 56.

²⁹⁹ MATTOS, Ricardo Mendes. Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Psicologia. Universidade de São Marcos. São Paulo, 2006. p. 146-147.

³⁰⁰ Ibid. p. 146.

³⁰¹ Depoimento do morador de rua Wesley. Local da entrevista: Praça dos Ferroviários. B. Goiás, 17/02/2011.

³⁰² DA MATTA, Roberto. A casa & a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 47.

ótica da negatividade, a rua é concebida pela opinião pública, como estágio de um processo para o crime, como ambiente de influência nefasta e perigosa ao convívio das pessoas, e, por conseguinte, quem ocupa as ruas recebe rótulos, estigmas pautados na ideia de desvio, sendo representados como malandros, bandidos, criminosos, marginais em potencial. Em suma, são construídas representações sociais associando a situação de rua à criminalidade, como aponta o testemunho do Sr. José, um transeunte que entrevistamos perto da residência dele, nas imediações do Mercado Municipal, próximo ao ponto de permanência do morador de rua conhecido como Bin Laden.

*“Ele, e os outros tudo que mora na rua, passa na casa da gente falando que tá desempregado, mas é vagabundo! Eu não dou dinheiro, não dou comida, não ajudo bandido mesmo. Porque amanhã ou depois, um cara desses chega na minha porta, bate, pede ajuda e rende a minha filha ou a minha mulher, entra pra dentro e rouba. Isso é tudo criminoso, isso tudo rouba, se eles não matar a gente ainda tá bom”.*³⁰³

Neste sentido, também assinala Sr. João, vendedor ambulante na Praça dos Ferroviários:

*“Pra você ver que ali no meio só tem bandido. Tá vendo aquela mulher que está ali? Ela mora aqui na praça com o marido dela. Ela já matou um homem lá pra o lado de Paracatu. Ela é desse meio mundo pra lá. Se a mulher, que é a mulher já matou, é assassina, imagina o quê que sobra pra os outros? Pra mim eles é tudo bandido, criminoso”.*³⁰⁴

A indiferença como reação mais comumente praticada em relação a quem vive em situação de rua, não inviabiliza a solidariedade empreendida por alguns transeuntes – relacionada ao sentimento de culpa, vergonha e/ou piedade para com a população de rua. Implicando que, em linhas gerais, possamos dizer que a maioria da sociedade diante da população de rua tem um comportamento bastante contraditório, oscilando sua postura diante de duas generalizações que são construídas acerca da população de rua: bandidos ou coitados? Nesta contradição, se por um lado a população de rua é vista como perigo social, por outro, ela sensibiliza a sociedade com a exposição de sua pobreza extrema, despertando sentimentos de solidariedade para com o “coitado”, o “desvalido”. Assim, muitos de nós, ao nos depararmos com os habitantes das ruas, somos indiferentes e ignoramos sua presença ou mudamos de calçada muitas vezes por medo. Acenamos negativamente ao pedido de esmolas, ou damos algum trocado para escaparmos à sua presença degradante por medo, preconceito e/ou solidariedade.

³⁰³ Depoimento de Sr. José - morador da Rua Afonso Pena, esquina com Av. Cel. Teodolino P. de Araújo, próximo ao Mercado Municipal.

³⁰⁴ Depoimento de Sr. João – vendedor ambulante há dezesseis anos numa barraca de frutas, em frente à Praça dos Ferroviários.

A fala da funcionária do albergue sinaliza uma representação construída sobre quem vive na rua alicerçada na imagem deles como “pobres coitados, dignos de pena”. Ela expressa o sentimento de piedade e a solidariedade como uma eventual reação para com as pessoas que pernoitam no albergue.

“Eu pessoalmente tenho a imagem deles como de um povo sofrido, sabe? É, porque eles chega aqui não tem uma roupa, não tem nada, vem muito sujo, sem nada pra comer! Que nem esses dia passou um rapaz aqui e tava há mais de quinze dia com a mesma roupa, aí eu fiquei com dó e peguei na minha casa uma bermuda do meu marido e dei pra ele. Ah, sei lá, deve ser horrível, né, a pessoa ficá assim andando pra lá e pra cá sem rumo, né?”³⁰⁵

Retomando a discussão sobre o papel da caridade no jogo social, podemos inferir que a ênfase dada pela entrevistada no seu sentimento de piedade para com o desvalido pode estar relacionada com o desejo de projetar-se enquanto mulher bondosa, caridosa e benevolente. Numa outra parte da entrevista, a mesma funcionária evidencia a identificação comumente estabelecida pela sociedade, entre indivíduos em situação de rua e mendigos, associando ambas as categorias identitárias à preguiça e à vadiagem.

“Ah, a maioria dos mendigo que passa aqui é tudo preguiçoso... quer mais é ficar vagabundando. Sei lá, alguns aqui, ocê vê que é honesto, que tá mesmo a fim de arrumá serviço, mas tem uns que a gente vê assim que é vagabundo, que fica mais é só pedindo, mendigo. Fica numa pedição, né?”³⁰⁶

Esclarecemos que tal identificação incorre numa impropriedade, pois ainda que este segmento apareça minoritariamente dentro do universo da população de rua, a situação de rua e a mendicância como recurso de sobrevivência não são exclusividade dos mendigos. A partir do depoimento da funcionária percebemos que “a oposição trabalho/mendicância configura-se quando, a partir do trabalho, dicotomiza-se os indivíduos em “vagabundos” e “não vagabundos”,³⁰⁷ considerando o trabalho a única alternativa aceitável de garantia da sobrevivência. Numa reação de hostilidade para com quem vive na rua, baseada na lógica do “não trabalho” entendida como forma de opção e estilo de vida escolhido pela população de rua, Sr. João desabafa toda sua insatisfação em ter seu ponto de comércio invadido pela presença vizinha dos novos ocupantes da praça.

“Esses malandro que fica aí é tudo gente sem vergonha, que não presta, é sem vergonhice. Eles ficam o dia inteiro só pedindo dinheiro pra o povo que passa na praça. Viver assim é fácil, à custa dos outros. Se um cara vagabundo desse falá que não consegue serviço e quer trabalhá é mentira.

³⁰⁵ Depoimento de D. Terezinha – funcionária do Albergue Público Municipal (responsável pela limpeza e cozinha do local). Local da entrevista: Albergue Público Municipal. Obs. Terezinha mora com a família numa pequena casa localizada no mesmo lote – ao lado do Albergue. 20/03/2011.

³⁰⁶ Depoimento de D. Terezinha. Local da entrevista: Albergue Público Municipal. 20/03/2011.

³⁰⁷ STOFFELS, Marie Ghislaine. Os Mendigos na Cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 74

*Eu trabalho, eu tenho 63 ano, tenho problema de coração e trabalho aqui todo dia. Eu levanto é cinco hora da manhã, trabalho todo dia. Isso é vagabundo, sem vergonha! Se tivé um neto meu ali no meio, eu falo: que é vagabundo, sem vergonha, precisa é de cacete e por pra trabalhá”.*³⁰⁸

Em síntese, o indivíduo que passa pela ruptura trabalho/mendicância e torna-se pedinte passa por um processo que o transforma num ser “portador dos efeitos de uma estigmatização vinculada à sua condição dentro da dinâmica de um sistema produtivo que não reconhece a mendicância como prática equivalente a trabalho ou modo de vida investido de significado especificamente positivo”.³⁰⁹ Assim, todo aquele que por ventura viva da mendicância e disponha de plenas condições físicas para o trabalho é censurado socialmente em termos de preguiça e improdutividade. Nesse sentido, nos falou Maria do Rosário, que mora e trabalha como cabeleireira nas imediações do Albergue Público Municipal.

*“Eu acho que esse povo fica na rua é por falta de vergonha na cara. Eu acho que é preguiça de trabalhar, vagabundagem mesmo. Eles fala que tá desempregado, mas não tem nada a ver com desemprego não. Eles é tudo preguiçoso, malandro, não gosta de trabalhar. Pra quem tem coragem de trabalhar, não falta serviço não. Rua é lugar de preguiçoso”.*³¹⁰

Referenciando-nos no conceito de representação formulado por Chartier, para quem as representações do mundo social não possuem caráter de neutralidade, pelo contrário, são construídas segundo os “interesses do grupo que as forjam”,³¹¹ entendemos que esses relatos expressam não somente a representação social formulada pelo conjunto da sociedade sobre quem vive nas ruas, mas principalmente, permite refletir sobre a moral social que embasa a fala dos entrevistados. Afinal, as representações são maneiras pelas quais “um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio”.³¹² Assim, quando os entrevistados referem-se a quem experimenta a situação de rua, informam sobre os códigos de conduta e os valores vigentes na sociedade contemporânea, revelando o padrão moral, ético e comportamental que a sociedade estabelece como aceitável para o conjunto dos indivíduos. Deste modo, a representação daquele que vive na rua como malandro, vagabundo, bandido e preguiçoso é formulada com base no critério de que o trabalho formal e regular é a única possibilidade admissível de garantia da sobrevivência. Nessa lógica, o não trabalho, o desemprego e a mendicância são entendidos como preferência,

³⁰⁸ Depoimento de Sr. João – vendedor ambulante há dezesseis anos numa barraca de frutas localizada em frente à Praça dos Ferroviários.

³⁰⁹ STOFFELS, Marie Ghislaine. Os Mendigos na Cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 177.

³¹⁰ Depoimento de Maria do Rosário – moradora da Rua Guanabara, no Bairro Amorim e proprietária de um pequeno salão de beleza que funciona na parte da frente de sua residência.

³¹¹ CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações, Lisboa: Difel, 1988. p. 17.

³¹² Ibid. p. 18.

como forma de vida escolhida pela população de rua, sem levar em consideração as condições atuais de inimpregabilidade de parte considerável da população brasileira. Por isso, os discursos são construídos no sentido de ressaltar que o trabalhador convencional, que é aquele que levanta cedo, trabalha regularmente todos os dias e cumpre sua jornada de trabalho, é honesto, honrado, digno, “gente de bem”, enquanto que o contrário é válido para sintetizar aquele que não trabalha e vive na rua.

Valendo-nos das proposições de Foucault, podemos dizer que os relatos expressam que a padronização do modelo de conduta aceitável, compatível com o padrão de comportamento considerado normal, tem o trabalho como virtude, enquanto condena a mendicância e o desemprego como desvio. Nessa ótica, os indivíduos são qualificados e classificados uns em relação aos outros, em função de seus comportamentos. Por isso, os discursos dos entrevistados demarcam a fronteira de diferenciação entre os cidadãos domiciliados e os rualizados, estabelecendo a distinção entre “os bons e os maus indivíduos”,³¹³ respectivamente, segundo o padrão de obediência à norma hegemônica do trabalho.

O diálogo com Norbert Elias permite afirmarmos que como o grupo estabelecido dos domiciliados considera quem vive na rua como uma ameaça ao seu próprio estilo de vida, os rualizados têm sua imagem construída com base na ideia de anomia, sendo considerados pelos estabelecidos como “grupo de menor virtude e respeitabilidade”.³¹⁴ O que equivale dizer que os domiciliados, enquanto grupo *estabelecido* passam a “afixar o rótulo de valor humano inferior”³¹⁵ aos indivíduos do grupo *outsider* rualizado, estigmatizando-os como desviantes em relação à virtude do trabalho.

No conjunto dos depoimentos é patente uma imagem social das pessoas em situação de rua, pautada na noção de que quem vive na rua é primordialmente agressivo e perigoso. Recorrentes entre os entrevistados foram referências ao medo que sentiam diante das reações violentas e agressivas empreendidas pelas pessoas de rua. Assim se apresenta o testemunho da atendente de uma sorveteria ao descrever o comportamento do grupo de moradores de rua da Praça dos Ferroviários:

“O namorado dessa moça que fica aí na praça é agressivo, vira e mexe ele bate nela, briga e bate nos outros. Eu morro de medo, ele é perigoso. Quando eles pegam pra brigá, eles brigam feio. Há um mês atrás, numa

³¹³ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1977. p. 162.

³¹⁴ ELIAS, Norbert. Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000. p. 24.

³¹⁵ Ibid.

*briga, eles tacaram uma pedra aqui, que pegou nessa parede, a sorte é que não pegou em ninguém e nem nesse vidro. A pedra entrou dentro da sorveteria. Estava brigando o namorado da moça com outro cara de rua que não é aqui da Praça. Um deles tava com uma faca e o outro com a pedra. Quebrou o vidro da loja aqui do lado”.*³¹⁶

Outro entrevistado, o gerente da Panificadora Pão Gostoso, ao falar da moradora de rua Joana D’arc, cujo ponto de mendicância é a porta da referida panificadora, também expressa uma convivência nem sempre pacífica entre ela, os comerciantes e os transeuntes do lugar, em virtude de sua agressividade.

*“Ah, a Joana, ela é difícil, às vezes ela é agressiva, briga com o povo das lojas, com quem passa na rua. Aí ela xinga, joga pedra, corre atrás, quer bater. Se ela cismar... quando ela implica com os outros, aí ela briga. Se ela cismar que alguém tá olhando pra ela, se mexê com ela, se passar ali e encostá nela, aí ela briga. Xinga todo mundo, fala palavrão e faz a maior confusão. Ela fica sentada na calçada e as pessoas nem pode encostá nela. A Joana é encrenqueira, não pode nem olhar pra o lado dela”.*³¹⁷

Considerando que viver em uma residência fixa e pertencer a uma família é típico de uma vida considerada normal, compatível com as convenções sociais, a situação de rua foge à norma e adentra o universo do desvio. Por isso, os domiciliados, enquanto grupo social estabelecido passa a censurar os rualizados como agressivos e também “como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros”,³¹⁸ porque estes ocupam as ruas e transgridem o padrão de normalidade da organização social que separa e delimita a fronteira das atividades próprias do que é público e do que é privado.

O ato desviante dos que vivem na rua consiste primordialmente em realizar em público atividades próprias da esfera privada, como, por exemplo, resolver os conflitos e desentendimentos intra-grupo ou com transeuntes no espaço das ruas. O fato deles estarem expostos no meio da rua termina fazendo com que discussões e brigas sejam publicizadas e ganhem uma amplitude social responsável por uma imagem de agressividade. Afinal, o que a sociedade preconiza é que lavemos nossas roupas sujas em casa, ou seja, que conflitos e discussões sejam circunscritos à privacidade do lar e não incomodem aos outros. Desprotegidos de quatro paredes, aqueles que vivem nas ruas têm todo seu cotidiano vivido nas vias públicas e talvez por isso mesmo, tenham seu perfil associado à agressividade e violência. Inconteste é que, nas ruas, entre aqueles que vivem nelas, os conflitos “são

³¹⁶ Depoimento de Thaíz – balconista da Sorveteria Dio Madona localizada na Avenida Senador Melo Viana que fica em frente à Praça dos Ferroviários. 23/03/2011. Obs. O namorado da moça e a moça citada em questão tratam-se do casal de moradores de rua Wesley e Maria Cristina.

³¹⁷ Depoimento de Rafael – gerente e sobrinho do proprietário da Panificadora Pão Gostoso localizada na rua Rui Barbosa no Centro comercial de Araguari. 18/03/2011.

³¹⁸ ELIAS, Norbert. Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000. p. 27.

resolvidos através dos recursos disponíveis: ameaças, agressões físicas ou mortes com pedras, paralelepípedos, facas e fogo”.³¹⁹ As brigas e a violência fazem parte da realidade deles, porém, o que destacamos é que a agressividade, os conflitos não são privilégio de quem vive nas ruas. A diferença relaciona-se ao fato de que nós, domiciliados, nem sempre temos testemunhas que presenciem nossos momentos de stress, nervosismo, impaciência, agressividade, ou até mesmo, violência, pois a resolução de nossos conflitos acontece quase sempre no interior de nossas casas.

Vale destacar que, mesmo com uma convivência conflituosa, algumas vezes, as pessoas se sensibilizam com a exposição da pobreza de quem vive na rua, e então, são despertados sentimentos de solidariedade para com os desvalidos, que passam a ser “adotados” pelos moradores e/ou comerciantes da localidade, proporcionando-lhes com certa regularidade alimentos, roupas, etc. Então, sua presença passa a ser percebida com um misto de piedade e aversão, solidariedade ou repulsa. Assim nos contou Rafael, o gerente da Panificadora Pão Gostoso:

*“Olha, é esquisito, porque nem eu entendo. Mesmo a Joana fazendo tanta raiva na gente, e eu já senti ódio dela. Eu confesso que eu já tive que chamar a polícia pra ela. Já tive que mandar até prender ela. Mesmo assim, eu adoro ela, quer dizer... eu gosto dela, ela vem até pra festa de final de ano dos funcionários da padaria. O Eduardo, o meu tio, o dono da padaria dá cesta no final de ano pra ela. Ela vem aqui a gente oferece lanche, as vez ela nem pede. E não é só a gente não, a maioria dos comerciantes ajudam ela. Mas se ela ficar nervosa, atacada....Ela é duro... quando ela bebe, então, piorou”.*³²⁰

Se pensarmos que os *estabelecidos* legitimam seu poderio e sua superioridade humana sobre os *outsiders* a partir de uma autoimagem que os configura como “pessoas melhores”, “dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros”,³²¹ podemos entender o discurso desse comerciante e domiciliado, como tentativa de estabelecer a bondade, a caridade, a solidariedade e o amor fraterno como virtudes próprias, comuns aos bons cidadãos. Afinal, parece que independente dos conflitos de interesses entre os lojistas e Joana D’arc sobrepõe-se o amor e a caridade, pois ele ressalta que os comerciantes, enquanto homens públicos são capazes de ajudar a matar a fome da moradora de rua, cuja presença degradante e agressiva tanto os incomoda.

³¹⁹ SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. p. 161.

³²⁰ Depoimento de Rafael – gerente e sobrinho do proprietário da Panificadora Pão Gostoso. 18/03/2011.

³²¹ ELIAS, Norbert. Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000. p. 20.

Sobre as representações daqueles que ocupam as ruas, significativo ainda, é ressaltar a caracterização tradicional deles enquanto mendigos, bêbados, loucos e/ou viciados, pois com unanimidade, os depoentes relataram que quem ocupa as ruas “*são uns pingaiada sem jeito*”,³²² “*eles são tudo viciado, bebe cachaça, usa droga*”,³²³ “*esses moradores de rua, tudo usam droga*”,³²⁴ “*tem um que é doidinho, tem problema de cabeça*”,³²⁵ “*esses mendigos, malandros ficam tudo aí na Praça, bebendo e coçando, depois querem ficar aqui na porta do supermercado pedindo esmola, pedindo dinheiro para os outros*”,³²⁶ “*o Bin Laden é louco, quando ele tá agitado, dá medo, ele já atacou muita gente aqui na rua, no Mercado*”.³²⁷

A sociedade tende a estigmatizar “seus grupos de *outsiders* não apenas como desordeiros que desrespeitam às leis e às normas (às leis e normas dos estabelecidos), mas também como não sendo particularmente limpos”,³²⁸ por isso entre as acusações imputadas aos personagens das ruas, algumas estão ligadas às características da sujeira. Ressaltando que, no caso, a sujeira deve ser entendida nos sentidos literal e figurado, ou seja, sujeira física e sujeira moral, portanto, vinculada à imoralidade ou desordem moral. De maneira que, quando se fala em população de rua, as pessoas automaticamente ressaltam a visão que trazem de quem habita as ruas como seres sujos. “*Eles fede demais, eles não toma banho. Quando eles entra aqui, pra pedir água, misericórdia, eles fede, fica tudo sujo. O banheiro é o mato. Não lava roupa, aí o povo dá roupa, eles pede, pega, usa e joga fora. Vive numa sujeira que dá nojo*”.³²⁹ Ainda com relação à sujeira Sr. João nos falou:

“Antes, eles tava dormindo aqui debaixo da cobertura do hospital. Eles vinha pra cá de noite e quando a gente chegava aqui tava a pior nojeira! Por isso que eu cuido dessa frente aqui bem cuidado. Zelo, deixo tudo bem limpinho. Eles vem, invade os trem da gente, senta aí, suja tudo, quebra, ficava aquela nojeira. Eu cuido pra evitá sujeira, ainda assim eles invade e dá trabalho. Eu cuido bem cuidado pra eles podê não ficá aqui. Além de sujá eles quebra as coisa. Agora eles deram uma maneirada. A polícia veio

³²² Depoimento de Sr. João – vendedor ambulante há dezesseis anos numa barraca de frutas localizada em frente à Praça dos Ferroviários.

³²³ Depoimento de Sr. Luíz – ex-ferroviário aposentado que joga dama e xadrez com um grupo de amigos todas as tardes na Praça dos Ferroviários.

³²⁴ D. Neusa – feirante (barraca de pastel). Entrevistada numa manhã de sábado quando a feira é montada na rua Afonso Pena no centro da cidade. Obs. A feira torna-se nesse dia, local de mendicância utilizado por alguns indivíduos da rua.

³²⁵ Depoimento de Thaíz – balconista da Sorveteria Dio Madona localizada na Avenida Senador Melo Viana que fica em frente à Praça dos Ferroviários. 23/03/2011.

³²⁶ Depoimento de Walter – gerente da rede de Supermercados Melo Viana. Entrevistado na loja localizada na Av. Senador Melo Viana esquina com a Praça dos Ferroviários.

³²⁷ Depoimento de Sr. José - morador da Rua Afonso Pena, esquina com Av. Cel. Teodolino P. de Araújo, próximo ao Mercado Municipal.

³²⁸ ELIAS, Norbert. Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000. p. 29.

³²⁹ Depoimento de Thaíz – balconista da Sorveteria Dio Madona localizada na Avenida Senador Melo Viana que fica em frente à Praça dos Ferroviários. 23/03/2011.

*aqui e pôs pra valer mesmo e espantou eles daqui. Agora o negócio deles é ali na praça”.*³³⁰

O testemunho do Sr. João assinala que além da sujeira, a desordem moral faz parte do conjunto de características acessórias que compõem a imagem social sobre a população de rua, que sob sua fala é acusada de invasão, de desorganização, de baderna e arruaça.

*“Eles incomoda a vizinhança inteira, principalmente os taxista ali da praça. Olha, eles fica junto com o ponto dos taxista. Eles acaba com o ponto e com os carro dos pobre dos homen. Eles já estragaro, já quebraro carro ali. Aqui eles atentava, mas nós corremo com eles daqui, com polícia e tudo. Tá doido! Isso aqui é do lado de um hospital não é lugar pra essas bagunça, né”?*³³¹

Uma vez que, os *outsiders* são vistos pelos *estabelecidos* como anômicos, “o contato mais íntimo com eles, portanto, é sentido como desagradável”,³³² assim, “a evitação de qualquer contato social mais estreito com os membros do grupo outsider”,³³³ está relacionada ao que se convencionou chamar de “medo da poluição”,³³⁴ porque “faz pairar sobre os membros do grupo estabelecido a ameaça de uma “infecção anômica”: esses membros podem ficar sob a suspeita de estarem rompendo as normas e tabus de seu grupo”,³³⁵ comprometendo, pois, seu status enquanto membro do grupo estabelecido. Por isso, ao estarmos na rua e em contato com os da rua,

(...) nada pior para cada um de nós do que ser tratado como “gente comum”, como “zé-povinho sem eira nem beira”. Nada mais dramático para alguém de “boa família” do que ser tomado como “moleque de rua”; ou para uma moça ser vista como uma “mulher da vida”.³³⁶

Sobre “a aversão, desprezo ou ódio que os membros de um grupo estabelecido sentem pelos de um grupo de *outsider*, assim como o medo de que um contato mais estreito com estes últimos possa contaminá-los”,³³⁷ o depoimento do Sr. João ressalta, a pressão que ele e a sociedade em geral, empreendem junto aos órgãos respectivamente encarregados para dispersão ou recolhimento dos indivíduos da rua.

³³⁰ Depoimento de Sr. João – vendedor ambulante há dezesseis anos numa barraca de frutas localizada em frente à Praça dos Ferroviários.

³³¹ Depoimento de Sr. João – vendedor ambulante há dezesseis anos numa barraca de frutas localizada em frente à Praça dos Ferroviários.

³³² ELIAS, Norbert. Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000. p. 26.

³³³ Ibid.

³³⁴ Ibid.

³³⁵ Ibid.

³³⁶ DA MATTA, Roberto. A casa & a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 50.

³³⁷ ELIAS, Norbert. Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000. p. 32.

*“Eles só briga, quebra as coisa dos outro. Nas brigas deles, esses dia eles quebraro o carro da mulher que tava estacionado ali. A mulher gastou oitocentos reais pra arrumá. Quebra um carro desse aí e não tem dinheiro pra arrumá! Aí ela chamou a polícia, mas como é que faz, não adianta nada! Eles não tem dinheiro pra pagar. Vai pagar com o quê? Eles nem leva preso, quando leva, põe aqui, chega ali e solta. Eles são cheio de confusão. E fica ruim pra os comerciante daqui. Tinha que tirá eles daí. Tem que tirá. Todo dia o povo reclama, fala em rádio mais não adianta nada. Cada vez tá aumentando mais os malandro, os morador de rua aqui em Araguari. Todas as praça tem isso aí”.*³³⁸

Em relação à boa parte do conjunto de características atribuídas às pessoas que vivem em situação de rua, estas são em parte falsamente acusadas, mas isso não impede que através dos estereótipos elas sejam lançadas na vala comum, que homogeneíza nesse perfil a diversidade de trajetórias de vida do conjunto da população de rua. Dito de outra maneira, por mais que a maioria da população em situação de rua possa ser associada à sujeira, ao alcoolismo, à utilização de meios ilegais de sobrevivência como o roubo e o tráfico de drogas, à preguiça, à loucura, à mendicância, nem todo mundo que vive nas ruas é ladrão, criminoso, bêbado, traficante, louco, preguiçoso ou vive só da mendicância.

Independente disso, a resposta da sociedade para quem não se enquadra no seu modelo estabelecido é o estigma de vagabundo, malandro, vadio ou quando muito coitado, ele é o outro, o que não faz parte, que precisa ser afastado ou reintegrado. O pior é que os indivíduos da rua, muitas vezes, assumem de forma extremamente rígida o estigma lançado sobre si, utilizando os olhos da sociedade para avaliar sua condição social. Esses indivíduos, como membros de “grupos na condição de *outsiders* avaliam-se pela bitola de seus opressores. Em termos das normas de seus opressores, eles se consideram deficientes, se veem como tendo menos valor”.³³⁹ O que equivale dizer que o estigma lançado pelo imaginário social é construído com base na difusão da ideologia do grupo dominante, ou seja, dos *estabelecidos*, e é introjetado pelas próprias pessoas que vivem nas ruas, e nesse processo de constituição de uma identidade negativa, esses indivíduos passam a se sentir fracassados, caídos, derrotados e incapazes.

Diante da internalização de uma representação social negativa, responsável por uma imagem depreciativa de si mesmo, os indivíduos das ruas relacionam-se com seus companheiros de rua e de grupo, tendo como parâmetros a identificação (semelhança), em que

³³⁸ Depoimento de Sr. João – vendedor ambulante há dezesseis anos numa barraca de frutas localizada em frente à Praça dos Ferroviários.

³³⁹ ELIAS, Norbert. Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000. p. 28.

se reconhece a existência de uma mesma condição de vida na rua, ou a recusa de identificação (dessemelhança) em relação ao outro.

A diferenciação mais importante e reiteradamente assinalada é entre ser ou não ser mendigo. O mendigo parece ser para o conjunto da população de rua, a personificação do estigma do vagabundo, do vadio, enfim, do indivíduo desviante cuja identificação deve ser rejeitada. Nas entrevistas com as pessoas em situação de rua, várias referências foram feitas numa tentativa de negar qualquer semelhança com o perfil de mendigo, que quase sempre esteve associado à degradação moral, econômica e física. Genivaldo, em certo ponto da entrevista, fez questão de dizer: *“eu não sô mendigo por causa de que eu gosto de tomá banho, eu tenho escova de dente, sabão, eu gosto de vesti roupa limpa. Eu acho que o mendigo é diferente desse aí”*.³⁴⁰ Belchior também não deixou por menos e esclareceu: *“mendigo eu não sou porque eu não ando pedindo, eu ando até mais limpinho”*.³⁴¹ Vale ressaltar que embora os entrevistados façam essa distinção, demarcando que o mendigo é aquele que sobrevive pedindo esmola, que está no ponto final da degradação humana, quando perguntado sobre o que faz para sobreviver, Genivaldo, assim como Belchior e a maioria de nossos informantes, declarou viver basicamente da mendicância. Destacamos ainda que essa diferenciação pautada em parâmetros econômicos e físicos (higienização) não é necessariamente visível, o que parece haver por parte dos observadores da situação de rua é uma homogeneização entre aqueles que vivem nas ruas.

Se por um lado, a identificação em relação ao mendigo é recusada, por outro, a semelhança com o tradicional trecheiro é insistentemente afirmada. A maioria dos entrevistados, que não se encaixam no perfil de trecheiros convencionais, e sim, dos modernos perambulantes – semelhantes aos andarilhos, tentou associar a sua identidade à imagem do migrante, que se desloca em busca de trabalho, haja vista que do ponto de vista moral, os trecheiros se definem por seu apego ao trabalho e honestidade, daí sua auto definição positiva como tal.

No processo de constituição de uma identidade positiva ocorre a necessária diferenciação, a distinção com os outros, que são descritos como inseridos em uma situação mais degradada. Segundo Scorel, há uma tentativa de “distinguir-se e afastar-se da imagem que a sociedade tem do homem da rua: sujo, fedido, bêbado e mendigo”.³⁴² Assim nos falou

³⁴⁰ Depoimento de Genivaldo. Local da entrevista: Praça Manoel Bonito no centro de Araguari. 22/02/2011.

³⁴¹ Depoimento de Belchior. Local da entrevista: ponto de ônibus em frente o Terminal Rodoviário de Araguari. 05/03/2011.

³⁴² SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro. Editora: FIOCRUZ, 1999. p. 164.

Luciano: *“tem mais de vinte ano que eu moro na rua. Na rua sim, só que eu não bebo cachaça, não uso droga, não fico com ninguém, eu ando sozinho, ninguém fala que eu moro na rua. Tô sempre limpo, trabalho. Eu vô de cidade em cidade atrás de trabalho”*.³⁴³ Os entrevistados não negam que esse perfil existe nas ruas, mas não é ele, é sempre o outro. As diferenciações são feitas com base em formulações negativas e preconceituosas. Nos depoimentos notamos que, numa visão extremamente depreciativa sobre os seus companheiros de vida, situação ou grupo, os outros são os que bebem: “os pingaiada”, ou os outros são os que não querem trabalhar: “os malandros, os vagabundos”, os outros são também os necessitados que precisam de ajuda: “os mendigos”, os outros são ainda, os que se drogam: “os viciados, os maloqueiros”, ou os outros são os ladrões: “os mão leve”.

A forma que o habitante da rua encontra de se livrar da imagem negativa de si mesmo é negar a sua prática e seu grupo social, buscando no nível da representação, identificar-se com os papéis socialmente aceitos. Assim, muitas pessoas que vivem “há anos na rua, se apresentam como trabalhadores desempregados, que perderam os documentos e que recomeçarão a trabalhar tão logo consigam recuperá-los”.³⁴⁴ A identidade de trabalhador está sempre presente. Percebe-se a importância de se afirmarem como trabalhadores, fundamentando-se numa realidade que ficou no passado. “O ritual do documento parece conter, simbolicamente, a tentativa reiterada de adentrar as portas da cidadania que resgataria sua identidade perdida”.³⁴⁵ Evitam identificar-se com seus iguais quando estes revelam a face do estigma, preservando para si a identidade com os valores constituídos. Assim, dizer que tem uma profissão pode ser uma manifestação de resistência à condição de inutilidade ou de negativa em relação aos preconceitos a que estão sujeitas.

2.2. Assistência social voltada à população de rua em Araguari e as representações sobre seus assistidos

No tocante às formas de atendimento e assistência social dispensadas pelo poder público municipal à população em situação de rua em Araguari, esclarecemos que as ações assistenciais implementadas pela Secretaria de Trabalho e Ação Social do município são,

³⁴³ Depoimento de Luciano, que foi menino de rua e atualmente se enquadra no perfil de “perambulante”. Local da entrevista: Terminal Rodoviário de Araguari. 06/03/2011.

³⁴⁴ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). População de rua: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: HUCITEC, 1992. p. 101.

³⁴⁵ Ibid.

específica e exclusivamente, voltadas ao atendimento aos migrantes e não assiste a população de rua como um todo, excluindo principalmente os moradores de rua. O atendimento do Serviço de Atenção ao Migrante é limitado e consiste basicamente no Albergue Público Municipal e na concessão de passagens disponibilizadas pelo serviço de Assistência Social Especial da Secretaria de Ação Social, cujo atendimento acontece numa das salas administrativas do Terminal Rodoviário de Araguari.

Vale ressaltar que, sob o codinome generalizado de migrante, passam pelo Serviço de Atenção ao Migrante, vários perfis ou categorias em situação de rua. Entre aqueles que utilizam o Albergue e os que são assistidos com a concessão de passagens, localizamos várias configurações heterogêneas: o andarilho, o mendigo, o perambulante, entre outras, sendo nomeadas como migrante.

Na cidade, há apenas um albergue para acolhimento dos migrantes, o Albergue Dr. Adalcino Amorim. Ele tem capacidade física máxima de acomodar diariamente aproximadamente 30 pessoas. Nos últimos anos, uma média de 90 pessoas é atendida mensalmente pelo sistema de albergamento.³⁴⁶

Referenciando-nos nas formulações de Foucault, podemos dizer que o albergue constitui-se numa instituição disciplinar que atende ao propósito de controle e distribuição dos indivíduos no espaço, haja vista que a disciplina às vezes exige “o encarceramento dos vagabundos e dos miseráveis”,³⁴⁷ num local fechado em si mesmo. Nessa perspectiva, o albergue concretiza a tentativa por parte do poder público municipal de reunir aqueles que se encontram em situação de rua pela cidade, todos enclausurados sob o mesmo teto, a fim de que se possa localizá-los e controlá-los para prevenir e remediar os inconvenientes advindos da circulação e presença desses indivíduos pernoitando livremente nas ruas.

Como o princípio do encarceramento, institui “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar um indivíduo”,³⁴⁸ o albergamento evita, pois, “as distribuições por grupos”,³⁴⁹ e anula os efeitos da circulação descontrolada e difusa de quem vive nas ruas, funcionando como “tática de antivadiagem, de antiaglomeração”.³⁵⁰ O albergamento permite ainda, estabelecer “as presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de

³⁴⁶ Dados obtidos nos relatórios financeiros mensais de prestação de contas - do Serviço de Atenção ao Migrante, que faz parte das ações de Proteção Social Especial de alta complexidade, realizadas pela Secretaria de Trabalho e Ação Social da Prefeitura Municipal de Araguari.

³⁴⁷ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1977. p. 130.

³⁴⁸ Ibid. p. 131.

³⁴⁹ Ibid.

³⁵⁰ Ibid.

cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades e os méritos”,³⁵¹ enfim, constitui-se em instrumento disciplinar de controle das pessoas que vivem em situação de rua.

O prédio onde atualmente funciona o albergue é o mesmo da época de fundação da instituição, foram feitas apenas algumas reformas, que no geral não modificaram em nada a estrutura física da construção original.³⁵² Sobre as circunstâncias de criação do albergue, o funcionário mais antigo do local nos contou que o terreno e a construção da instituição foram fruto de doação.

*“O doador era dono e presidente do Centro Espírita que desde a década de 1970, até hoje, funciona aqui do lado do Albergue. Ele, o Pedro Chagas, deu o terreno e a construção do albergue. Foi uma doação, ele era um homem muito bom, fazia muita caridade. Ele tinha muito dinheiro, era o maior vendedor de cachaça de Araguari”.*³⁵³

Apoiando-nos nas afirmações de Aldaíza Sposati sobre o caráter da Assistência Social no Brasil ter sua origem histórica baseada numa cultura assistencialista marcada pela política do favor, distante da noção de direitos sociais, é possível entender a criação do albergue público municipal de Araguari como resultado da filantropia e da benemerência. A assistência social ainda hoje, encontra-se atrelada às velhas práticas patrimoniais em que as ações assistenciais do passado eram colocadas como ocupações inerentes às damas da sociedade, principalmente às primeiras damas e, portanto, praticadas como caridade e não como responsabilidade do poder público. Ou ainda, como no caso do albergue de Araguari, a assistência social é colocada no “âmbito da filantropia de patronos, eclesiais ou leigos, empresários ou benfeitores”.³⁵⁴

O albergue foi construído num terreno grande, cuja edificação fica afastada dos portões de acesso à rua, mais ao fundo do lote. Um corredor central dá acesso ao refeitório, aos dormitórios e à cozinha do albergue. O refeitório é um espaço, cujo mobiliário rústico e simples consiste basicamente numa grande mesa de madeira, disposta no centro do cômodo, ladeada por dois bancos, que no conjunto são utilizados para as refeições dos albergados. Um terceiro banco é utilizado como guarda-volumes pelos usuários para colocarem suas bagagens

³⁵¹ Ibid.

³⁵² Segundo Sr. Marcos (vigia do albergue há 18 anos), na época, Pedro Chagas era proprietário de ambos os lotes (o do Centro Espírita e o do Albergue), e foi o responsável pela construção da estrutura física onde hoje funciona o Albergue. Na década de 1970, Pedro Chagas motivado pelo espírito de caridade para com os pobres, montou uma parceria com o Rotary Clube e pôs em funcionamento o Abrigo. Só muito mais tarde, no final dos anos 1980 é que a Prefeitura Municipal de Araguari teria assumido a responsabilidade financeira e legal pelo local de acolhida aos migrantes que passam por Araguari.

³⁵³ Depoimento do Sr. Marcos, que é vigia há dezoito anos no Albergue. Local da entrevista: Albergue Dr. Adalcino Amorim. 21/03/2011.

³⁵⁴ SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social: de ação individual a direito social. Revista Brasileira de Direito Constitucional -- RBDC n. 10 -- jul./dez. 2007. p. 436.

porque são proibidos pelos vigias de levarem seus pertences para os dormitórios, sob a alegação de evitar furtos entre os companheiros de quarto. A ala dos dormitórios é composta por dois pequenos pavilhões, ou melhor, dois grandes quartos coletivos, um feminino e outro masculino, desta forma, os casais são separados e as crianças dormem com as mães. No quarto feminino há 7 beliches, podendo acomodar 14 pessoas. O acesso aos dois banheiros femininos fica no interior do próprio quarto. Cada banheiro tem um vaso sanitário e um chuveiro. Os albergados são encaminhados para o banho assim que adentram os dormitórios, e em linhas gerais, podemos dizer que o banho se constitui em condição *sine qua non* para o pernoite no albergue. No quarto masculino, há 8 beliches, ou seja, 16 leitos. O acesso ao único banheiro masculino fica na parte externa, entre o refeitório e o quarto.

A partir das palavras de Foucault, inferimos que o albergue enquanto instituição disciplinar voltada à população de rua acolhe e abriga uma “encruzilhada de misturas perigosas, cruzamento de circulações proibidas”,³⁵⁵ por isso, estrategicamente sua arquitetura ou estrutura física de edificação responde à necessidade de “vigiar e romper as comunicações perigosas”³⁵⁶ entre os indivíduos. O corredor central do albergue permite realizar uma observação e vigilância ao mesmo tempo geral e individual sobre os albergados, constatar a presença deles, controlar a circulação dos mesmos e avaliar suas condutas, seus comportamentos, enfim, garantir a obediência e disciplina dos indivíduos às normas da instituição. A arquitetura do local permite um controle interior do espaço, tornando visíveis os que nele se encontram. O propósito é agir sobre aquele que abriga. Dominar seu comportamento, seus gestos por meio de uma fiscalização, cujo “olho perfeito a que nada escapa e para onde todos os olhares convergem”,³⁵⁷ controla a todos, de alto a baixo. Afinal, o poder disciplinar advindo da fiscalização e do controle visa adequar as condutas ao padrão normalizador.

O quadro de funcionários do albergue é composto por três empregados: dois vigias e uma faxineira/cozinheira. Os portões do albergue são, impreterivelmente, abertos somente após às dezenove horas. Na chegada à instituição, os usuários são conduzidos pelo guarda plantonista, primeiramente ao refeitório, onde são preenchidas as fichas de cadastro no ato da entrada. O guarda, no papel de inquiridor, se acomoda do outro lado da mesa, no lado oposto aos albergados, que comumente se mantêm em pé, dispostos pelo refeitório, enquanto aguardam a sua vez de serem atendidos. E então, mediante a apresentação da documentação

³⁵⁵ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1977. p. 132.

³⁵⁶ Ibid.

³⁵⁷ Ibid. p. 138.

exigida pelo guarda, como condição imprescindível estabelecida pelo regimento do albergue, um usuário por vez se posiciona diante dele, que o interroga, verifica a documentação e preenche a ficha em questão. Quando o processo é finalmente repetido com todos os usuários que se encontram no local, eles são pouco a pouco, conduzidos até os dormitórios.

A funcionária responsável pela limpeza do albergue e pela comida servida aos albergados mora com sua família, numa pequena casa que fica ao lado das edificações do albergue. Por isso, e pelo fato dos guardas só chegarem a partir das 18h e 30 min, nas ocasiões de nossas visitas ao local, sempre fomos recebidos por tal funcionária. Ela, quando nos apresentava as instalações do albergue, em relação aos dormitórios, explicou: *“as camas fica sem lençol, sem nada, porque se a gente deixar as roupa de cama aqui, eles rouba tudo. Tava sumindo muita coisa, aí a gente passou a guardar tudo num armário lá na cozinha”*.³⁵⁸ Sem entrar no mérito de ser verdade ou não, o fato das roupas estarem desaparecendo, temos que o depoimento da funcionária aponta em direção a uma imagem dos assistidos vinculada à criminalidade, que ultrapassa a esfera social e adentra o campo institucional de atendimento à população de rua.

O tempo de permanência no albergue consiste basicamente no pernoite das pessoas no local, pois os usuários dão entrada após às dezenove horas e são obrigados a sair no dia seguinte. Os albergados têm direito a duas refeições durante o período de permanência no albergue, o jantar e o café da manhã.

Sobre o horário de entrada das pessoas no albergue, um dos vigias nos disse:

“A entrada é das sete às dez hora da noite. Se passar desse horário eu não sou obrigado a deixar entrar mais. Tarde da noite eu não preciso pô ninguém pra dentro, mas na realidade eu já abri esse portão até bem mais tarde. Eu já tive que abri esse portão três hora da manhã porque os cara começa a gritar lá fora, faz a maior barulheira, aí pra não acordá a rua inteira, a gente acaba abrindo. Passa por cima das regra, descumpre as ordem e abre”.³⁵⁹

Ainda segundo o vigia, *“antes, há uns tempo atrás, a pessoa podia dormir três noite seguida no Albergue, mas hoje mudou, eles só pode posá uma noite, a não ser no final de semana, aí eles pode dormi sábado e domingo, mas de dia tem que sai”*.³⁶⁰ Essa informação de que, atualmente o tempo máximo permitido de estada no local é de uma noite foi confirmada pelo diretor do albergue. De modo que o migrante assistido com o pernoite, só

³⁵⁸ Depoimento de D. Terezinha – responsável pela limpeza do albergue e pela comida servida aos albergados. Local da entrevista: Albergue Dr. Adalcino Amorim. 20/03/2011.

³⁵⁹ Depoimento do Sr. Marcos, que é guarda há dezoito anos no Albergue. Local da entrevista: Albergue Dr. Adalcino Amorim. 21/03/2011.

³⁶⁰ Depoimento do Sr. Marcos, que é guarda há dezoito anos no Albergue. Local da entrevista: Albergue Dr. Adalcino Amorim. 21/03/2011.

pode voltar a ser acolhido novamente na instituição, depois de transcorridos três meses da primeira noite. A condição para que o abrigo possa acontecer em duas ou mais noites consecutivas, é a pessoa chegar ao albergue numa sexta-feira, porque, nesse caso, deverá pernoitar no local até segunda-feira pela manhã, quando será encaminhada ao Terminal Rodoviário para seguir viagem. Isso porque o serviço de concessão de passagens fica interrompido durante o final de semana, implicando, pois, na necessidade de permanência da pessoa na cidade até a segunda-feira. A alegação da Assistência Social para um atendimento tão limitado, circunscrito a uma noite a cada três meses, é que por atender unicamente aos migrantes em trânsito e encaminhá-los para suas cidades de origem ou para seus destinos, quase sempre uma noite satisfaz a demanda de necessidade de abrigo dos migrantes até que possam embarcar no dia seguinte.

Segundo os depoimentos é possível dizer que o albergue público pode ser considerado instituição de passagem, marcada por ações emergenciais, uma vez que oferece abrigo de curta duração. Vale dizer que, com a implantação da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), foram instituídos como modalidades de serviços de Proteção Especial de Alta Complexidade: o “Atendimento Integral Institucional; Casa Lar; República; Casa de Passagem; Albergue”,³⁶¹ e ainda que, com a legislação retro apontada, a assistência social deveria perder o caráter exclusivamente emergencial e compensatório e passar a buscar a afirmação da qualidade de vida da população. Assim sendo, entendemos que o abrigo de curta duração disponibilizado pelo albergue não contempla o atual teor da assistência social. O ideal é que a população em situação de rua do município fosse atendida com Programas de Moradia Provisória e de Centros de Convivência, e na pior das hipóteses, que o albergue funcionasse como tal, ou seja, como uma unidade de acolhimento para pernoite temporário, e não como casa de passagem, onde as pessoas que se encontram ou vivem em situação de rua são acolhidas apenas por uma noite.

Acerca do regulamento para utilização do albergue, um dos vigias nos explicou:

“A primeira coisa pra posá aqui, é que não pode tá bêbado, nem trazer bebida. Outra regra é a documentação. Tem que ter pelo menos um documento pessoal. Na hora de fazer a ficha, a gente precisa do documento de identificação pra ter um controle de quem tá aqui. Tem que tê documento certinho. Se não tivé o documento não tem como pô pra dentro, porque não sabe o quê que ele é, nem o quê que ele andou fazendo por aí. De vez em quando acontece de chegar um sem. As vez se o cara tiver BO (Boletim de

³⁶¹ BRASIL, Distrito Federal. Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. LOAS – Lei orgânica da Assistência Social.

*Ocorrência) comprovando que perdeu os documento, aí nós põe pra dentro”.*³⁶²

Sobre a adequação às regras de comportamento e conduta no interior do albergue falou a funcionária:

*“Chega uns aqui dentro, que dá trabalho. Tem vez que passa umas pessoa boa, sabe? Calmo educado, que compreende, assim, as dificuldade aqui do albergue, né. Agora já tem uns que vem mesmo com aquela vontade de fazer bagunça, sabe? Aí já é mais complicado. Já chega enchendo as paciência. Enche a paciência, provoca o guarda e fala assim: isso aqui é da prefeitura, fica querendo dizer assim, como que é da prefeitura nós pode fazê o que nós qué. Entendeu? Aí quando eles tá assim, é difícil controlar eles. Aí os guarda conversa com eles, tenta acalmar, tudo. É desse jeito que funciona, porque tem gente de todo jeito. E tem uns que vem mesmo pra pertubá, pra amolá, pra torrâ a paciência, sabe? Agora tem uns que vem mesmo porque tem necessidade de trabalhá, de arrumá um serviço”.*³⁶³

Ainda sobre a rotina dos usuários dentro do albergue, relatou a mesma funcionária:

*“Como eu moro aqui do lado, eu vejo que depois que eles tudo toma banho, aí eles janta. Depois que já jantou, tem uns que vai lá pra fora e fuma, depois vai pro quarto. Eles só pode ficar lá fora no pátio, até a hora que o guarda deixá, depois tem que ficar nos quarto, conversano baixinho. Não pode ter barulheira não. Muita gente pensa, que é bagunçado, mas é um silêncio! A gente não vê barulho de nada”.*³⁶⁴

Os depoimentos apontam que no albergue “a rotina institucional compreende um conjunto de atividades realizadas com base na disciplina e obediência”.³⁶⁵ O silêncio, por exemplo, foi uma característica observada em tal instituição, bem como o fato dos frequentadores terem horários rigidamente definidos para entrada e saída do local, para tomarem banho, para permanecerem nos aposentos e no pátio (onde podem fumar).

Segundo Foucault, nas instituições disciplinares o controle do tempo está associado ao controle das atividades, de modo que o tempo disciplinar permite a “elaboração temporal do ato”,³⁶⁶ objetivando a imposição e regularidade de atividades determinadas. “O controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos, impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo”.³⁶⁷ Nessa ótica, no albergue, a regulamentação do tempo da ação seria o que garantiria a condição de

³⁶² Depoimento do Sr. Marcos, que é guarda há dezoito anos no Albergue. Local da entrevista: Albergue Dr. Adalcino Amorim. 21/03/2011.

³⁶³ Depoimento de D. Terezinha – responsável pela limpeza do albergue e pela comida servida aos albergados. Local da entrevista: Albergue Dr. Adalcino Amorim. 20/03/2011.

³⁶⁴ Depoimento de D. Terezinha. Local da entrevista: Albergue Dr. Adalcino Amorim. 20/03/2011.

³⁶⁵ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). População de rua: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: HUCITEC, 1992. p. 136.

³⁶⁶ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1977. p. 138.

³⁶⁷ Ibid.

organização, de ordem e eficácia do seu funcionamento interno. Ao controlar a utilização do tempo, objetiva-se controlar e impor um padrão de comportamento mediante a subordinação de um corpo disciplinado.

A disciplina ao imobilizar ou regulamentar os movimentos, as ações, deve também “neutralizar os efeitos do contrapoder que dela nascem e que formam resistência ao poder que quer dominá-la: agitações, revoltas, organizações espontâneas, conluíus”,³⁶⁸ e toda sorte de organização e manifestação de insatisfação que se possa originar da aglomeração dos indivíduos em grupos. Talvez daí decorra a necessidade de que no interior do albergue os espaços sejam distribuídos e divididos com rigor, facilitando “distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los”.³⁶⁹ De maneira que, mesmo estando em grupos, os albergados não disponham de oportunidades de inter-relacionamento, mas pelo contrário sejam mantidos isolados e segregados em seu mundo de silêncio, numa forma dos agentes impedirem as comunicações indesejadas.

As normas para permanência no interior do albergue impedem a emergência de conflitos internos à instituição, uma vez que reforçam o poder dos seus agentes quanto à funcionalidade do albergue. Seria ingênuo supor o funcionamento dessa instituição sem regras básicas. A questão consiste, no entanto, na existência de um pacto implícito que consiste em vincular obediência e bom comportamento à gratidão pela assistência social. O que questionamos é o “bom comportamento entendido como obediência às regras de forma resignada e conformista”,³⁷⁰ ou seja, aceitar sem contestação, desprover-se de seus objetos pessoais, submeter-se à revista, permanecer em silêncio, só sair quando permitido, dentre outros. Em síntese, criticamos o fato do relacionamento dos funcionários com os albergados ser marcado pela prevalência do regulamento sobre a adequada atenção às necessidades humanas dos assistidos. Prolifera-se no albergue uma relação de submissão às autoridades, que acaba por reproduzir uma ordem social permeada pelo autoritarismo.

A relação de poder no albergue é exercida a partir da construção de um saber sobre a população de rua, a partir de duas imagens. Ora a representação das pessoas em situação de rua como coitadinhas: que não sabem dos seus direitos, o que faz com que a iniciativa mais adequada seja mesmo o assistencialismo calcado na piedade, ora uma imagem das pessoas em situação de rua como gente que não presta, como baderneiros, em função de algumas pessoas tomarem posição e reivindicarem o serviço como expressão de seus direitos e não como

³⁶⁸ Ibid. p. 193.

³⁶⁹ Ibid. p. 132.

³⁷⁰ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). População de rua: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: HUCITEC, 1992. p. 137.

benemerência e caridade. Assim, entre os funcionários é costumeiro taxar de baderneiro, ingrato ou louco, aquele albergado que adota uma postura participativa, que reivindica seus direitos.

Pelos depoimentos, percebemos que as poucas manifestações de resistência e/ ou críticas, e ainda de expressão de insatisfação ou descontentamento são encaradas pelos funcionários como ingratidão dos assistidos pela ajuda ou caridade prestada. O que nos parece é que “a imagem ideal da clientela é a de ser cordata e de assumir o papel que lhe cabe no jogo institucional: ser desamparada, vulnerável e necessitada”.³⁷¹ Assim, os albergados, pela carência são concebidos pelos agentes como desprovidos de direitos, vulneráveis e necessitados da caridade institucional. De maneira que o abrigo assumido pelo poder público municipal, além de insuficiente e excludente (já que é voltado somente aos migrantes), tem sido campo da subordinação de sujeitados, comprometendo, pois, o entendimento da assistência social sob a ótica da cidadania e contestando, sobretudo, o princípio do respeito à dignidade do ser humano como sujeito de direitos.

Retomando as reflexões de Sposati, afirmamos que o atendimento institucional do Albergue é marcado pela “herança de séculos de práticas sociais fragmentadas, individualizadas e tuteladoras que foram sendo designadas como de assistência social”,³⁷² mas que se configuram na prática, em ações assistencialistas que ferem a proposição da política pública de assistência social presente desde a Constituição Federal de 1988, pois a partir de então, ficou estabelecida a Assistência Social, como política pública e social de responsabilidade do Estado e direito do cidadão.

Refletindo sobre as razões pelas quais muitas vezes os indivíduos das ruas resistem ou recusam o abrigo institucional e elegem a rua como alternativa de pernoite, em detrimento do albergue, destacamos a rotina de um estilo de vida na rua que se opõe às regras disciplinares consideradas excessivamente rígidas por quem vive nas ruas. Nesse sentido, nos falou a maioria dos entrevistados, e entre eles, Wesley:

“Eu nunca dormi no albergue, nem na época que eu tava passano pra rua eu nunca posei lá. Eu só passei pra oiá, só, pra vê como que era. Só que eu não fiquei lá, não. Eu oiei lá, e falei pro guarda, não, eu não vô nem entrá. Nem, ocê tá é doido! Na época lá dava era um prato de sopa sabe? Aí tudo ali tinha a hora, tudo tem a hora, trancô o portão, acabô. Trancô o quarto acabô. Mesma coisa de cadeia, trancô, acabô. Aí ocê tem que ficá lá até o dia amanhcê, e se ocê quizé saí pra fora pra tomá um ar não tem jeito. Ocê fica lá preso, até o dia amanhecê. Aí o dia amanhece eles te expulsa pra ocê

³⁷¹ Ibid. p. 136.

³⁷² SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social: de ação individual a direito social. Revista Brasileira de Direito Constitucional -- RBDC n. 10 -- jul./dez. 2007. p. 436.

*ir embora. Vai-te embora! É desse jeito. Agora eu não sei, mas só podia dormi lá três dia seguido”.*³⁷³

Tendo em vista que o cotidiano no universo da rua pauta-se por padrões regulatórios diversos dos modelos de comportamento exigidos pelas instituições de albergamento, isso explica, em parte, a resistência de muitas pessoas em usar os albergues públicos e se manterem literalmente nas ruas. Sobre isso, esclareceu a funcionária do albergue:

*“O pessoal que é morador de rua em Araguari não vem pra cá. Primeiro porque não pode, é regra do albergue, e mesmo se pudesse eles não vinha. Esses de rua não adianta ocê trazê. Eles não entra, eles não fica. Porque eles não gosta de ficá aqui preso. Eles gosta de ficá solto, assim na rua, sabe? Agora se falá que é pra entrá aqui pra dentro, ficá aqui, eles não gosta não. Eles é dos mais estranho prefere dormi na rua, no frio, na chuva. Uma vez o Fabinho pegô um que mora na rua, aqui de Araguari e trouxe pra dormi no albergue. Ele era dos mais esquisito! Ele não tomou banho, uma sujeira! Comia pareceo bicho. Não tomou banho, quando foi quatro hora da manhã ele queria sair pra rua”.*³⁷⁴

Importa destacar que a depoente expõe um discurso dos agentes institucionais, marcado por uma visão preconceituosa de quem mora nas ruas, muito próxima da desumanização, caracterizando-os como seres esquisitos, sujos, sem perfil para conviver com as regras da coletividade. E ainda que o suposto comportamento intolerante dos moradores de rua em relação ao sistema de albergamento é fruto de uma incompatibilidade entre a liberdade da rua e o enclausuramento da instituição. Implicando que, para a população de rua, o albergue seja facilmente travestido em local de aprisionamento e que a principal imagem destacada dele, seja a sua intensa repressão.

Como é proibida a entrada no Albergue com bebidas, drogas e todo tipo de armas que possa representar algum perigo aos usuários do local, o vigia esclareceu sobre o uso de bebida: *“A primeira coisa que eu pergunto antes de abrir o portão é se o camarada bebeu e se tem documentação, senão eu nem ponho pra dentro”.*³⁷⁵

Tal proibição desestimula muitos indivíduos a irem para o Albergue, visto que terão de abandonar parte de seus pertences, e entre eles, um dos mais importantes para quem vive nas ruas, a bebida, cujo distanciamento compromete a manutenção do vício. Durante o tempo em que acompanhamos os serviços de atendimentos assistenciais dispensados aos migrantes em Araguari, presenciamos uma conversa entre o diretor de Assistência Social do Terminal Rodoviário e Antônio, um migrante que se encontrava de passagem pela cidade e o procurara

³⁷³ Depoimento de Wesley – morador de rua em Araguari, cujo ponto é a Praça dos Ferroviários. 17/02/2011.

³⁷⁴ Depoimento de D. Terezinha – responsável pela limpeza do albergue e pela comida servida aos albergados. Local da entrevista: Albergue Dr. Adalcino Amorim. 20/03/2011.

³⁷⁵ Depoimento do Sr. Marcos, que é guarda há dezoito anos no Albergue. Local da entrevista: Albergue Dr. Adalcino Amorim. 21/03/2011.

para concessão de passagens. O diálogo entre os dois foi esclarecedor sobre a restrição do porte e ingestão de bebida alcoólica imposta como condição para o albergamento. O diretor começa o atendimento dizendo:

*“Eu vou dar um encaminhamento pra o senhor dormi no albergue de hoje pra amanhã e vou pedi a Komb pra trazer o senhor aqui amanhã cedo. O senhor e os outros que tão lá no albergue. Mas só que tem uma coisa, cadê o carotinho de pinga? O senhor vai ter que me dar ele. Sabe por quê? É a norma do albergue, lá não aceita bebida alcoólica”.*³⁷⁶

Sr. Antônio responde: *“uai, o carotinho tá ali dentro do saco, que eu deixei no corredor”.*³⁷⁷ Interpela o diretor: *“Pois é, o senhor vai ter que me dar ele”.*³⁷⁸ Questiona Sr. Antônio: *“Eu vô tê que deixá aqui a bebida com ocêis?”*³⁷⁹ Explica o diretor: *“É, ele vai ficar comigo, e amanhã eu não vou devolver ele pro senhor não, porque eu não posso deixar o senhor viajar portando álcool”.*³⁸⁰ Retruca Sr. Antônio: *“Não. Ah, aí eu não aceito não! Eu apenas tô querendo a passage, mas ocê tá querendo me deixá sem o álcool. E sem o álcool eu não posso ficá, eu durmo no meio do mato”.*³⁸¹ Insiste o diretor:

*“Mas amanhã cedo eu dou a passagem pra o senhor. Só tem ônibus para Monte Carmelo, sete e quinze da manhã. O senhor vai pra o albergue hoje, o senhor vai dormir numa cama quentinha, tomar um banho, eu vou dar uma camiseta pra o senhor que eu tenho aqui, é usada mas é limpinha”.*³⁸²

Mais uma vez retruca Sr. Antônio: *“É, eu durmo hoje na cama, e amanhã? Hoje ocê tira o meu álcool e não devolve! Depois amanhã eu vô tê que rodá pra frente sem nada e vou dormir sabe Deus onde”.*³⁸³ Impaciente, o diretor tenta pôr fim ao impasse, reafirmando: *“Sr. Antônio, eu vou dar o encaminhamento pra o senhor. O Senhor me dá a bebida aí, amanhã a hora que a Komb vier trazer o senhor, a gente conversa mais detalhadamente. Amanhã o senhor vai tá com uma noite de sono tranquila”.*³⁸⁴ Irritado, Sr. Antônio deixa claro o contraste entre seus interesses, suas necessidades pessoais e as propostas assistencialistas do

³⁷⁶ Fragmento do depoimento de Fábio – Diretor de Assistência Social Especial na Secretaria de Trabalho e ação social da Prefeitura de Araguari, responsável pelas rondas de abordagem nas ruas, pela triagem e concessão de passagens no Terminal Rodoviário, pelo Albergue e por atender as denúncias da população. 25/02/2011.

³⁷⁷ Fragmento do depoimento de Antônio, um senhor pernambucano de 53 anos de idade, que vive seu nomadismo perambulando por todo o país. Na ocasião, ele fora encaminhado pela Assistência Social de Uberlândia para Araguari, que por sua vez o encaminharia até Monte Carmelo, de onde seria encaminhado para seu destino, que era a cidade de Patrocínio. 25/02/2011.

³⁷⁸ Depoimento de Fábio. Local da Entrevista: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

³⁷⁹ Depoimento de Antônio. Local: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

³⁸⁰ Depoimento de Fábio. Local da Entrevista: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

³⁸¹ Depoimento de Antônio. Local: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

³⁸² Depoimento de Fábio. Local da Entrevista: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

³⁸³ Depoimento de Antônio. Local: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

³⁸⁴ Depoimento de Fábio. Local da Entrevista: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

diretor: *“Eu não quero camiseta, eu não quero uma noite de sono, eu só quero a passage, porque eu tô com a perna machucada e não dá pra ir a pé, é por isso que eu tô aqui”*.³⁸⁵

O diretor, no cumprimento de sua função, insiste e tenta convencê-lo, usando de argumentos pautados em parâmetros do que julga serem as reais necessidades de quem vive e dorme na rua: *“Mas Sr. Antônio, lá o senhor vai tomar um banho, vai jantar, tomar um café da manhã. Amanhã o senhor vai tá firme, aí nós podemos conversar com mais calma”*.³⁸⁶

Ironicamente, Sr. Antônio traz à tona sua opinião sobre as práticas e ações assistenciais: *“Esse pessoal da assistência social, eles sempre tem um babado pra cima da gente. É só enrolação, em todo lugar é assim, eles fala que qué ajudá, mas só qué ferrá com a gente, e não é de hoje não”*.³⁸⁷ Constrangido, o diretor tenta contornar a situação e concluir a contenda com Sr. Antônio:

“Não, mas não é isso não. De jeito nenhum. O senhor precisa entender. O senhor concorda que eu não posso deixar o senhor viajar embriagado ou portando álcool? O senhor vai entrar no ônibus aqui, vai andar uma hora e meia até Monte Carmelo, aí a hora que o senhor sair lá, o senhor resolve, se o senhor quiser comprar bebida alcoólica... É pegar ou largar”?³⁸⁸

Resignado, Sr. Antônio se rende e aceita a proposta: *“Não tem jeito mesmo, né? Não adianta discuti. Tá certo, tudo bem eu vô pra o albergue contra a vontade mesmo”*.³⁸⁹

Consideremos o desfecho da conversa entre o diretor e Sr. Antônio:

“Tá aqui o encaminhamento, o senhor vai entregar esse papel lá no albergue. Deixa eu explicá pra o senhor como faz pra chegar lá. O senhor vai voltar aqui na avenida da delegacia e vai contar, um, dois três quarteirão, a hora que ocê chegar numa avenida de duas pistas, na esquina de um posto, o senhor vai descer ela toda e vai encontrar do lado esquerdo do senhor o Bosque John Kennedy. A hora que chegar no bosque o senhor se informa como faz pra chegar no bairro Amorim, eles informam pra o senhor. O senhor pode ir que amanhã de manhã, seis e meia a Komb vai trazer o senhor aqui, o senhor e o pessoal que tiver lá. OK”?³⁹⁰

Mesmo não conhecendo a cidade de Araguari, Sr. Antônio percebe pela informação do diretor, que a distância era imensa até o albergue, por isso, retrocede e insiste uma vez mais: *“não era mais fácil ocê tirar a passage daqui pra Monte Carmelo e eu ir embora não? Pô, eu puxá daqui pra lá com essa perna machucada”*.³⁹¹ O diretor, ao constatar o desânimo de Sr. Antônio em dirigir-se ao albergue, recorre novamente às vantagens que ele teria, caso

³⁸⁵ Depoimento de Antônio. Local: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

³⁸⁶ Depoimento de Fábio. Local da Entrevista: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

³⁸⁷ Depoimento de Antônio. Local: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

³⁸⁸ Depoimento de Fábio. Local da Entrevista: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

³⁸⁹ Depoimento de Antônio. Local: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

³⁹⁰ Depoimento de Fábio. Local da Entrevista: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

³⁹¹ Depoimento de Antônio. Local: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

pernoitasse na instituição. Seu discurso ao tentar convencê-lo infere à assistência social um sentido caritativo de ajuda e benemerência, bem como caracteriza o albergamento como instrumento do poder público municipal de higienização das ruas:

*“É só o senhor ir devagar. Por que aqui no terminal rodoviário e nem num banco de praça o senhor não pode dormir não. O senhor vai lá, eu já dei as camisa pra o senhor, o senhor vai tomar um banho, amanhã o senhor vai tomar café”.*³⁹²

Indignado, Sr. Antônio o interrompe, desabafando: *“Isso é que é um Estado desmoralizado, que não preocupa com o que a gente precisa de verdade, só qué escondê a gente enfiando dentro dos albergue.”*³⁹³ Num tom irritado, o diretor argumenta:

*“Mas hoje não tem passagem pra Monte Carmelo, do nosso convênio aqui não tem não. Só amanhã, eu já expliquei pra o senhor. Nós já conversamos sobre isso, o senhor já deu os carotinho, agora o senhor pode ir. Vamos lá fora pra eu explicar direitinho o caminho”.*³⁹⁴

As palavras finais de Sr. Antônio já assinalavam o que depois se confirmou, ou seja, que a rua para ele foi a alternativa mais viável para aquela noite: *“Esse albergue fica a duas, três léguas e eu não tô aguentando andar. Andar isso tudo só pra dormir, sendo que eu queria era a passage! Dormir eu durmo em qualquer lugar, eu já tô acostumado na rua”.*³⁹⁵

O fato é que, não somente Sr. Antônio, mas a maioria daqueles que são encaminhados do Terminal Rodoviário para o Albergue desistem do pernoite no local, primeiro pela restrição quanto à bebida e em segundo lugar, em decorrência da enorme distância a ser percorrida entre a rodoviária e o albergue.³⁹⁶ A localização do albergue contraria os objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua, que preconiza a adoção de um “padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários”.³⁹⁷ A contradição está na inobservância quanto à facilidade de acesso às unidades de acolhimento voltadas à população em situação de rua, porque de acordo com o disposto, o padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar entre outras coisas, as regras de acessibilidade e a “distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito

³⁹² Depoimento de Fábio. Local da Entrevista: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

³⁹³ Depoimento de Antônio. Local: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

³⁹⁴ Depoimento de Fábio. Local da Entrevista: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

³⁹⁵ Depoimento de Antônio. Local: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

³⁹⁶ Sobre a localização do albergue, esclarecemos que este fica no último quarteirão do Bairro Amorim, próximo ao trevo de saída para Uberlândia. Atestamos ainda, que o percurso de caminhada entre o Terminal Rodoviário e o Albergue, leva aproximadamente uma hora e meia, dependendo das condições físicas de cada um. Obs. Para efeito de comprovação, algumas vezes fizemos o percurso andando a pé.

³⁹⁷ BRASIL, Distrito Federal. DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. Art. 7º Parágrafo IX. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos”.³⁹⁸

Apesar de o diretor do albergue insistir, em seu depoimento, que pela manhã os usuários, ao deixar a instituição, sejam transportados para a rodoviária num veículo da Assistência Social, observamos durante o trabalho de campo, que tal situação não é rotina e sim exceção dentro das atividades de funcionamento da instituição. A disponibilização do transporte para os albergados acontece esporadicamente. Quase sempre eles percorrem o caminho de ida e volta a pé. A lógica para que o transporte aconteça é que só quando o número de albergados numa noite é expressivo, o transporte para o percurso de volta ao Terminal Rodoviário é autorizado.

Como mencionado anteriormente, além do Albergue, o Serviço de Atenção ao Migrante disponibiliza e concede passagens às pessoas que estão em trânsito, passando por Araguari, e ainda àquelas que são localizadas dormindo ou vivendo temporariamente nas ruas da cidade. É atendida mensalmente com a concessão de passagens rodoviárias uma média de 125 pessoas.³⁹⁹ A viabilização dessa ação assistencial é possível graças a um convênio firmado pela Prefeitura Municipal e o Expresso Araguari, que é uma empresa de transporte rodoviário responsável pelas linhas entre Araguari e algumas cidades vizinhas. Sobre esse convênio, fomos informados de que tendo em vista o destino de cada pessoa, estas são encaminhadas para as cidades de cobertura do convênio, ou seja, para os municípios mais próximos de Araguari, tais como: Uberlândia, Monte Carmelo, Caldas Novas, entre outras. De acordo com esse esquema de fornecimento de passagens, por exemplo, quem tiver como destino a cidade de Goiânia (GO) será encaminhado para Caldas Novas, de onde terá que conseguir junto a Assistência Social da localidade, passagem para chegar a Goiânia. Por isso, o depoente Sr. Antônio, que na ocasião objetivava chegar a Patrocínio (MG) estava aguardando ser encaminhado para Monte Carmelo, de onde seguiria viagem até seu destino final.

Entendemos que os serviços de atenção aos migrantes desenvolvidos em Araguari “trazem a marca ideológica do descarte social de uma população que é tratada como excedente”,⁴⁰⁰ implicando que as respostas institucionais à questão da população de rua têm

³⁹⁸ BRASIL, Distrito Federal. DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. Art. 8º. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

³⁹⁹ Informações obtidas nos relatórios financeiros mensais de prestação de contas da Secretaria de Trabalho e Ação Social à Prefeitura Municipal, relativas ao Serviço de Atenção ao Migrante.

⁴⁰⁰ VARANDA, Walter. Do Direito à vida à vida como direito: Sobrevivências, intervenções e saúde de adultos destituídos de trabalho e moradia nas ruas da cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

sido assumidas pelos órgãos públicos municipais, com caráter assistencialista, higienista e sanitarizante.

Tratada como um problema de limpeza urbana, a população de rua é despachada de uma cidade para a outra, numa tentativa de ocultar um problema social complexo, a partir da remoção das populações de rua em circulação pela cidade. Sendo assim, o albergamento e a concessão de passagens são, antes de tudo, práticas institucionais de higienização social que visam retirar as pessoas das ruas com dois propósitos: o primeiro de impedir a visibilidade social de quem vive nas ruas por meio do acolhimento, encarceramento ou segregação no albergue, e o segundo, de exportar o problema da população de rua para qualquer outro município. Sob a alegação de que existe a necessidade de articular o encaminhamento dos migrantes entre as cidades para garantir que eles cheguem aos seus destinos, os órgãos públicos municipais formam redes entre as cidades a fim de fornecerem as passagens para o suposto atendimento preconizado pela legislação de atenção e amparo à população de rua. Há um gasto total com o Serviço de Atenção ao Migrante de aproximadamente 10.000 reais mensais,⁴⁰¹ o investimento desses recursos financeiros está longe de responder legal e constitucionalmente aos princípios da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Ao contrário disso, desrespeita e expropria as pessoas em situação de rua do “direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade”,⁴⁰² ao executar práticas higienistas e sanitarizantes, que apenas ocultam o problema da população em situação de rua. Ou seja, as ações assistenciais no município contrariam os princípios gerais da Política Nacional para a População de Rua, que preconiza a “garantia e defesa de direitos fundamentais combatendo práticas higienistas e ações preconceituosas e violentas que reforçam estigmas e promovem a discriminação e a violação dos direitos da população de rua”.⁴⁰³

O diretor de Assistência Social opinou sobre a eficácia do trabalho executado pelo Serviço de Atenção ao Migrante, que é dirigido por ele:

“Eu não acredito que o nosso serviço de doação de passagens ajude no processo de inclusão social dessas pessoas. Eu trabalho fazendo isso, mas pra mim é igual passar o problema pra frente, empurrar com a barriga, porque se o cara saiu da cidade dele e caiu no mundo, alguma coisa aconteceu pra ele estar longe de lá. Ele não quer voltar, aí a gente dá a passagem achando que ele está voltando pra casa e não está. Ele vai pra

⁴⁰¹ Informações obtidas nos relatórios mensais de prestação de contas da Secretaria de Trabalho e Ação Social à Prefeitura Municipal, relativas ao Serviço de Atenção ao Migrante.

⁴⁰² BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, 2008.

⁴⁰³ BRASIL, Distrito Federal. Decreto presidencial nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, instituiu a Política Nacional para população em situação de rua.

*qualquer lugar do país, mas não volta de jeito nenhum. Por exemplo, hoje passou um aqui na triagem que já teve aqui há seis meses atrás. Como eu não posso dar passagem pra ninguém num tempo menor que um ano, eu fiquei sem saber o que fazer. Há seis meses quando eu ajudei ele com a passagem eu achei que ele ia voltar pra casa, mas não, ele tá zanzando por aí e vai ficar assim até quando? Mesmo sem poder eu arrumei a passagem porque senão ele ia ficar nas ruas da cidade e ia dar problema pra quem? Pra nós de Araguari. Então é isso, alguém de outra cidade que se vire com ele”.*⁴⁰⁴

O depoente demonstra ter consciência de que as ações executadas pela Assistência Social não se configuram em políticas públicas voltadas para o enfrentamento e erradicação do problema social vivido pela população de rua. Contrariando essa ideia, declara que as práticas assistencialistas dirigidas sob sua responsabilidade não se enquadram nem mesmo no perfil de medidas compensatórias, que visam amenizar a situação de violação dos direitos humanos de quem vive nas ruas, mas sim, que fazem parte das propostas sanitizantes para a cidade e, sobretudo, expressa a omissão do poder público municipal da sua responsabilidade de proteger e reintegrar socialmente quem vive em situação de rua. Assim, admite que a rede formada entre as cidades para o fornecimento de passagens é estrategicamente implementada pelos órgãos públicos municipais de assistência social para postergar a resolução de um problema, transferindo-o para outro município, ou seja, abstendo-se de cumprir os princípios garantidos pela legislação para a população de rua em âmbito nacional.

O discurso dos agentes institucionais, responsáveis pela assistência social em Araguari, fornece elementos assinalando que a opinião que os entrevistados têm sobre a população de rua é por vezes contraditória, porque preconceito e compaixão se alternam. No entanto, parte significativa deles distingue duas categorias gerais: mendigos e vagabundos, de um lado e desempregados, de outro. A funcionária do albergue expressou essa diferenciação: *“Aqui no albergue passa umas pessoa que é honesta, que veio de longe e tá mesmo a fim de arrumá serviço, mas tem uns que a gente vê que é vagabundo, que fica mais é só pedindo, que é mendigo”.*⁴⁰⁵ Nessa lógica, mendigos e vagabundos são as pessoas que moram há certo tempo na rua, vivem da mendicância e se apresentam sujos e maltrapilhos. Os desempregados são os migrantes que chegam à cidade, vindos de várias regiões do país à procura de trabalho. Tendo em vista que a Política Nacional para a População de Rua institui, entre suas diretrizes, a “implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento

⁴⁰⁴ Depoimento de Fábio – Diretor de Assistência Social de Proteção Especial. Local da Entrevista: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

⁴⁰⁵ Depoimento de Terezinha – funcionária do albergue responsável pela limpeza e comida servida aos albergados. 20/03/2011.

deste grupo populacional”,⁴⁰⁶ é válido dizer que o fato dos agentes assistenciais araguarinos formularem uma imagem estereotipada das pessoas que vivem em situação de rua, associando a elas a ideia de vadiagem e bandidagem, compromete a qualidade do atendimento assistencial disponibilizado pelo Serviço de Atenção ao Migrante. O fato do preconceito nem ao menos ter sido superado entre os próprios agentes, implica na inviabilização e efetividade das ações educativas de combate das práticas preconceituosas e desrespeitosas quanto à população de rua. Sobre a prerrogativa de que os servidores públicos que atendem diretamente este grupo populacional devem ser capacitados para melhoria da qualidade e respeito do atendimento assistencial, destacamos que no município, nos últimos anos dez não foram realizados investimentos nesse sentido.⁴⁰⁷

Constatando que viver e morar na rua implica numa “reutilização dos espaços públicos”,⁴⁰⁸ já que “passa a se realizar no domínio da rua o que habitualmente faz parte do domínio da casa”,⁴⁰⁹ tais como: comer, dormir, etc., afirmamos que a apropriação “privada do espaço público subverte uma regra social básica de uso do espaço, o que torna conflitiva a ocupação das ruas como moradia”.⁴¹⁰ Nesse processo de apropriação do espaço urbano, a permanência na rua e a forma como seus ocupantes utilizam as vias públicas como espaço privado de sobrevivência criam situações de limite entre o poder público e a sociedade. “Isso pode explicar a natureza repressiva da intervenção que o Estado historicamente tem realizado junto à população de rua”,⁴¹¹ que tem oscilado desde a eliminação física como nos extermínios coletivos de mendigos, moradores de rua, meninos de rua e na violência policial, até a segregação em albergues e a imposição para que desocupem e deixem determinados locais e, entre eles, a cidade.

Diante desse quadro, “não é de admirar que o comportamento mais geral da sociedade em relação à população de rua seja inspirado pelo desejo de não olhar para suas próprias mazelas”,⁴¹² pressionando os órgãos municipais para que remova aqueles que vivem nas ruas alojados nos diversos logradouros públicos, para longe de suas casas, seus comércios, enfim, para longe de suas vistas. Segundo informações da Secretaria de Ação Social de Araguari, as

⁴⁰⁶ BRASIL, Distrito Federal. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Art. 6º. Parágrafo IX. Institui a Política Nacional para a População de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

⁴⁰⁷ Informações obtidas nos relatórios mensais de prestação de contas da Secretaria de Trabalho e Ação Social à Prefeitura Municipal, relativas ao Serviço de Atenção ao Migrante.

⁴⁰⁸ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). População de rua: quem é, como vive, como é vista. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 131.

⁴⁰⁹ Ibid.

⁴¹⁰ Ibid.

⁴¹¹ Ibid.

⁴¹² Ibid. p. 132.

reclamações, as denúncias e os pedidos de remoção da população de rua são encaminhados pela sociedade por meio de telefonemas, ofícios ou pelos próprios munícipes. Nas queixas dirigidas à Secretaria, a maioria dos reclamantes apontava que o motivo para a remoção era a ocorrência de bagunça e sujeira nos lugares ocupados. Isso porque o modo de ser e de agir da população de rua reflete uma desordem, afinal, eles ficam na frente das casas, bebem, ficam horas conversando, gritam, acumulam lixo, obstruem a circulação, dormem pelas calçadas ou nos bancos de praças durante o dia. Em segundo lugar, as queixas apresentadas apontam a necessidade de segurança pública, em virtude de que o imaginário social sobre tais ocupantes, é permeado pelo sentimento de medo, advindo de uma representação pautada na ideia de que quem vive nas ruas é perigoso e compromete a segurança social, enfim, representa ameaça ou perigo à sociedade.

Nessas circunstâncias, o poder público municipal torna-se o regulador de uma contradição que reflete, por um lado, as pressões da sociedade para remover os indivíduos das ruas e, por outro, a assistência dos que ocupam as ruas. Como resposta a esse conflito, o poder público exerce uma função “que transita na fronteira entre o direito e o dever, ora removendo a população dos espaços ocupados, ora dando-lhes assistência imediata”.⁴¹³

Sobre a vontade e o esforço da sociedade em manter afastados e distantes do convívio social os indivíduos em situação de rua, o Diretor de Assistência Social Especial, quando falava da imagem social das pessoas em situação de rua, contou-nos sobre uma conversa que teve com uma vizinha do albergue.

“Eu sinceramente tenho pena. Pra mim eles sofrem demais, são uns pobre coitado. Todo mundo discrimina. Esses dia num domingo o guarda lá do albergue atrasou para o serviço. Uma vizinha lá do albergue, meio encenqueira começou a perturbar, aí a funcionária foi e deu o número do meu celular pra ela. Ela me ligou falando que era um absurdo, que aquele albergue é uma bagunça danada, porque até aquela hora não tinha como ninguém entrar e tava cheio de gente lá na porta esperando com fome, e que não sei o quê. Eu falei pra ela que o guarda já estava chegando e que ia pôr todo mundo pra dentro. Mas no outro dia ela ligou até pra secretária de Ação Social e encheu o saco até não poder mais. A secretária pediu pra eu ir resolver. Eu fui lá conversar com essa mulher. Quando eu cheguei ela começou a soltar os cachorro em cima de mim. Falou que ninguém na secretaria presta, porque é um absurdo aquele albergue montado dentro da cidade, e que pra piorar os guarda não deixa os que tão só com um cheirinho à toa de cachaça entrar, aí eles têm que ficar de fora, dormir na rua, nas portas das casas. Agora imagina o risco que é para os vizinho dormir com a porta cheia de vagabundo solto, pra um daqueles homens entrar e roubar pouco custa porque eles tão com fome, por isso, muitas vezes ela e as vizinha arruma comida para os que ficam de fora, pra ver se evita o pior. Entendeu? Ela discrimina eles, acha que eles são tudo ladrão,

⁴¹³ Ibid. p. 135.

*chama eles de vagabundo. O que ela queria era tirar o albergue de lá, queria ele bem longe da casa dela”.*⁴¹⁴

Considerando que o depoente é um agente público, que compõe o corpo especializado e encarregado da assistência social no município, e que, no momento da entrevista, não podia perder de vista a responsabilidade do cargo que ocupa, e talvez por isso mesmo, tenha feito questão de evidenciar uma discriminação social voltada à população de rua, da qual pessoalmente não compartilhava, ressaltou não compactuar com uma visão social depreciativa de seus assistidos como criminosos. Parece-nos contraditório que alguém responsável por atender diretamente ao desejo da sociedade de banir as pessoas das ruas, para longe de suas vistas, possa trazer consigo um sentimento de piedade para com os habitantes das ruas, porque sabemos que eles quando entendidos como bandidos passam a ser alvo de sanções sociais punitivas e, entre elas, as pressões dos munícipes pelo banimento e isolamento social. Decorrendo daí o fragmento: *“é um absurdo aquele albergue montado dentro da cidade”*. Como bandidos, lhes são impostas ações de dispersão e recolhimento realizadas pelos órgãos da prefeitura, e então, o diretor de assistência social no exercício de sua função, atende às denúncias da sociedade, colocando-se muitas vezes, no campo oposto de quem vive nas ruas.

A remoção da população de rua no âmbito do poder municipal em Araguari tem sido tarefa da Secretaria de Trabalho e Ação Social, mais especificamente do Serviço de Atenção ao Migrante, que fiscaliza as áreas públicas da cidade três vezes por semana, realizando inspeções de busca para localizar a presença de pessoas ocupando logradouros públicos ou vivendo nas ruas. Curiosamente, essas inspeções são intituladas pelos agentes institucionais que as realizam como “rondas”, o que remete a um caráter repressivo desse tipo de ação, a partir de expressões e denominações típicas da alçada da segurança pública. Sobre essas expressões policiais usadas no cotidiano de atuação dos agentes que lidam com a população de rua, em certa ocasião, o Diretor de Assistência Social, deixou escapar: *“Esses dia numa ronda, quando eu vi, o Moisés, aquele morador de rua lá do Mercado, tacou uma pedra bem no meu rumo, aí eu tive que dá uma enquadrada nele”*.⁴¹⁵ Titubeando, ele se explica, esclarecendo melhor: *“quer dizer, eu tive que chamar a atenção dele”*.⁴¹⁶

Durante o último ano, acompanhamos os agentes nas rondas pelas vias públicas da cidade e observamos que quando eles detectam a presença de pessoas com perfis característicos de quem se encontra em situação de rua, estes indivíduos são abordados. Em

⁴¹⁴ Depoimento de Fábio – Diretor de Assistência Social de Proteção Especial. Local da Entrevista: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

⁴¹⁵ Depoimento de Fábio. 25/02/2011.

⁴¹⁶ Depoimento de Fábio. 25/02/2011.

seguida, após a abordagem, é feita a triagem, verificando a origem de tais pessoas. Durante a triagem, caso se confirme que se trata de migrantes, ou seja, de pessoas que estejam de passagem por Araguari e não tenham parentes na cidade, estas serão encaminhadas para o pernoite no albergue até que possam ser mandadas para suas cidades ou para os seus destinos finais. Dito de outro modo, os agentes, sob a alegação de estarem assistindo socialmente estas pessoas, convidam-nas ou as intimam a deixar a cidade, independente de ser esse o desejo delas. Quando as pessoas abordadas nas ruas declaram que são de Araguari, o procedimento é outro, pois se investigam os motivos da presença da pessoa na rua e, quando possível, se notifica a família da permanência desse seu parente no espaço urbano, pedindo providências quanto à realização do familiar. Como a maioria das pessoas que ocupam circunstancial ou permanentemente as ruas de Araguari, possuem família domiciliada na cidade e permanecem nas ruas quase sempre em virtude do rompimento do vínculo familiar ou por causa da manutenção dos vícios, as rondas se constituem, nesses casos, num mecanismo de regulação e controle social dessas pessoas.

Em relação aos moradores de rua da cidade, observamos que existe por parte dos órgãos públicos, a tentativa de retirá-los das ruas, não por meio da reinserção social, mas apenas pela transferência de tais pessoas para outros municípios. Sobre essas tentativas de exportar a população de rua, a moradora de rua Maria Cristina, narrou um episódio de remoção vivido por ela e alguns integrantes de seu grupo, sob a imposição dos funcionários da assistência social.

*“Direto, o pessoal da Ação Social vai lá na Praça tentá tirá nós de lá. Já teve vez deles levá a polícia junto, falaro que não era pra nós ficá na praça mais, que o povo tava reclamano, que tava dano problema. Mais como a praça é pública, nós tem o direito de ficá lá. Eles sabe disso e nós também. Mais eles não desiste. Esses dia chegô um cara lá, e falô que ia pagá passage pra nós ir embora de Araguari. Nós não aceitô, lógico, ninguém qué ir embora daqui. Mais só que num outro dia, nós tava andano na avenida aqui perto, quando eles cercaro nós pra podê levá na marra. Eu, mais meu marido e o outro, falô que não queria ir não. Mais eles falaro que nós ia sem querê mesmo, com uma cara ruim, que dava medo. Aí não teve jeito. Eles falaro que ia perguntá de novo: ocês qué ir pra Uberlândia? Entra aí na perua. Nós entrô e eles pegô e levô nós lá pra rodoviária e pagô a passage. Pôs nós dentro do ônibus e falô que não era pra nós voltá não. Eles pagaro a passage e nós teve que ir pra Uberlândia. Nós foi, mais assim que chegamo lá, nós queria voltá. A passage da assistência social era só pra ir. Pra voltá, nós teve que manguia lá na feira da Lua. Nós ganhô doze real. Nós teve que pedi comida, nós manguio doze real pra podê vim embora. Aí nós chegô aqui de novo”.*⁴¹⁷

⁴¹⁷ Depoimento de Maria Cristina – moradora de rua, cujo ponto é a Praça dos Ferroviários, localizada no B. Goiás. 13/02/2011.

Segundo confirmamos, a abordagem e a imposição para que esse grupo deixasse a cidade foi feita durante uma das rondas do Serviço de Atenção ao Migrante, o que permite afirmarmos que essas rondas, enquanto mecanismos disciplinares cumprem com o papel de inspecionar, fiscalizar, controlar e higienizar as áreas públicas da cidade, atentando contra o direito constitucional de ir e vir destes cidadãos e contra a prerrogativa da Política Nacional para População em Situação de Rua, no que tange à defesa do direito ao usufruto e permanência na cidade. Elas fazem parte de ações que se limitam a atender a proposta sanitizante de limpeza do espaço urbano, por isso, com base nas queixas recebidas e nas denúncias de invasão, os agentes do Serviço de Atenção ao Migrante inspecionam os lugares ocupados, fazendo a remoção.

Há que se considerar que, os indivíduos são expulsos, ou melhor, removidos do local, principalmente quando ocupam espaços privados, como casas, construções abandonadas ou terrenos baldios. Por isso, preferencialmente a população de rua em Araguari ocupa e permanece nas praças públicas, de onde dificilmente tais indivíduos podem ser expulsos pelos órgãos públicos municipais.

Acompanhei várias inspeções de atendimento às denúncias e pude presenciar a atuação dos agentes para dispersar e remover os ocupantes. Adianto que o objetivo da equipe era expulsar os ocupantes e limpar a área de invasão. Assim, os poucos pertences das pessoas do local eram levados, o lixo era retirado e a permanência no local era verbal e sumariamente proibida pelos agentes, sob a ameaça de prisão por invasão de propriedade. No caso de prédios e casas desocupadas, construções inacabadas ou abandonadas, sempre que possível, o acesso ao local invadido era impedido, por meio de novas fechaduras ou cadeados. Em se tratando de invasões de terrenos com construção de barracos, a equipe derrubava ou queimava os mesmos. Nesses casos, os pertences dos invasores eram recolhidos ou queimados. Com tudo destruído, os agentes acreditavam estar eliminando os vínculos dos ocupantes com o local.

Durante as rondas, o que chama a atenção é a forma desarticulada de ação da assistência social, que contraria os princípios da Política Nacional para a População de Rua, quanto a um “atendimento humanizado e universalizado”,⁴¹⁸ voltado a esta população. Os agentes assistenciais não buscam estabelecer um contato de proximidade com quem vive em situação de rua, que permita um diálogo aberto no sentido de pensar alternativas de vida longe das ruas, ou seja, não têm em vista encontrar soluções que viabilizem a (re)inserção social

⁴¹⁸ BRASIL, Brasília. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Art. 4º. Parágrafo IV. Institui a Política Nacional para a População de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

destas pessoas. Eles apenas levantam a situação social das pessoas, com dois únicos propósitos: documentação e passagens, mas não a fim de “assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda”.⁴¹⁹ Como a necessidade de documentação está relacionada com a condição para o albergamento e para a concessão de passagens, podemos dizer que as únicas alternativas disponibilizadas pelo poder público em Araguari para a população de rua são ir para o albergue e voltar para suas cidades. O diretor de Assistência Social, ao falar das principais dificuldades de sua função citou que: *“nas rondas o mais difícil é o poder de convencimento. Convencer eles irem para o albergue ou retornar para a cidade de origem deles, a providenciar a documentação ou pelo menos fazer o BO notificando o extravio dos documentos, a maioria não quer fazer porque tem a ficha suja”*.⁴²⁰

Como muitas vezes, ambas as possibilidades de atendimento não são apreciadas por quem se encontra em situação de rua, a saída para essa população é a vida na rua, implicando que tenha continuidade um ciclo vicioso de invasões e expulsões. Isso explica o porquê de as ruas da cidade continuarem ocupadas por número significativo de pessoas, mesmo diante das tentativas dos agentes em retirá-las. Atestando que, de maneira geral, embora a população de rua diante de uma proposta de remoção não ofereça resistência, raramente acolhe o encaminhamento dado, quer seja a ida para o albergue ou a transferência de cidade, pelo contrário, busca outro lugar onde possa permanecer por algum tempo, até que nova abordagem e expulsão aconteçam. Ou seja, quando os indivíduos das ruas são removidos de determinado local, esperam a saída dos agentes para retornarem e ocuparem o mesmo local ou as proximidades deste.

A abordagem da população de rua durante as rondas, assim como a remoção de invasores pareceu ser um momento tenso para os agentes, pois o relacionamento das pessoas com eles é marcado pela desconfiança e, ocasionalmente, pela violência, haja vista que quem vive nas ruas tem consciência de que a assistência social possui interesses opostos aos seus, muito embora, afirmem trabalhar na defesa e restituição dos seus direitos. Por isso, ainda que eu não tenha presenciado nenhuma agressão física por parte dos agentes, nem dos que vivem nas ruas, muitas vezes ao acompanhá-los fui prevenida para manter uma distância de pelo menos dois metros de quem estivesse sendo abordado pelos agentes, orientada para que

⁴¹⁹ BRASIL, Brasília. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Art. 7º. Parágrafo I. Institui a Política Nacional para a População de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

⁴²⁰ Depoimento de Fábio – Diretor de Assistência Social de Proteção Especial. Local da Entrevista: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

estivesse preparada para correr em caso de uma emergência. O que permite inferir que a relação entre os assistidos e a assistência social é baseada no conflito, na qual existe a possibilidade, ainda que remota, de violência de ambas as partes.

Entendendo as rondas como parte de um sistema de controle e repressão social do poder público sobre a população de rua, destacamos que a polícia tem um papel estratégico de suporte aos agentes da assistência social de Araguari em todas as suas ações para vigiar e restringir a livre circulação na cidade. Nas palavras de Foucault, a polícia como instituição foi “organizada sob a forma de um aparelho de Estado”,⁴²¹ e o tipo de poder que exerce visa à disseminação da disciplina na sociedade. Sobre a parceria entre o poder público e a polícia, falou o Diretor de Assistência Social:

“A gente tem o apoio do bombeiro e da polícia. Sempre que a gente precisa eles disponibilizam viaturas. A polícia comparece lá no albergue quando a gente precisa pôr alguém pra fora por causa de confusão. Apesar de que eu só chamo em caso extremo, por exemplo, quando o Bin Laden andou quebrando as vidraças de umas lojas lá em frente o Mercado, nesses casos do cara tá causando transtorno, arruaça, aí sim, eu chamo”.⁴²²

Percebe-se, no dia a dia normal e não só nos casos extremados, que ainda existe uma conduta repressiva e ultrapassada por parte da polícia, a qual parece ignorar o fato de que a “detenção do vadio – uma instituição que vinha da Idade Média – projetou-se no Brasil até a Constituição de 1988, quando foi derrubada a contravenção definida como “vadiagem”, que dava à polícia o direito de detenção de qualquer pessoa por ao menos 24 horas”,⁴²³ ou seja, a polícia não tem mais autoridade para deter as pessoas que perambulam pelas ruas, uma vez que a vadiagem deixou de ser considerada crime. No entanto, as políticas de segurança públicas dirigidas a quem vive nas ruas não são voltadas para a sua proteção, mas sim para a criminalização de seus comportamentos e para a tolerância zero em relação aos seus atos de transgressão. “A forma de atuação dos órgãos de segurança reflete o pensamento socialmente hegemônico, o qual está longe de assegurar a essa população a condição de detentora de direitos humanos, que devam ser respeitados”,⁴²⁴ pelo contrário, a população de rua é costumeiramente tratada como caso de polícia. Parte significativa das políticas oriundas do poder público, voltadas para este segmento social é da alçada da segurança pública, uma vez

⁴²¹ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1977. p. 187.

⁴²² Depoimento de Fábio – Diretor de Assistência Social de Proteção Especial. Local da Entrevista: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

⁴²³ LESSA, Carlos. Ovos de Serpente (Prefácio). In: BURSZTYN, Marcel. (org.) No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 13.

⁴²⁴ COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. Revista Virtual Textos & Contentos, nº 4, ano IV, dez. 2005. p. 11.

que, a criminalização de comportamentos e a repressão acabam justificando-se na busca por higienização e segregação social. Sobre a atuação dos órgãos de segurança pública no apoio ao trabalho dos agentes assistenciais com a população de rua no município, relatou o diretor de Assistência Social:

*“Há uns dois meses eu pedi a ajuda dos bombeiro pra abordar o Super Homem porque a gente estava tentando retirar ele das ruas. A gente enviou o pedido para o Ministério Público e a assistente social conseguiu uma vaga pra ele lá no Abrigo Cristo Rei. Aí no dia da audiência com a Promotora, a gente tentou conversar com ele e explicou a situação, mas ele nem deu papo pra gente. Então, eu pedi a ajuda dos bombeiro pra acompanhar o Super Homem na audiência. Quando os bombeiros chegaram e falaram com ele foi diferente, ele foi numa boa. A promotora explicou que tinha a vaga pra ele no abrigo, que ele não ia mais precisar ficar na rua, que se ele quisesse ele poderia ir no abrigo pra fazer as refeições e a noite pra dormir, mas que ele não poderia mais dormir na rua. Ele ficou só escutando, quando ela perguntou pra ele o que ele achava dessa ajuda que ela estava oferecendo, ele falou pra ela assim: se a senhora quer me ajudar mesmo, me arruma um emprego, eu preciso é de um emprego. Aí com essa, ele calou ela. O que ele queria ela não podia oferecer. Resultado, ele voltou pra rua”.*⁴²⁵

Esse depoimento reforça a premissa que levantamos de que o imaginário dos próprios agentes das instituições de assistência social os quais atendem a população de rua em Araguari é permeado por uma noção de assistência social enquanto ajuda, favor e caridade aos necessitados. Mas, principalmente, sinaliza a disparidade entre as necessidades e expectativas dos assistidos e as propostas de assistência social a eles disponibilizadas pelo poder público municipal. Enquanto a promotora e os agentes referenciavam suas propostas em medidas filantrópicas e imediatistas, o “Super Homem” expressava suas necessidades, suas prioridades, reivindicando um direito constitucional conquistado pelas pessoas em situação de rua, o direito de serem consideradas cidadãs integrais, cuja reinserção social somente pode ser viabilizada com o “acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, lazer, trabalho e renda”,⁴²⁶ que permita o desenvolvimento integral do ser humano. A distância entre a legislação de amparo e proteção à população em situação de rua e as medidas assistencialistas praticadas pelo poder público municipal araguarino está na inobservância e desrespeito quanto à normatização das políticas públicas defendidas pela legislação em âmbito nacional, cujos princípios e diretrizes são pautados pela concepção de sujeito entendido de forma integral e como cidadão pleno de direitos.

⁴²⁵ Depoimento de Fábio – Diretor de Assistência Social de Proteção Especial. Local da Entrevista: Sala de Assistência Social no Terminal Rodoviário. 25/02/2011.

⁴²⁶ BRASIL, Brasília. Decreto presidencial nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a população em situação de rua.

O poder público municipal não cumpre com a obrigatoriedade a ele incumbida de “manter serviços e programas de atenção à população de rua, garantindo padrões básicos de dignidade e não violência na concretização de mínimos sociais e dos direitos de cidadania a esse segmento social”.⁴²⁷ Sobre a dificuldade de cumprir com a tarefa do poder municipal na formulação de programas de amparo à população em situação de rua, a Secretária de Trabalho e Ação Social afirmou:

*“O nosso trabalho é muito difícil, a nossa parte a gente faz, a gente tem boa vontade, oferece ajuda, mas eles não querem sair da rua. Mais do que a gente faz não dá, porque precisava da gente trabalhar junto com outros setores da prefeitura. A nossa vontade, a nossa meta é montar uma rede de atendimento integralizada, mas ela ainda não existe. A gente tem que estruturar tudo, desde o começo. Pra você entender: como a maioria das pessoas que fica na rua é viciada em álcool e/ou droga, a gente tinha que ter para onde mandar os que quisessem se tratar, mas não existe nenhuma parceria da prefeitura com clínicas de tratamento. O que tem é uma ajuda de custo que a Secretaria de Ação Social dá para o Pró-Vida⁴²⁸ com fornecimento de verduras e cestas básicas. De vez em quando a gente tenta encaminhar alguns casos para o CAD (Redução de Danos), lá eles têm atendimento com psicólogos, enfermeiros. Para fazer o tratamento a pessoa tem que comparecer três vezes por semana nas sessões de terapia e nas oficinas. Há pouco tempo o Fábio encaminhou um cara que estava na rua, machucado porque estava bebendo demais. Ele o abordou, levou no Pronto Socorro e perguntou se ele queria conhecer a ajuda do CAD. Ele levou, acompanhou ele na entrevista, mas depois a gente ficou sabendo que ele nunca mais foi. A gente até entende, eles devem ficar constrangidos, se sentir discriminados, porque chega lá sujo, fedendo, é difícil”.*⁴²⁹

A fala da secretária expressa a necessidade dos tratamentos contra a dependência de substâncias psicoativas para quem vive nas ruas reintegrar-se socialmente, uma vez que “o álcool e as drogas fazem parte da realidade das ruas, seja como alternativa para minimizar a fome e o frio, seja como elemento de socialização entre os membros dos grupos de rua”.⁴³⁰ Também aponta a desarticulação do poder público municipal em manter os serviços de saúde para recuperação da dependência química. Assim, ela afirma que não há atendimento público preparado para o acolhimento gratuito dessa população na cidade e que as despesas das clínicas têm que ser custeadas pelas famílias dos usuários.

⁴²⁷ BRASIL, Brasília. Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que alterou a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) para inclusão da obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à população de rua como tarefa do poder público municipal.

⁴²⁸ Pró-Vida é uma clínica para recuperação da dependência em álcool ou drogas, localizada num sítio, nas imediações de Araguari. O local também é conhecido como fazendinha do Padre Nilo, numa referência ao seu fundador.

⁴²⁹ Depoimento da atual Secretária de Trabalho e Ação Social – Virgínia Alcântara. 18/01/2012.

⁴³⁰ COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. Revista Virtual Textos & Contentos, nº 4, ano IV, dez. 2005. p. 9.

Na mesma condição, estão os serviços na área da saúde mental, que não trabalham de forma integrada com os órgãos públicos assistenciais e não atendem à obrigatoriedade do direito à saúde para as pessoas em situação de rua. Como essa população traz em seu meio, pessoas com transtornos psicológicos de diferentes níveis, embora na sua “maioria são pessoas que chegam nas ruas por outras portas de entrada que não o transtorno mental”,⁴³¹ ações assistenciais eficientes de reinserção das pessoas que vivem nas ruas também passam pela necessidade de um tratamento especializado no campo da Saúde Mental, mas como sintetizou a Secretária de Ação Social:

*“Embora tenha o setor de atendimento da Saúde Mental aqui na cidade, não há um trabalho em conjunto com a Ação Social. O que a gente precisava, era que eles acompanhassem a gente, acompanhasse a assistente social nas rondas pra avaliar os casos, e assim, depois da abordagem, se precisasse, pensar numa forma de atender, tratar. Só quando todos os setores da prefeitura tiverem falando a mesma língua, quando a gente conseguir firmar parcerias é que o nosso trabalho vai dar resultado, que a gente vai conseguir tirar essas pessoas da rua”.*⁴³²

Sobre a inexistência na cidade de Programas de Moradia Provisória e de Centros de Convivência para o atendimento à população de rua, a assistente social nos comunicou:

*“Não tem nem projeto pra instalação desses serviços. Só tem o projeto da Casa de Passagem, mas na minha opinião, ela pouco vai ajudar o trabalho com população de rua, é mais só pra acolher as mulheres, crianças e idosos que são vítimas de violência doméstica e precisam de um lar provisório até resolver a sua situação. Pra nós do Serviço de Atenção ao Migrante ela vai servir só pra gente fazer uma triagem de quem tiver nas ruas, até encaminhar para a cidade de destino, de volta. Coisa que o albergue já faz”.*⁴³³

Entendemos que, como política pública, a assistência social é estratégia de ação coletiva que concretiza direitos junto aos cidadãos que dela necessitam. Sendo política, ela não pode comportar improvisações, mas deve se identificar com um processo pensado e planejado de escolhas, tomadas de decisão e execução das decisões tomadas. Por tudo isso, defendemos que a assistência social não deve identificar-se com um dever moral, que não concretiza direitos e nem ser confiada a agentes movidos apenas pela boa vontade, embora a boa vontade seja importante em qualquer atividade. Está provado que uma ação assim motivada só se afirma na ausência de direitos e, por conseguinte, tende a estigmatizar o assistido e a rebaixar o status dele como detentor de direitos. Diante desse quadro, em que no

⁴³¹ VARANDA, Walter. Do Direito à vida à vida como direito: Sobrevivências, intervenções e saúde de adultos destituídos de trabalho e moradia nas ruas da cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. p. 33.

⁴³² Depoimento da Secretária de Trabalho e Ação Social – Virgínia Alcântara. 18/01/2011.

⁴³³ Depoimento da Assistente Social Aparecida Damião, que atua na Secretaria de Trabalho e Ação Social. 06/04/2011.

nível do município, em Araguari, não existem programas de trabalho, moradia, educação e nem tão pouco saúde, dirigidos à população que vive em situação de rua, acreditamos que essa versão de atendimento assistencial em Araguari agride o disposto constitucional, raiando as beiras de uma inconstitucionalidade. E mais ainda, que a identidade atribuída de forma conservadora e moralista à assistência social nega aos cidadãos seus direitos.

Considerações Finais

Após os meses de trabalho dedicados à realização desta pesquisa, a tarefa de finalizá-la constitui-se num momento extremamente difícil. “Fechar” a discussão, procurar concluir um debate cuja complexidade do tema o torna sempre latente de aprofundamento e investigação, gera a sensação de não ter cumprido a contento a tarefa a qual me propus. Emerge o sentimento de impotência, afinal, como concluir um trabalho diante da certeza de que são poucas as respostas e muitas as perguntas que finalizam esta pesquisa?

Mediante este quadro, prefiro apenas apresentar umas poucas considerações sem a pretensão de finalizar a discussão, mas sim no sentido de destacar algumas reflexões que julgo relevantes para a investigação sobre a vida das pessoas as quais atualmente vivem em situação de rua na cidade de Araguari.

Cabe, inicialmente, fazer algumas pontuações sobre as implicações provocadas pelo desenraizamento experimentado pelos entrevistados. Em outras palavras, sobre o significado existencial deles não terem um lugar no mundo. Refiro-me ao fato dramático de eles terem relatado que, face a certas circunstâncias, têm dificuldade de se perceberem e se sentirem como humanos. *“Quando eu tô dormindo com fome, com frio, no meio do mato, nas beira de rodovia, ou nas calçada por aí, eu até esqueço que eu sô gente, parece que eu virei bicho, tem vez que parece que eu não sô ser humano”*.⁴³⁴

Muitas vezes, esses indivíduos também não são reconhecidos e tratados como humanos pelo conjunto da sociedade. Nesse sentido, escreve Nascimento:

(...) Os moradores de rua não são vistos como semelhantes, mas como bichos, espécies distintas. Estão sujos, cheiram mal e são feios. Não são homens ou mulheres, embora um dia tenham sido. Pedacos perdidos da Humanidade.⁴³⁵

Considero importante ressaltar que no espaço de isolamento e solidão, a garrafa de pinga, a “branquinha” é uma companheira inseparável de quem vive nas ruas. Ela ajuda a suavizar, anestesiá-lo o desconforto, a solidão e permite o estabelecimento de laços com os companheiros de rua. O álcool constitui-se em elemento socializado e socializador no interior dos grupos. Ele é compartilhado e funciona na criação de laços, ajuda a formar os grupos. “A pinga é comunitária, ela cria o grupo”.⁴³⁶ Em Araguari, a relação com o mundo da rua é privilegiadamente perpassada e mediada pelo álcool. Entendo que “suavizando as rupturas,

⁴³⁴ Depoimento de Genivaldo. Local da entrevista: Praça Manoel Bonito. 22/02/2011.

⁴³⁵ NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: MARCEL, Bursztyn (org.). No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 56.

⁴³⁶ Ibid. p. 153.

ele parece ter, para essas pessoas, o poder de tornar integrado dentro de si o que se apresenta tão fragmentado”.⁴³⁷ A utilização da pinga pode ser interpretada como:

(...) Um analgésico que possibilita aos indivíduos libertarem-se dos códigos – amarras, e entrar num mundo imaginário que afaste, pelo menos por curtos espaços de tempos, as pressões sociais. Ela atua como o mediador que torna possível o desligamento do mundo das obrigações, dos papéis sociais e o mergulho num outro plano de realidade, que afasta a percepção do fracasso, faz esquecer dores e decepções, enfim, torna suportável o cotidiano.⁴³⁸

A propósito do papel do álcool em sua vida, Maria Cristina enfatiza-o como a droga que possibilita o esquecimento:

*“O efeito da pinga vai aliviano alguma coisa, aliviano a dor que ocê tá sentino no coração e esqueceno os problema que tá lá pra trás. Pra mim o álcool é isso. Porque aí eu vô esqueceno tudo que eu tô deixano pra trás, vai me aliviano, eu vô ficano alegre, sorridente. Aí a hora que passa é a hora da ressaca, né? Aí no outro dia tem que arrumá dinheiro de novo pra podê comprá outra pinga pra bebê. É preciso pra esquecê”.*⁴³⁹

Se, por um lado, a bebida tem esse papel amenizador, por outro, é responsabilizada pelos estragos e distanciamentos que provoca. Na verdade, a cachaça é quase sempre a culpada por uma história de perdas sucessivas dos laços familiares, de empregos e pela degradação da condição física, como expressou Neide:

*“O que me fez virar a cabeça foi bebida, tóxico. Eu tinha uns vinte e seis ano por aí, quando eu comecei a bebê. No começo era só cerveja, depois eu comecei a bebê coisa mais forte. Depois eu passei a usá crack. E aí eu já comecei parece que a desorientá um pouco. Perdi minha saúde, hoje eu sinto falta de ar, eu passo mal, meu estômago fica embrulhano, minha cabeça fica doeno, aí eu chego lá em casa fico naquela solidão! Depois eu separei de quem eu gostava, porque eu tenho um casal de filho. Aí depois, desandei mais ainda porque eu perdi a guarda deles”.*⁴⁴⁰

Ainda que as histórias contadas associem diretamente a vida na rua como sinônimo de perdas, essas falas são passíveis de discussão. Partindo do princípio de que a situação de rua implica na exposição constante dos indivíduos ao risco, ao perigo e à violência e que estes desenvolvem estratégias de sobrevivência que possibilitam enfrentar as dificuldades cotidianas e superar os riscos pessoais e sociais, pode-se pensar que a sobrevivência no mundo da rua não pressupõe somente “perdas”, mas também ganhos, como: competências,

⁴³⁷ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). População de rua: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: HUCITEC, 1992. p. 102.

⁴³⁸ Ibid.

⁴³⁹ Depoimento de Maria Cristina – moradora de rua, cujo ponto é a Praça dos Ferroviários, localizada no B. Goiás. 13/02/2011.

⁴⁴⁰ Depoimento de Neide. Local da entrevista: terreno baldio nas proximidades da Av. Senador Melo Viana. 22/02/2011.

conhecimentos, habilidades, visões de mundo, esperteza, valores, enfim, sabedoria de rua. Isso porque a realização da maioria das atividades inerentes ao cotidiano da rua tais como: a mendicância, o furto, etc., exige certo aprendizado. São atividades que envolvem técnica, saber e que exigem habilidades que precisam ser aprendidas e treinadas. Sob esse prisma, a rua aparece ligada à possibilidade de promoção de um conhecimento específico às necessidades e demandas próprias da vida na rua, de maneira que a rua é representada muitas vezes como um lugar que ensina.

*“Eu aprendi muita coisa na rua. Ganhei humildade, paciência, aprendi a pedi, a esperá. Depois que eu fui pra rua, não é que eu fiquei mais cabeça, mas pelo menos eu aprendi bastante coisa. Na rua a gente fica estressado, porque a gente sente falta das coisa e tem hora que não dá pra consegui aquilo. Dentro de casa eu estressava muito, eu discutia, brigava e ia pra rua. Agora, de tanto eu ficá na rua, eu já não estresso mais, eu já fico de boa, eu sei esperá, aprendi a sê humilde”.*⁴⁴¹

O enfrentamento das situações de rua é vivido pelos rualizados de inúmeras maneiras. Entre as estratégias de sobrevivências, destacam-se a esperteza, a capacidade de iniciativa, de decisão e de superação, mas todas essas competências pressupõe um aprendizado, de maneira que a rua funciona como uma escola de vida onde adquirem saberes.

*“A rua pra mim foi e tá sendo a escola da minha vida. Pra mim é escola, eu aprendi a fugi da violência, a consegui sobrevivê, a consegui comida, o que eu aprendi foi na rua. Eu não tenho que reclamá. Lógico que, morá na rua dói, mas a rua foi a escola da minha vida. Aprendi muita coisa na rua, vi muita coisa. Até aprendê a lê, eu aprendi na rua. Quando eu era moleque, menino de rua , eu procurei uma mulhé que era professora e morava perto do lugar que eu ficava, pra me ensiná. Eu ia na casa dela e ela me dava aula sem cobrá nada, passava umas coisa, uns negócio pra mim fazê num quadrozinho lá, mais deu pra aprendê muita coisa, aprendi a lê, a fazê conta, mexê com dinheiro”.*⁴⁴²

A rua, outras vezes, representa a possibilidade de satisfação das necessidades, que não se resumem unicamente a satisfações materiais destinadas à sobrevivência, mas inclui também necessidades de todos os tipos, tais como a manutenção de vícios, a satisfação do desejo de liberdade em relação às cobranças familiares, às regras e convenções sociais, ao controle do tempo, já que a vida na rua é marcada por formas diferenciadas de apropriação do tempo, que escapa ao rígido controle capitalista, cronometrado pelo relógio. Assim, dentre os muitos significados da rua, esta é quase sempre associada à liberdade. Liberdade de poder apropriar-se do tempo e também do espaço com uma dimensão nada comparável às restrições que recaem sobre o cotidiano daqueles que vivem sob a tutela do grupo familiar e do trabalho.

⁴⁴¹ Depoimento do morador de rua Moisés. 23/02/2011.

⁴⁴² Depoimento de Luciano. 06/03/2011.

Afinal, na rua não se tem hora certa para fazer o que se quer fazer, nem se é obrigado a fazer ou deixar de fazer seja lá o que for, nem tampouco se é obrigado a permanecer num mesmo lugar, pelo contrário, o ir e vir constante faz parte da rotina das ruas. Porém, se por um lado, a rua significa ganho, “símbolo de liberdade e prazer”,⁴⁴³ por outro lado, a rua torna-se, ao mesmo tempo, sinônimo “de miséria e violência”.⁴⁴⁴ Vários depoimentos expressaram essa situação ambivalente do morador de rua.

*“Eu já passei por poucas e boas na rua, ficá sem comida, com a roupa do corpo molhada porque quando tá chovendo, não tem como secá, dormino debaixo de viaduto, pegando carona, andando na BR debaixo de sol quente 15 quilômetro pra pegá carona. Não é bom, não. A vida de rua não é pra qualqué um não, tem que tê peito, porque senão morre”.*⁴⁴⁵

Vários depoimentos enfatizaram que a vida na rua não é para qualquer um. Ao entrevistar Baiano, ele deixou claro que gostava de ficar na rua, porém, fez questão de frisar os cuidados recomendáveis para sobreviver no mundo da rua.

*“É bom ficá na rua. Mas só que pra vivê na rua a gente precisa tê olho de águia. Porque a águia é o passarinho mais inteligente que tem no mundo. Tem que sê esperto, precisa vê longe pra vivê na rua. Tem que aprendê a se safá. Outra coisa é que na rua, à noite quem é esperto nunca deve usá roupa branca, chama muita atenção. É melhor passá despercebido porque tem muita violência. Os outro que tamém vive na rua pode fazê mal, ou os policial”.*⁴⁴⁶

De acordo com os depoimentos, a rua é representada como lugar da degradação e do infortúnio, porque além de impor a miséria absoluta, o espaço da rua representa o lugar dos riscos, local da violência, manifesta de inúmeras formas, seja pelas brigas entre moradores de rua, seja ainda pela truculência policial a eles dispensada.

Vivendo num ritmo amplamente divergente do dia a dia no universo da casa, o que se altera estando na rua não é somente a intensidade e velocidade das coisas que se vive, mas, sobretudo, modificam-se as formas de apreensão da vida, os valores. Nesta metamorfose inesgotável, em que liberdade se relaciona com autonomia, não obstante a dificuldade da vida no mundo da rua destaca-se a representação da rua como ganho, em virtude da possibilidade de poder ser dono de si mesmo, de sua vida, de seu tempo, enfim, de ser tutor de seus próprios atos, de seus destinos.

⁴⁴³ SOUZA, Aparecida D’arc de. Capitães do asfalto: Infância e adolescência pobres na cidade de Uberlândia (1985-1995). Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 1998. p. 116.

⁴⁴⁴ Ibid. p.116.

⁴⁴⁵ Depoimento de Luciano. Local da entrevista: Terminal Rodoviário de Araguari. 03/03/2011.

⁴⁴⁶ Depoimento do Baiano. Local da entrevista: Praça dos Ferroviários, localizada no Bairro Goiás. 23/02/2011.

*“A vantagem de vivê na rua é que eu tenho liberdade, eu vô onde eu quero, faço o que eu quero, né. Mas o preço que eu pago por essa liberdade, sai caro. Às vez eu fico pensano se vale à pena”.*⁴⁴⁷

No trabalho de campo, à medida que foram estreitados os contatos com os entrevistados, os discursos que apontavam as “perdas” como motivos da passagem para a rua foram dando espaço, gradualmente, a outras falas que filtravam e repunham a ordem das informações do passado, enunciando cenas e lembranças que faziam emergir outros aspectos: a profissão, o trabalho, a demissão, as interações e conflitos familiares, os circuitos de migração pelo país, os problemas pessoais como o alcoolismo, a dependência química, os problemas psicológicos, as decepções amorosas, as decepções com a sociedade. Assim, consideramos que a desvinculação na maioria das vezes, é mais gradual do que os relatos iniciais pareciam afirmar. Muitos entrevistados perderam paulatinamente as conexões familiares e passaram por vários tipos de trabalho, saíram e voltaram das ruas com certa frequência, até passarem a ocupar permanentemente o espaço da rua.

Sobre a experiência de viver da rua e na rua, concluímos que a rua é um lugar de múltiplos significados, valendo-nos das palavras de Bauman,⁴⁴⁸ a rua é o lugar da ambivalência, da contradição do que é bom e do que é ruim; da inclusão e da exclusão; da perda e do ganho; do refúgio e do banimento, da miséria e da bonança; dos afetos e dos desafetos; da aventura e da desventura; da diversão e do sofrimento; da liberdade e da coerção; do paraíso e do inferno; da amizade e da inimizade; da multidão e do anônimo; da vida e da morte; lugar enfim, onde estas pessoas são simultaneamente, incluídas e excluídas.

⁴⁴⁷ Depoimento de Nilton. Local da entrevista: Albergue Público Municipal de Araguari. 03/03/2011.

⁴⁴⁸ BAUMAN, Zigmunt. Modernidade e Ambivalência Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

ANEXO 1
FONTES ORAIS

RELAÇÃO DOS NOMES DOS ENTREVISTADOS E AS DATAS DAS ENTREVISTAS

NOMES:	DATA ENTREVISTA
Antônio (perambulante)	25/02/2011
Aparecida Damiano (assistente social na Secretaria de Trabalho e Ação Social)	06/04/2011
Belchior (perambulante)	05/03/2011
Bin Laden (morador de rua)	07/03/2011
Fábio (Diretor de Assistência Social Especial na Secretaria de Trabalho e Ação Social da Prefeitura de Araguari)	25/02/2011
Genivaldo (perambulante)	22/02/2011
Joana D'arc - "Baiana" (moradora de rua)	09/02/2011
João (vendedor ambulante numa barraca de frutas)	19/03/2011
José - "Baiano" (simpatizante da rua)	23/02/2011
José – morador da Rua Afonso Pena	21/03/2011
Luciano (perambulante)	06/03/2011
Luiz (ex- ferroviário aposentado que joga dama e xadrez com um grupo de amigos na Praça dos Ferroviários)	22/03/2011
Marcos - "Baixinho" (simpatizante da rua)	06/03/2011
Marcos - "Paulista" (perambulante)	25/02/2011
Marcos (vigia do Albergue Público Municipal)	21/03/2011
Maria Cristina (moradora de rua)	13/02/2011
Maria do Rosário – moradora da Rua Guanabara, no Bairro Amorim e proprietária de um pequeno salão de beleza.	14/03/2011
Neide (simpatizante da rua)	22/02/2011
Nilton (perambulante)	03/03/2011
Neusa (feirante em barraca de pastel)	12/03/2011
Rafael (gerente da Panificadora Pão Gostoso)	18/03/2011
Thaíz (balconista da Sorveteria Dio Madona localizada na Avenida Senador Melo Viana)	23/03/2011
Terezinha (funcionária do Albergue Público Municipal)	20/03/2011
Super Homem (morador de rua)	11/02/2011
Virgínia Alcântara (Secretária de Trabalho e Ação Social)	18/01/2011
Walter (gerente da rede de Supermercados Melo Viana)	21/03/2011
Wesley (morador de rua)	17/02/2011

ANEXO 2**FONTES****PERIÓDICO DE CIRCULAÇÃO MUNICIPAL – ARAGUARI/MG**

1. Jornal Gazeta do Triângulo.

RELATÓRIOS FINANCEIROS

1. Relatórios mensais de prestação de contas da Secretaria de Trabalho e Ação Social à Prefeitura Municipal, relativas ao Serviço de Atenção ao Migrante – referentes ao período: janeiro de 2008 a dezembro de 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. A condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. Modernidade e ambivalência. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

_____. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (org.) Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BOSSY, John. A Cristandade no Ocidente. 1400-1700. Lisboa, Edições 70, 1990.

BURSZTYN, Marcel. Vira- mundos e “rola bostas”. In: BURSZTYN, Marcel. (org.) No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão. In: BURSZTYN, Marcel. (org.). No meio da rua: Nômades, Excluídos e Viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____. Vivendo nas ruas: Brasília Cidade Terceiro-Mundo. In: BURSZTYN, Marcel & ARAUJO, Carlos Henrique. Da utopia à exclusão - vivendo nas ruas em Brasília. Ed. Garamond, Rio de Janeiro, 1997.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações, Lisboa: Difel, 1988.

_____. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (org.) Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre; Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. Revista Virtual Textos & Contentos, nº 4, ano IV, dez. 2005.

DA MATTA, Roberto. A casa & a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DI FLORA, Marilene Cabello. Mendigos: por que surgem, por onde circulam, como são tratados? Petrópolis: Vozes, 1987.

DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª. ed., 1986.

ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2000.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1977.

FRANGELLA, Simone Miziara. Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2004.

FREITAS, Sônia Maria de. Prefácio à Edição Brasileira. In: Thompson, Paul. A voz do passado: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a idéia, a coisa. In: Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, Rita de Cássia Maciazeki. Gente - Caracol: A Cidade Contemporânea e o Habitar as Ruas. Dissertação de Mestrado. Programa de Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 10. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2001.

LESSA, Carlos. Ovos de Serpente (Prefácio). In: BURSZTYN, Marcel. (org.) No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MATTOS, Ricardo Mendes. Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Psicologia. Universidade de São Marcos. São Paulo, 2006.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: Sociologia e Antropologia. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: MARCEL, Bursztyn (org.). No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NASCIMENTO, Mara Regina do. IRMANDADES LEIGAS EM PORTO ALEGRE. Práticas funerárias e experiência urbana. Séculos XVIII-XIX. Porto Alegre, UFRGS, 2006 (Tese de Doutorado).

PEREIRA, Camila Potyara. Rua sem saída - Um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília. Dissertação de Mestrado. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília/UNB, 2008.

SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro. Editora FIOCRUZ, 1999.

_____. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: MARCEL, Bursztyl (org.). No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SEIXAS, Jacy Alves de. A imaginação do outro e as subjetividades narcísicas: um olhar sobre a invisibilidade contemporânea (o mal-estar de Flaubert no orkut). In: NAXARA, Márcia; MARSON, Isabel; BREPOL, Marion. (Org.). Figurações do outro. Núcleo História e Linguagens Políticas - razão, sentimentos e sensibilidades. EDUFU.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: O fenômeno Urbano. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

SOUZA, Aparecida Darc de. Capitães do asfalto: Infância e adolescência pobres na cidade de Uberlândia (1985-1995). Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 1998.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social: de ação individual a direito social. Revista Brasileira de Direito Constitucional -- RBDC n. 10 -- jul./dez. 2007.

STOFFELS, Marie Ghislaine. Os Mendigos na Cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOSTA, Tânia Ludmila Dias. Memória das ruas, memórias da exclusão. In: BURSZTYN, Marcel. (org.). No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

VARANDA, Walter. Do Direito à vida à vida como direito: Sobrevivências, intervenções e saúde de adultos destituídos de trabalho e moradia nas ruas da cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos & ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org.). População de rua: quem é, como vive, como é vista. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

ZALUAR, Alba. A máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LEGISLAÇÕES

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Rio de Janeiro: Degrau Cultural, 1998.

BRASIL, Distrito Federal. LOAS. Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, 2008.

BRASIL, Distrito Federal. Decreto Presidencial nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, instituiu a Política Nacional para a população em situação de rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento deste grupo populacional.

BRASIL, Brasília. Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que alterou a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) para inclusão da obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à população de rua como tarefa do poder público municipal.